



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, Fevereiro de 2010

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SUBSECRETÁRIO GERAL

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

**SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA PARA ASSUNTOS
JURÍDICOS**

Fabrizio R. Valle Dantas Leite

SUBSECRETÁRIO DE ESTUDOS ECÔNICOS

Sérgio Guimarães Ferreira

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Ricardo José de Souza Pinheiro

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL

Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fabrizio Marques Santos

Fernanda Stiebler

Gabriel Silva de Goes Rodrigues

Gustavo Tavares Lameiro da Costa

João Vitor Pereira Pedrosa

Larissa Silva Carvalho

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luana de Oliveira Cunha

Luciana Gerber dos Reis Velloso

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Mary Hellen Nascimento da Silva

Raphael Philipe Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Renata dos Santos

Renata Gomes Rimes de Almeida

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal por que vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referida nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070 - 000



Apresentação	7
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	10
II. Resultado Fiscal	12
II.1 Resultado Orçamentário	13
II.2 Resultado Primário	14
III. Receita Estadual	15
III.1 Receitas Correntes	15
III.1.1 Receita Tributária	16
Box 1 - Panorama Econômico ERJ	21
Box 2 - Composição do PIB fluminense em 2007	24
III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties	24
III.1.3 Receita de Transferências	25
III.1.4 Demais Receitas Correntes	27
III.2 Receitas de Capital	28
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	29
IV.1 Despesa por Fonte de Recurso	29
IV. 2 Despesa por grupo	30
IV. 3 Despesa por área de governo	36
IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional	36
BOX 3 – Despesas da Área de Saúde financiadas com Outras Fontes	42
IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional.....	43
BOX 4 – Despesas da Área de Educação financiadas com Outras Fontes.....	49
IV. 3.3 FECAM	50
IV. 3.4 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	51
BOX 5 – Execução Orçamentária e Atividades do RIOPREVIDENCIA	55
IV.4 Cota Financeira	57
V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	59



V.1 Pagamento de PD's	59
BOX 6 – Pagamentos efetuados no mês de dezembro	61
BOX 7 – Melhorias no Controle Interno no Atual Sistema (SIAFEM) e a Nova Era Tecnológica que se avizinha.....	63
V.2 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	64
V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	67
V.4 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados.....	68
BOX 8 – Módulo AUTENTICA no SIAFEM	70
V. 5 Requisições Judiciais de Pagamento	71
Box 9 - Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009.....	73
V.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço	74
V.7 Acompanhamento financeiro de Convênios.....	79



Anexos

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada por Função - Fontes Tesouro e Outras Fontes

Anexo 8 – Execução Orçamentária Jan-Dez/2008-2009 Programa de Aceleração do Crescimento

Anexo 9 – Execução Orçamentária Jan-Dez/2008-2009 Secretaria de Saúde e Defesa Civil

Anexo 10 – Execução Orçamentária Jan-Dez/2008-2009 Secretaria de Educação

Anexo 11 – Cronograma de Liberação das Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação

Anexo 12 – Dispêndio com a Dívida Pública Pago no bimestre (Administração Direta e Administração Indireta Honradas)

Apresentação

Este é o décimo segundo número do boletim bimestral de transparência fiscal preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o último referente ao exercício de 2009. Seu objetivo continua a ser o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e a transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes, a saber: a primeira liga-se à solvência e previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão de receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários. Como manda a Lei há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias depois de efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 04/02/2010.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado, e a receita ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição, assim como nas cinco edições anteriores do Boletim em 2009, deixou-se de incluir os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE e da Imprensa Oficial do Estado - IO, nas contas do Estado, pois essas empresas são não-dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Desta forma, para obter uma base de comparação entre os mesmos períodos do ano, os dados destas empresas também foram excluídos da base de 2008.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As duas seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais e das metas correspondentes. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita, enquanto a quarta seção analisa a despesa no seu agregado de execução orçamentária. Na terceira seção apresenta-se também breve panorama da evolução dos principais indicadores econômicos do Estado (produção industrial, vendas, empregos, etc.). Na quarta seção apresentam-se detalhes dos gastos por área, notadamente aquelas que se

O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Nesta edição, assim como nas cinco edições anteriores do boletim em 2009, não se apresentam os resultados da CEDAE como parte das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada "não dependente" de acordo com as regras da LRF.



beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e conservação do Meio Ambiente, além de uma discussão da execução do PAC. Por fim, a quinta seção apresenta elementos da política financeira do Estado, notadamente a tempestividade dos pagamentos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de anos anteriores, assim como dos precatórios judiciais decorrentes de ações de administrações anteriores corrigidas pela Justiça (todos os restos a pagar de 2008 que receberam uma programação de desembolso dos órgãos ordenadores de despesa foram pagos até o final de abril de 2009). A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz elementos sobre a realização de convênios.

**I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro**

As receitas totais no sexto bimestre de 2009 ficaram 26,5% acima do projetado, resultado para o qual contribuíram principalmente a recuperação da arrecadação tributária, em decorrência da melhoria na arrecadação do ICMS (+ 16,9%); as receitas patrimoniais (+ 42,3%); e a receita de alienação de ativos (recebíveis programados para 2010, na esteira do acordo com a Petrobras). No acumulado do ano, as receitas totais superaram o previsto em abril de 2009 em 4,5%, pelos mesmos motivos listados acima.¹

As receitas patrimoniais e de alienação de ativos receberam um impulso com a resolução de uma pendência relativa ao recebimento de participações governamentais sobre a produção de campo de Marlim, referentes principalmente ao período anterior a 2002. Este acerto se deu por pedido específico do Estado junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bio-Combustíveis (ANP) em 2007. A ANP reconheceu, ainda em 2007, a legitimidade do pleito do Estado e proferiu decisão administrativa determinando o pagamento destas participações governamentais pela Petrobras. A Petrobras, no entanto, optou por contestar judicialmente a decisão administrava, tendo sido derrotada duas vezes nos Tribunais. À luz desses eventos, em 23 de outubro de 2009, houve acordo no âmbito da câmara de conciliação da Advocacia Geral da União (AGU), estabelecendo-se o valor de R\$ 2,06 bilhões para pagamento pela empresa à União, ao Estado do Rio de Janeiro, e aos seus municípios, cabendo ao ERJ aproximadamente R\$800 milhões.

O acordo previu o pagamento em oito parcelas mensais, ajustadas pela taxa SELIC, sendo que duas, no valor de R\$207.568.756,66, foram recebidas pelo ERJ nos dois

As receitas tributárias do sexto bimestre de 2009 ficaram 16,9% acima da meta.

As receitas totais no acumulado do ano fecharam em 4,5% acima do valor previsto na meta fixada em abril de 2009.

Tabela 1METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA (NOV-DEZ 2009)
(art 8º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (NOV-DEZ) 2009	RECEITA REALIZADA (NOV-DEZ) 2009	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	R\$ milhões		
				META DE RECEITA (JAN-DEZ) 2009	RECEITA REALIZADA (JAN-DEZ) 2009	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES	6.616,71	8.168,28	123,4%	36.795,52	39.100,49	106,3%
TRIBUT.	4.070,90	4.758,93	116,9%	23.564,39	24.884,73	105,6%
CONTRIB.	197,83	201,51	101,9%	857,28	905,21	105,6%
PATRIM.	1.275,88	1.816,07	142,3%	6.134,50	6.778,11	110,5%
AGROPEC.	0,03	0,02	93,8%	0,19	0,17	91,2%
INDUST.	10,83	0,23	2,1%	68,88	4,43	6,4%
SERV.	151,78	55,12	36,3%	852,43	313,42	36,8%
TRANSF. CORR.	765,86	797,97	104,2%	4.489,70	4.598,38	102,4%
OUTRAS	143,61	538,43	374,9%	828,14	1.616,04	195,1%
REC. CAPITAL	394,39	698,95	177,2%	2.057,32	1.490,60	72,5%
OPER. CRÉDITO	218,94	133,08	60,8%	611,61	274,81	44,9%
ALIEN. BENS	0,02	447,64	1.963.147,8%	0,23	448,09	190.793,8%
AMORT. EMPRÉST.	11,67	24,10	206,5%	68,55	140,81	205,4%
TRANSF. CAP.	162,69	94,13	57,9%	1.370,54	626,69	45,7%
OUTRAS	1,06	0,00	0,0%	6,39	0,20	3,1%
Total	7.011,11	8.867,23	126,5%	38.852,84	40.591,09	104,5%

¹ A receita tributária foi ampliada em 2009 pela reclassificação da receita de prestação de serviços do DETRAN ("Serviços de Inspeção e Fiscalização" – rubrica 16001400), de Receita de Serviços para a rubrica Taxa (Receita Tributária). Tal reclassificação é fruto de determinação do Tribunal de Contas do Estado e seu impacto no total das receitas correntes do estado é nulo.



últimos meses de 2009, e as restantes, totalizando R\$641.020.289,97, foram deixadas para 2010. Deste montante, R\$101,3 milhões cabem ao FECAM; e R\$6,4 milhões, ao PASEP. Sendo assim, caberiam cerca de R\$460 milhões ao Tesouro Estadual em 2010.

Com objetivo de garantir recursos primordiais para a manutenção dos investimentos do ERJ no exercício de 2009, o governo optou por realizar uma operação de cessão dos direitos de parte do fluxo do acordo previsto para 2010. Esta cessão junto ao Banco do Brasil (BB) se deu em 27 de novembro de 2009, e angariou recursos da ordem de R\$447.6 milhões, contabilizados na rubrica “Alienação de Bens”.

As transferências correntes apresentaram desempenho 4,2% acima da meta bimestral, em grande parte porque a arrecadação federal de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) apresentou recuperação no 6º bimestre, em parte como consequência da repartição da receita contabilizada pelo Tesouro Nacional ao transferir os depósitos judiciais anteriormente no balanço da Caixa Econômica Federal.

As receitas de capital também ficaram em patamar acima da meta bimestral (+77,2%), impulsionadas que foram pela alienação de ativos decorrentes da cessão de direitos efetuada com o BB. Essa receita não impediu, no entanto, que a receitas de capital ficassem abaixo da meta anual para esta rubrica (-27,5%). Merece destaque que as receitas de capital, se ficaram abaixo da meta, ainda assim cresceram 184,7%, com aumento de R\$966,7 milhões em relação a 2008.

A despesa paga em 2009, incluído o pagamento dos Restos a Pagar herdados de 2008, atingiu 99,0% da meta estabelecida para o exercício no Cronograma de Desembolso Financeiro, publicado nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O percentual inferior à meta em investimentos e inversões financeiras pode ser explicado, em parte, pela não realização de despesas,

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)*					
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2009					
Em R\$ milhões					
GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2009	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-DEZ**	RP 2008 PAGO	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-DEZ 2009	% REALIZ.
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.722	9.003	557	9.560	98,3%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.112	23.803	678	24.481	101,5%
INVESTIMENTOS/INVERSÕES	3.452	2.322	337	2.659	77,0%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÃO	3.341	3.516		3.516	105,2%
TOTAL	40.626	38.644	1.573	40.216	99,0%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial

**Considerada a despesa paga e excluídas as despesas intra-orçamentárias

inicialmente previstas, que seriam financiadas com recursos de convênios e diretamente arrecadados, cuja disponibilidade financeira ficou em torno de 43% menor do que a previsão inicial. Esse percentual reflete a baixa execução dessas fontes, que são por vezes superestimadas pelos órgãos responsáveis por tais convênios, distorcendo o estabelecimento das metas de desembolso.

II. Resultado Fiscal²

Os resultados fiscais de 2009 foram significativamente afetados pela forte queda nas receitas de petróleo, que regrediram a patamares de 2007, afetando diretamente as receitas do RIOPREVIDÊNCIA (-18,7%).

O efeito desta deterioração na execução das despesas do Estado foi em boa parte amenizado pela capacidade do RIOPREVIDÊNCIA utilizar reservas acumuladas anteriormente. Especificamente, o fundo de pensão dos servidores estaduais, beneficiário principal das receitas de petróleo, poupou o excesso de receita verificado em 2008, permitindo suportar seus pagamentos em 2009 sem riscos, apesar da queda de receitas no ano corrente.

As contas do Estado são, portanto, mais bem entendidas segregando-se o resultado do RIOPREVIDÊNCIA, que estruturalmente é volátil em consequência da natureza de sua principal receita — as participações governamentais na produção de petróleo e gás natural³. Neste caso, observa-se que o Estado teve déficit orçamentário de R\$707,46 milhões no 6º bimestre e superávit de R\$587,63 milhões, no acumulado do ano, que representa redução de 53,6% no resultado orçamentário anual em face de 2008⁴.

² O resultado fiscal exclui as receitas e as despesas intra-orçamentárias.

³ As receitas e despesas do Rio Previdência foram retiradas das respectivas rubricas orçamentárias apenas nas tabelas 3 e 4 deste boletim.

⁴ Nesta seção, a despesa é analisada pela ótica da liquidação, ao contrário da análise apresentada na primeira seção, que utiliza o conceito de despesa efetivamente paga. A comparação dos resultados demonstrado nas tabelas 3 e 4 não consideram as receitas da CEDAE e da Imprensa Oficial, uma vez que ambas as empresas são agora consideradas não dependentes, na forma prevista pelo inciso III, do art. 2º da LRF. A independência da CEDAE está disposta nos "Atos do Governador" do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 01/04/2009 sob o processo de número E-12/223/2009.

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NOV-DEZ 2008/ NOV-DEZ 2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2008	2009		2008	2009	
	I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	5.564,12	6.928,85	24,5%	31.181,96	34.196,97
I.1 RECEITA CORRENTE	5.380,97	6.243,15	16,0%	30.711,00	32.793,76	6,8%
I.1.1 Tributária	4.014,45	4.758,93	18,5%	22.920,74	24.884,73	8,6%
I.1.2 Patrimonial	278,22	406,03	45,9%	2.889,92	2.816,54	-2,5%
I.1.3 Transferências	823,16	797,97	-3,1%	4.187,09	4.598,38	9,8%
I.1.4 Demais Correntes	265,14	280,22	5,7%	713,25	494,12	-30,7%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	183,14	685,70	274,4%	470,96	1.403,21	197,9%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.591,43	7.636,31	15,9%	29.916,40	33.609,35	12,3%
II.1 DESPESA CORRENTE	5.517,35	6.159,23	11,6%	27.409,75	29.592,11	8,0%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	1.636,53	1.889,85	15,5%	8.750,82	9.722,78	11,1%
II.1.2 Demais Correntes	3.498,27	3.904,58	11,6%	16.393,58	17.576,19	7,2%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	382,56	364,80	-4,6%	2.265,35	2.293,14	1,2%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.074,08	1.477,08	37,5%	2.506,64	4.017,24	60,3%
II.2.1 Invest.	902,05	1.266,70	40,4%	1.513,10	2.668,88	76,4%
II.2.2 Inv. Financ.	16,79	18,71	11,4%	128,23	125,41	-2,2%
II.2.3 Amort. Dívida	155,24	191,67	23,5%	865,32	1.222,95	41,3%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-1.027,31	-707,46	31,1%	1.265,56	587,63	-53,6%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	2.221,58	1.938,38	-12,7%	7.867,33	6.394,12	-18,7%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.244,17	1.457,99	17,2%	6.931,32	7.421,15	7,1%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	977,41	480,39	-50,9%	936,02	-1.027,03	-209,7%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	-49,91	-227,07	-355,0%	2.201,58	-439,40	-120,0%

Esse resultado está em consonância com a política de proteção dos investimentos do Estado para diminuir os efeitos da crise econômica, não obstante a queda das receitas federais repartidas com o Estado – ou seja, a decisão de permitir o funcionamento dos chamados estabilizadores cíclicos.

Quando se considera o RIOPREVIDÊNCIA, o Estado do Rio de Janeiro apresenta déficit orçamentário de R\$227,07 milhões no 6º bimestre e de R\$439,40 milhões no acumulado do ano. Como contraste, registre-se o superávit financeiro do RIOPREVIDÊNCIA em 2008, que foi de R\$ 1.347 milhões, suficientes para cobrir o déficit orçamentário de 2009, na ordem de R\$ 1.027,03 milhões.

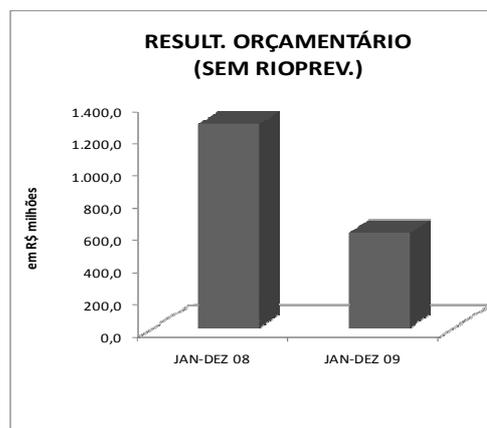
O mecanismo estabilizador proporcionado pelo RIOPREVIDÊNCIA deve-se à decisão de vincular as receitas de *royalties* e participações especiais à instituição. Assim, quando o mercado internacional do petróleo está em alta o fundo acumula recursos; e, quando está em baixa, utiliza esses recursos evitando, na maioria das vezes, a necessidade de aportes de recursos do Tesouro Estadual.

II.1 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do sexto bimestre apresentou déficit de R\$227,07 (-355%). No acumulado do ano, houve redução de 120% (-R\$2.640,98 milhões) decorrentes das variações positivas de 3,9% nas receitas totais e de 11,4% nas despesas totais (Tabela 4).

Com relação às despesas de “Pessoal e Encargos Sociais”⁵, observou-se incremento nominal de 14,3% no sexto bimestre e 10,5% no acumulado do ano. Tal fato vem refletindo as novas contratações de funcionários efetivos realizadas por diversos órgãos; os aumentos concedidos aos demais poderes (+5%); bem como efeitos da reclassificação principalmente das despesas com

Gráfico 1



O crescimento da despesa de pessoal é em parte explicado pela reclassificação de algumas despesas anteriormente contabilizadas como de custeio ou investimento

⁵ Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.

cooperativas (e outros serviços) da esfera de custeio para a de pessoal⁶.

As despesas com investimento ultrapassaram R\$1.269,52 milhões no sexto bimestre (+40,7% em relação ao mesmo período de 2008); e R\$2.674,95 milhões (+76,7%) no acumulado do ano. A seu turno, as demais despesas correntes, aumentaram em 13,2% frente ao sexto bimestre do ano passado, e em 6,3% no ano.

Ademais, em decorrência das boas receitas em 2008, houve aumento das despesas do serviço da dívida – cujo valor tende a ser uma fração fixa da receita líquida real dos 12 meses anteriores – tendo a amortização apresentado aumento de R\$36,44 milhões (+23,5%) em relação ao 6º bimestre de 2008. No acumulado do ano, o aumento da amortização da dívida em relação a 2008 foi de R\$357,64 milhões (+41,3%).

II.2 Resultado Primário⁷

A contração no valor das receitas de royalties e participações especiais referentes à produção de petróleo e gás recebidos pelo Estado, e o aumento nas despesas com investimentos, levaram o resultado primário do 6º bimestre de 2009, desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA, a ficar 23,7% abaixo do alcançado no mesmo período do ano passado, com redução de R\$153,10 milhões, não obstante o aumento de determinadas receitas. (Tabela 5).

No ano, ainda desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA, a queda do resultado primário foi de R\$809,18 milhões (-21,2%). Grande parte dessa queda se explica pelo crescimento da despesa com investimento, que ultrapassou R\$2.674,95 milhões (+76,7%). Esse valor correspondeu a 9,23% da Receita Corrente Líquida – RCL do ano.

⁶ Maior detalhamento na seção IV de despesa.

⁷ O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO SEM SEGREGAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NOV-DEZ 2008/ NOV-DEZ 2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2008	2009		2008	2009	
	I. RECEITA TOTAL (A)	7.785,70		8.867,23	13,9%	
I.1 RECEITA CORRENTE	7.602,55	8.168,28	7,4%	38.525,66	39.100,49	1,5%
I.1.1 Tributária	4.014,45	4.758,93	18,5%	22.920,74	24.884,73	8,6%
I.1.2 Patrimonial	2.088,10	1.816,07	-13,0%	8.577,86	6.778,11	-21,0%
I.1.3 Transferências	823,16	797,97	-3,1%	4.187,09	4.598,38	9,8%
I.1.4 Demais Correntes	676,84	795,31	17,5%	2.839,96	2.839,27	0,0%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	183,14	698,95	281,6%	523,64	1.490,60	184,7%
II. DESPESA TOTAL (B)	7.835,60	9.094,30	16,1%	36.847,71	41.030,50	11,4%
II.1 DESPESA CORRENTE	6.761,11	7.614,40	12,6%	34.340,48	37.007,19	7,8%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.759,95	3.154,78	14,3%	15.061,78	16.636,89	10,5%
II.1.2 Demais Correntes	3.618,60	4.094,82	13,2%	17.013,34	18.077,17	6,3%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	382,56	364,80	-4,6%	2.265,35	2.293,14	1,2%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.074,49	1.479,90	37,7%	2.507,24	4.023,30	60,5%
II.2.1 Invest.	902,46	1.269,52	40,7%	1.513,69	2.674,95	76,7%
II.2.2 Inv. Financ.	16,79	18,71	11,4%	128,23	125,41	-2,2%
II.2.3 Amort. Dívida	155,24	191,67	23,5%	865,32	1.222,95	41,3%
RES. ORÇAM. (A-B)	-49,91	-227,07	-355,0%	2.201,58	-439,40	-120,0%

Tabela 5

RESULTADO PRIMÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NOV-DEZ 2008/ NOV-DEZ 2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2008	2009		2008	2009	
	RECEITA S/ RIOPREV. (A)	5.564,12		6.928,85	24,5%	
RECEITAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (B)	160,31	656,10	309,3%	637,24	1.179,13	85,0%
RECEITA NÃO-FINANC. S/ RIOPREV. (C)	5.403,81	6.272,75	16,1%	30.544,72	33.017,85	8,1%
DESPESAS/ RIOPREV. (D)	6.591,43	7.636,31	15,9%	29.916,40	33.609,35	12,3%
DESPESAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (E)	541,43	564,27	4,2%	3.188,18	3.598,83	12,9%
DESPESA NÃO-FINAN. S/ RIOPREV. (F)	6.050,00	7.072,04	16,9%	26.728,22	30.010,52	12,3%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (C-F)	-646,19	-799,29	-23,7%	3.816,50	3.007,32	-21,2%
RES. PRIMÁRIO RIOPREVIDÊNCIA (G)	943,54	452,23	-52,1%	802,32	-1.213,51	-251,2%
RES. PRIM. C/ RIOPREV. (C-F) + (G)	297,35	-347,06	-216,7%	4.618,83	1.793,82	-61,2%

A relação entre investimento e RCL proporciona uma medida do esforço de investimento da administração. Este esforço, que tem sido crescente, refletiu-se em uma relação investimento/RCL de 6,38% no triênio 2007-2009⁸, contra uma média de 4,93% no triênio 2003-2005 (Tabela 6). Uma medida alternativa, do investimento/despesas totais, confirma a prioridade dada ao investimento nos últimos três anos (3,67% em 2003-2005 e 4,81% em 2007-2009).

Tabela 6

Em R\$ mil

Triênio	Investimentos	Despesa Total (s/ Intra-Orçamentária)	RCL	Invest./ Desp. Total	Invest./ RCL
2003-2005	2.915.365	79.473.178	59.151.717	3,67%	4,93%
2007-2009	5.306.806	110.389.733	83.178.077	4,81%	6,38%

Tabela 7

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NOV-DEZ 2008/ NOV-DEZ 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2008	2009		2008	2009	
TRIBUTÁRIA	4.014,45	4.758,93	18,5%	22.920,74	24.884,73	8,6%
CONTRIBUIÇÕES	212,14	201,51	-5,0%	858,38	905,21	5,5%
PATRIMONIAL	2.088,10	1.816,07	-13,0%	8.577,86	6.778,11	-21,0%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,02	112,8%	0,04	0,17	308,2%
INDUSTRIAL	0,26	0,23	-11,0%	1,33	4,43	234,1%
DE SERVIÇOS	104,50	55,12	-47,3%	775,85	313,42	-59,6%
TRANSF. CORR.	823,16	797,97	-3,1%	4.187,09	4.598,38	9,8%
OUTRAS CORR.	359,94	538,43	49,6%	1.204,37	1.616,04	34,2%
REC. CORR.	7.602,55	8.168,28	7,4%	38.525,66	39.100,49	1,5%
REC. CAPITAL	183,14	698,95	281,6%	523,64	1.490,60	184,7%
Total	7.785,70	8.867,23	13,9%	39.049,30	40.591,09	3,9%

III. Receita Estadual⁹

A arrecadação total do sexto bimestre apresentou elevação de 13,9% frente ao mesmo período do ano anterior, mesmo tendo ocorrido contração de R\$272 milhões nas receitas patrimoniais (Tabela 7). O motor da arrecadação do sexto bimestre foi, sem dúvida, o incremento na receita tributária, que cresceu +18,5% em relação ao mesmo período de 2008. Graças ao reforço da arrecadação tributária, as receitas estaduais alcançaram R\$40.591,09 milhões em 2009, implicando crescimento de 3,9% em relação a 2008.

O bom desempenho da arrecadação no primeiro e último quadrimestre de 2009 distinguiram evolução dos tributos no Estado do Rio de Janeiro, que mostrou um crescimento médio favorável entre os principais estados da Federação, de acordo com os resultados produzidos pela COTEPE (Tabela 8).

Tabela 8

ICMS - Principais Estados em Arrecadação

R\$ milhões correntes

Estados	Jan/Dez 08 (A)	Jan/Dez 09 (B)	(B/A) Var. %
São Paulo	74.395	76.513	2,85%
Minas Gerais	22.378	21.965	-1,84%
Rio de Janeiro	17.692	18.619	5,24%
Rio Grande do Sul	14.536	14.741	1,41%
Bahia	9.558	9.352	-2,15%

Fonte: COTEPE

III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes elevaram-se 7,4% no sexto bimestre em relação ao mesmo período de 2008 (+R\$565,73 milhões). Este aumento compensou a desaceleração observada no meio do ano, decorrente da queda de transferências constitucionais (FPE, etc.) e das participações governamentais, assim como do menor dinamismo da arrecadação do ICMS. Com isto, o

⁸ RCL sem CEDAE e IO.

⁹ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do Rio Previdência.

crescimento das receitas correntes no ano todo foi de 1,5%, resultando em um montante de R\$39,10 bilhões.

As receitas patrimoniais do sexto bimestre de 2009 foram 13% inferiores àquelas do mesmo período de 2008 (-21% no ano). O decréscimo destas receitas reflete a queda das participações governamentais do petróleo e gás natural, ainda que estas receitas tenham se mostrado maiores do que os valores projetados para efeitos da fixação da meta orçamentária discutida no início deste boletim.

O último bimestre de 2009 apresentou queda nas receitas de transferências de 3,1% em relação ao mesmo período de 2008. O conjunto de transferências, no entanto, apresentou crescimento de 9,8% no acumulado do ano, em grande parte por refletir a devolução de parte dos recursos aplicados pelo ERJ no FUNDEB. Este aumento está relacionado basicamente ao efeito da maior vinculação ao Fundo (passou-se a vincular 20% dos tributos estaduais em vez de 16,66%).¹⁰ Considerando-se apenas as transferências da União, o crescimento foi de apenas 0,4% em 2009, resultado principalmente da queda do FPE (-3,6%).

As transferências correntes cresceram 9,8% em 2009, refletindo principalmente um artifício contábil decorrente do FUNDEB, que é uma receita que sai dos próprios cofres do Estado.

A variação nas receitas de serviços reflete essencialmente um efeito estatístico, i.e, a alteração da classificação tradicional das receitas oriundas dos serviços prestados pelo DETRAN-RJ (vistoria, emissão de documentos, etc.). A partir de 2009, estas foram classificadas como receitas de Taxas (tributárias), em cumprimento a determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), reduzindo as receitas de serviços.

III.1.1 Receita Tributária

A receita tributária até dezembro de 2009 foi de R\$24.884,73 milhões (+8,6% em relação a 2008), dos quais R\$4.758,93 milhões correspondentes ao sexto

¹⁰ Na prática, o crescimento da receita do FUNDEB é apenas a contrapartida da maior transferência que o Estado fez ao Fundo, e em menor medida ao crescimento da participação do Estado sobre o volume de recursos do FUNDEB, também relacionada à transição de FUNDEF para FUNDEB, no qual as matrículas do Ensino Médio entraram progressivamente no cálculo do rateio entre o Estado e Municípios.

bimestre, que apresentou crescimento de 18,5% (Tabela 9).

A arrecadação do ICMS no Rio de Janeiro comportou-se bem durante o período de desaceleração do PIB, com aumento relativo ao ano anterior no primeiro trimestre, manutenção de patamares no período junho-setembro, e aceleração acentuada nos últimos três meses do ano. Esse desempenho reflete tanto características estruturais destas receitas, quanto a implantação gradual de uma série de medidas de administração tributária ao longo do ano.

Os principais setores, tais como energia elétrica (14,7% da arrecadação) e telefonia (17,9% da arrecadação) tiveram um crescimento moderado (5,3% em ambos os casos), dando sustentação nos meses mais fracos, mas também freando o crescimento nos momentos mais dinâmicos da economia (Tabela 10).

O setor industrial apresentou contração importante, principalmente na parte de siderurgia (-24%), onde o mercado interno perdeu força, e na parte de petroquímica, onde a reestruturação societária que vem de alguns anos ainda não permitiu pleno desenvolvimento do potencial da indústria fluminense. De fato, o setor de petróleo-petroquímica, cuja participação na arrecadação de ICMS foi de 12,3% do total, apresentou contração no ano de 4,8%, explicada ainda pela *atonia* da arrecadação associada ao refino decorrente do extensivo uso de créditos tributários nesse segmento.

A aceleração da arrecadação de ICMS em 2009 deveu-se, portanto, a uma série de medidas que possibilitou ampliar a arrecadação nos setores ligados ao consumo interno, notadamente o comércio. Essas medidas, focadas em reforçar a conformidade legal dos contribuintes permitiu o estado aproveitar a recuperação da economia observada a partir de setembro tanto a nível nacional quanto no Estado (Box 1).

Tabela 9

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NOV-DEZ2008/ NOV-DEZ 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.014,45	4.758,93	18,5%	22.920,74	24.884,73	8,6%
ICMS	3.172,20	3.604,61	13,6%	17.689,76	18.619,47	5,3%
Adicional do ICMS	339,60	364,59	7,4%	1.909,51	1.994,35	4,4%
IRRF	306,96	502,54	63,7%	1.268,33	1.283,78	1,2%
IPVA	63,52	74,01	16,5%	1.237,66	1.511,18	22,1%
ITD e ITBI	44,86	55,01	22,6%	248,87	290,45	16,7%
Taxas	87,32	158,18	81,1%	566,61	1.185,51	109,2%

Tabela 10

ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2008/2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		part % 2009	var % 09/08	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		part % 2009	var % 09/08
	2008	2009			2008	2009		
BEBIDAS	156,74	196,18	5,4%	25,2%	901,52	964,34	5,2%	7,0%
EDITORIAL E GRÁFICA	71,82	22,37	0,6%	-68,9%	419,04	366,74	2,0%	-12,5%
ELETRÔELETRÔNICO	27,44	51,94	1,4%	89,3%	221,61	216,61	1,2%	-2,3%
ENERGIA ELÉTRICA	456,57	488,95	13,6%	7,1%	2.548,96	2.739,45	14,7%	7,5%
METALURGIA / SIDERURGIA	159,80	147,81	4,1%	-7,5%	986,42	746,68	4,0%	-24,3%
PERFUMARIA / COSMÉTICOS	79,34	86,35	2,4%	8,8%	424,17	459,28	2,5%	8,3%
PETROLÍFERA / PETROQUÍMICA	426,01	482,73	13,4%	13,3%	2.412,12	2.297,07	12,3%	-4,8%
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	81,22	102,18	2,8%	25,8%	445,85	548,06	2,9%	22,9%
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	107,08	122,09	3,4%	14,0%	609,20	709,30	3,8%	16,4%
QUÍMICA	139,31	111,41	3,1%	-20,0%	651,99	734,13	3,9%	12,6%
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	540,65	616,58	17,1%	14,0%	3.161,44	3.329,78	17,9%	5,3%
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	37,70	41,87	1,2%	11,1%	207,17	227,65	1,2%	9,9%
SUPERMERCADOS (ATAQ/VAREJO)	137,90	226,61	6,3%	64,3%	849,80	1.065,02	5,7%	25,3%
TÊXTIL / VESTUÁRIO	65,36	102,53	2,8%	56,9%	411,73	566,18	3,0%	37,5%
TRANSPORTE VIÁRIO	82,30	159,69	4,4%	94,0%	588,37	653,04	3,5%	11,0%
OUTROS	602,96	645,33	17,9%	7,0%	2.853,03	2.996,12	16,1%	5,0%
TOTAL	3.172,20	3.604,61	100,0%	13,6%	17.692,41	18.619,45	100,0%	5,2%



No comércio, o setor de supermercados apresentou crescimento de receita de 64,3% no sexto bimestre e de 25,3% no ano, na esteira do fortalecimento da fiscalização de redes grandes e pequenas e da vitalidade do consumo das famílias. O setor Têxtil/Vestuário também apresentou comportamento dinâmico (+37,5%).

Um desenvolvimento interessante em 2009 foi a redução da concentração da arrecadação, fruto do esforço do alargamento da base de tributação e da evolução da economia. Em particular, houve forte queda da arrecadação de algumas das cinco maiores empresas, cuja participação caiu de 35% para 31%, e aumento entre as 30 e 80 empresas seguintes, cuja participação aumentou em mais de 3,5 pontos percentuais (Tabela 11). O aumento nesses segmentos se deve, entre outros fatores, à melhora da arrecadação de algumas grandes redes de comércio, assim como do dinamismo no setor de petróleo, notadamente pela aplicação do Convênio CONFAZ 130/2007 relativo ao investimento na produção de petróleo e gás. Finalmente, o setor de veículos mais pesados apresentou desempenho bastante positivo, refletindo a demanda por transportes rodoviários (a produção de ônibus e caminhões em 2009, por exemplo, recuperou-se quase completamente, aproximando-se os patamares recorde observados em 2008).

Tabela 11

Arrecadação do ICMS em 2008 e 2009 excluindo FECF e incluindo receitas acessórias

FAIXAS DOS CONTRIBUINTES	REPRES %		R\$ Bilhões 2009
	2008	2009	
5 maiores	35,45	31,66	6,053
20 maiores	54,97	51,48	9,843
21 a 50 maiores	8,54	10,69	2,044
51 a 100 maiores	7,13	8,57	1,639
101 a 250 maiores	9,26	9,32	1,783
251 a 500 maiores	5,24	5,55	1,06
500 maiores contribuintes	85,15	85,61	16,369
Grupo de 501 a 1000	4,35	3,99	0,764
1.000 maiores contribuintes	89,5	89,6	17,133
Demais contribuintes	10,5	10,4	1,988
Arrecadação total (ICM, ICMS e r	100	100	19,121

Receitas acessórias = Dívida ativa, multa e mora.

A arrecadação do IPVA aumentou 22,1% no último bimestre de 2009, resultado da ação repressiva do DETRAN/RJ a partir do começo do ano.

A arrecadação do IPVA apresentou crescimento de 22,1% em 2009 e 16,5% no sexto bimestre (Tabela 7). Este desempenho está associado à ação de cobrança desenvolvida pela SEFAZ e PGE desde 2008 e, especialmente, pela repressão desenvolvida pelo DETRAN/RJ a partir do começo de 2009, tendo a última contribuído para aumentar notadamente a receita no primeiro semestre.

O Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações – ITD – apresentou elevação no sexto bimestre de 22,6% em relação ao mesmo período de 2008 e de 16,7% no ano (Tabela 7). Esse crescimento reflete a automação de processos, especialmente com a emissão de guias pela internet baseadas no cálculo do imposto devido mediante programa eletrônico acessível ao contribuinte, no caso da parceria estabelecida com o Município do Rio de Janeiro em 2007.

O crescimento das receitas de Taxas (Tabela 12), em relação ao último bimestre de 2008, foi de 81,1%; e 109,2%, no acumulado do ano. Isto é relacionado à reclassificação da Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito (R\$14,25 milhões no bimestre; e R\$229,7 milhões no ano) e da Taxa de Serviços de Trânsito (R\$48,16 milhões no bimestre; e R\$312,92 milhões no ano), ambas arrecadas pelo DETRAN e antes classificadas em receitas de Serviços (até 2008). Juntas, elas totalizaram 39,5% do recolhimento total de Taxas no bimestre, e 45,8% do recolhimento no acumulado do ano.

Excluindo-se os valores do DETRAN, as Taxas no bimestre cresceram 9,7% em relação ao mesmo período de 2008, enquanto no acumulado do ano houve crescimento de 13,5%.

Os emolumentos e custas judiciais e extrajudiciais apresentaram no acumulado do ano crescimentos de 26,2% e 14% respectivamente, explicados em parte pelo reajuste da tabela de preços desses serviços. Essas

Tabela 12

RECEITA DE TAXAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NOV-DEZ 2008 / NOV-DEZ 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2008	2009		2008	2009	
	Taxas	87,32	158,18	81,1%	566,61	1.185,51
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	4,53	17,35	283,4%	21,82	249,17	1041,8%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito*	0,00	14,25	0,0%	0,00	229,70	0,0%
Outras	4,53	3,11	-31,4%	21,82	19,47	-10,8%
Taxas pela Prestação de Serviços	82,79	140,82	70,1%	544,79	936,34	71,9%
Emolumentos e Custas Judiciais	38,88	47,29	21,6%	224,19	282,91	26,2%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	33,94	38,40	13,2%	187,11	213,26	14,0%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	9,98	55,13	452,6%	133,49	440,17	229,7%
Taxa de Serviços de Trânsito*	0,00	48,16	0,0%	0,00	312,92	0,0%
Outras	9,98	6,97	-30,1%	133,49	127,25	-4,7%

Nota: * Taxas do DETRAN

As taxas, excluindo-se DETRAN, cresceram 9,7% no bimestre e 13,5% no acumulado do ano.



receitas são capturadas pelo Poder Judiciário, aplicando-se em fundo próprio.

Box 1 - Panorama Econômico ERJ

O Estado do Rio de Janeiro reverteu seu mau desempenho na indústria de transformação, que encolheu 6,2% em novembro, mas cresceu 1,6% em dezembro. A queda de produção teve forte influência dos setores de metalurgia básica (-10%), refino de petróleo e álcool (-15%) e outros produtos químicos (-12%). A recuperação foi impulsionada em dezembro principalmente pelos setores de bebidas (+22%), refino de petróleo e álcool (+21%) e produtos de limpeza (+42%). A indústria farmacêutica andou no sentido contrário da indústria fluminense, crescendo 26% em novembro e contraindo 21% em dezembro. O crescimento da indústria nacional de transformação manteve-se mais estável nesses meses e fechou o ano com um crescimento 17,9%, um pouco maior que o crescimento de 16,7% da indústria fluminense no ano.

A indústria extrativa mineral, responsável por mais da metade do PIB industrial do estado (ver Box 2), teve comportamento atípico nos últimos dois meses de 2009, com desempenho abaixo daquele da indústria extrativa no Brasil. Em novembro, houve queda da produção (-3,7%, comparado à queda de 0,2% no Brasil), ao passo que em dezembro, a recuperação (crescimento de 2%) foi insuficiente para reverter o desempenho negativo no bimestre novembro/dezembro. É importante mencionar, contudo, que o crescimento da indústria extrativa fluminense nos últimos anos tem sido estável, com poucas e tenues flutuações mensais. Enquanto, no ápice da crise, a produção da indústria extrativa nacional chegou a cair 20% (entre outubro e dezembro de 2008), no ERJ a flutuação da produção foi insignificante, podendo mesmo ser confundida com variações sazonais e movimentos de estoque (ver Gráfico 1).

O Estado registrou queda de 0,9% nas vendas no varejo no mês de novembro, mas acumulou um crescimento de 12,2% desde novembro de 2008. O desempenho nacional das vendas no varejo foi ainda pior no mês de novembro, registrando uma contração de 2,1%, acumulando um crescimento de 11% em doze meses. Essas quedas podem parecer preocupantes para um fim de ano, mas a série histórica de varejo aponta que um forte crescimento sazonal ocorre nos meses de dezembro, cujo os dados ainda não foram divulgados. (Gráfico 2)

Enquanto no país o índice de preços ao consumidor (IPC) manteve um crescimento constante em torno de 0,25%, no Estado do Rio de Janeiro o índice registrou um aumento de 0,36% e 0,48% nos meses de novembro e dezembro respectivamente, bem acima da inflação nacional. No fim do ano de 2008 houve forte pressão inflacionária, o que gerou a queda da inflação acumulada em 12 meses, tanto no Brasil, como no estado. O IPC fechou o ano de 2009 com crescimento de 3,95% no país e 3,26% no estado fluminense. Essa inflação estadual repercutiu no rendimento médio real na região metropolitana do Rio de Janeiro, que cresceu 5,4% - menos que o crescimento nacional de 6,2%. O crescimento médio real do trabalho no acumulado de 12 meses (+0,3%) segue menor que a média nacional (+0,9%).

A população economicamente ativa (PEA) na região metropolitana cresceu 1,3% em novembro e 0,5% em dezembro, fechando o ano com um crescimento 0,7%, a metade do aumento nacional da PEA (+1,4%). A taxa de desocupação na região metropolitana do estado terminou o ano em 5,4%, melhor que a desocupação de 6,2% registrada ao fim do ano de 2008, e a taxa nacional de desocupação de 6,8%, que encerrou o ano de 2009. A queda da taxa de desemprego no estado, como já alertado em versões anteriores desse boletim, é resultante do aumento do emprego informal. Em dezembro de 2009, o número de empregados sem carteira assinada era 5,1% maior do que em dezembro de 2008 (enquanto que no Brasil, o emprego informal cresceu apenas 1,8%). Já o desempenho do emprego formal no Rio segue fraco, com aumento de 0,9% - comparado a crescimento de 1,7% no Brasil.

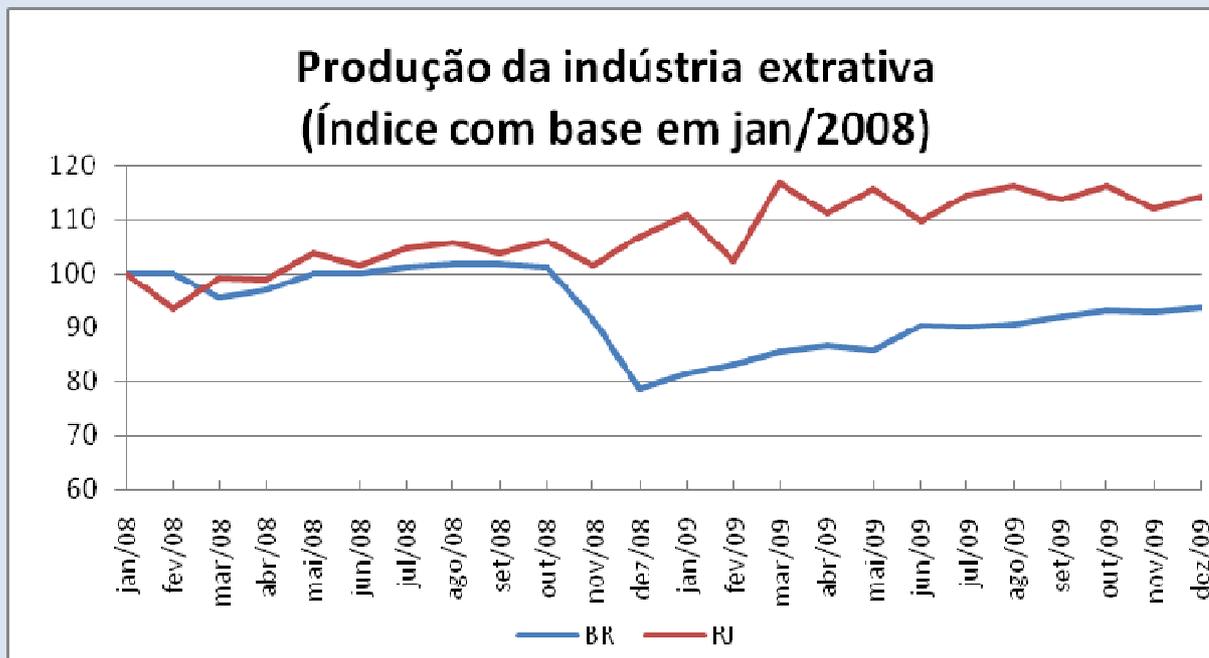


PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE					
PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		nov/09	dez/09	nov/09	dez/09
Produção na Indústria Extrativa (1)	BR	-0,2%	1,0%	1,6%	19,2%
	ERJ	-3,7%	2,0%	10,5%	7,0%
Produção na Indústria de Transformação (1)	BR	1,5%	0,2%	3,8%	17,9%
	ERJ	-6,2%	1,6%	-0,6%	16,7%
Vendas no Varejo (2) (9)	BR	-2,1%	-	11,0%	-
	ERJ	-0,9%	-	12,2%	-
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		nov/09	dez/09	nov/09	dez/09
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	0,26%	0,24%	4,23%	3,95%
	ERJ	0,36%	0,48%	3,96%	3,26%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		nov/09	dez/09	nov/09	dez/09
Pessoas Economicamente Ativas (4)	BR	0,3%	0,4%	0,4%	1,4%
	ERJ	1,3%	0,5%	-0,5%	0,7%
Rendimento Médio Real do Trabalho (5) (9)	BR	6,2%	-	0,9%	-
	ERJ	5,4%	-	0,3%	-
Empregado sem carteira (6)	BR	0,4%	1,8%	-1,8%	1,8%
	ERJ	5,5%	0,0%	6,3%	5,1%
Empregado com carteira (7)	BR	0,8%	1,2%	1,4%	1,7%
	ERJ	0,9%	1,0%	-0,4%	0,9%
DESEMPREGO		nov/09	dez/09	nov/08	dez/08
Taxa de Desocupação (8)	BR	7,4	6,8	7,6	6,8
	ERJ	5,5	5,4	6,9	6,2

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

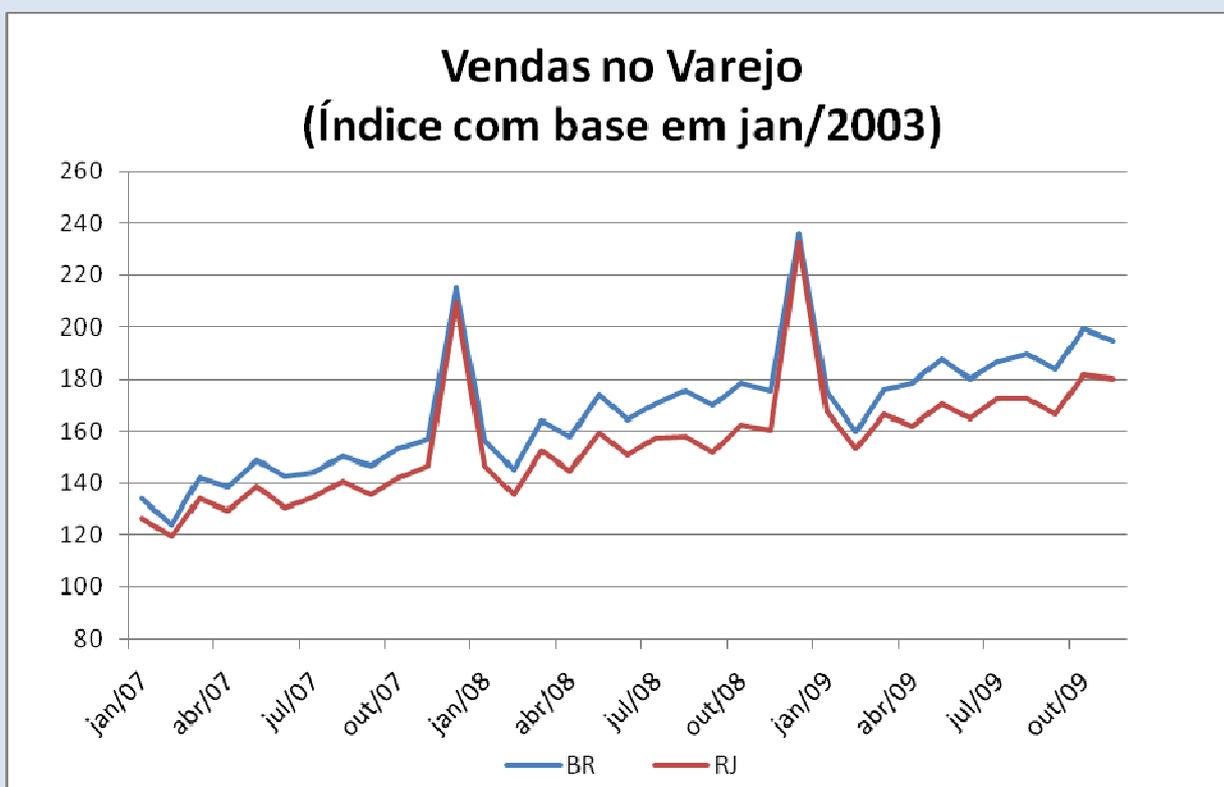
(1) Produção física industrial, com ajuste sazonal, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, PMC - IBGE. (3) índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, PME-IBGE. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. (9) Os dados estão disponíveis até o mês de novembro. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas.

Gráfico 1



Fonte: Elaboração própria a partir da PIM-PF Brasil (BR) e PIM-PF Regional (RJ) - IBGE.

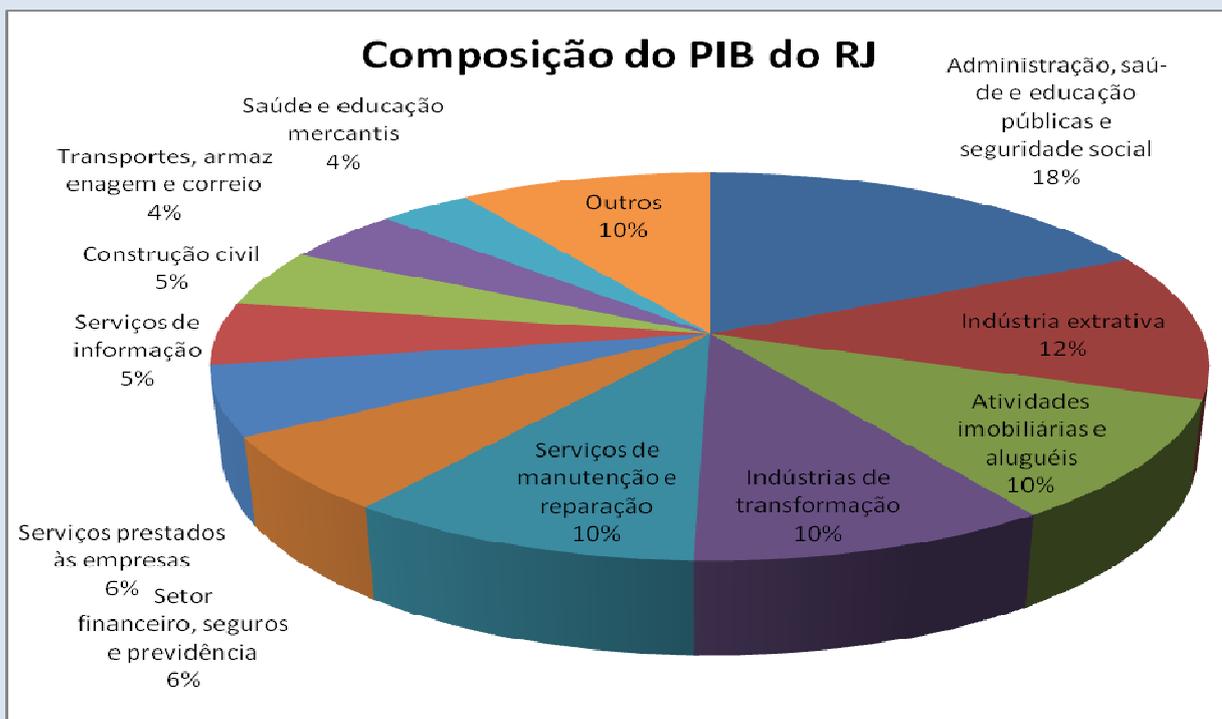
Gráfico 2



Fonte: Elaboração própria a partir da PMC - IBGE.

Box 2 - Composição do PIB fluminense em 2007

Recentemente, o IBGE divulgou informações sobre o PIB dos estados referentes ao ano de 2007. A indústria extrativa mineral representa 12% do PIB fluminense (participação muito maior do que nos estados vizinhos). Por sua vez, a indústria de transformação participa com 10% do PIB fluminense, comparado a 22% em São Paulo e 18% em Minas Gerais. Esse padrão tem sido constante durante a década de 2000. Outro elemento que caracteriza o PIB do ERJ é a forte participação de serviços de administração pública (inclusive educação e saúde), com 18% do PIB (comparado a 14% em Minas e 9% em São Paulo). A participação do setor de serviços não tributáveis pelo ICMS chega a 62% do ERJ, comparado a 57% em São Paulo e 49% em Minas, em 2007. Considerando-se adicionalmente que a indústria extrativa do Rio de Janeiro é em grande parte isenta de tributação, em decorrência de legislação nacional que protege o setor de petróleo (ao contrário da indústria extrativa em outros estados), a fração do PIB que é tributável pelo ICMS é muito menor no Rio do que nos estados vizinhos.

Gráfico 1**III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties**

A Receita Patrimonial no acumulado do ano alcançou o montante de R\$6.778,11 milhões (-21%) e R\$1.816,07 milhões no sexto bimestre (-13%), conforme a Tabela 10. O principal motivo desta queda foi o decréscimo da receita de participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás, que foi de 16% no bimestre e de 27,3% no

acumulado do ano. Esta queda se explica principalmente pela queda nos preços internacionais do petróleo (-16,8%) e do câmbio (-10,4%), que não foi suficientemente compensada pelo aumento da produção (8,3%) no período de cálculo do bimestre Set-Out¹¹ (ver Tabela 14). A queda teria sido maior, não fosse a entrada de R\$200 milhões referentes ao acerto de Marlim relativos a anos pretéritos.

O valor dos resgates dos CFTs¹², segunda maior receita patrimonial, efetuados no sexto bimestre de 2009 foi 56,9% maior que o realizado no mesmo período de 2008 (Tabela 13). No acumulado do ano há elevação foi de 2,5%.

Cabe lembrar que a receita advinda do resgate desses títulos é resultado da permuta de haveres financeiros com o Tesouro Nacional. Pela troca, o Estado recebeu CFTs, cedendo ativos associados às receitas estaduais da produção de petróleo e gás à União até 2014. Os CFTs não se constituem, portanto, fonte de receita adicional efetiva para o Estado, visto que seu valor é indiretamente subtraído das receitas de petróleo, eliminando qualquer contribuição líquida destes títulos para as receitas consolidadas do Estado, salvo por diferenças temporais no calendário de seu resgate.

III.1.3 Receita de Transferências

As receitas de transferências somaram R\$797,97 milhões no sexto bimestre de 2009, e R\$4.598,38 milhões no ano. Esse desempenho representa variação negativa de 3,1% no bimestre e positiva de 9,8% no ano, ambas fortemente influenciadas pelas transferências do FUNDEB, que não necessariamente representam recursos adicionais para o Estado, visto este fundo ser alimentado principalmente por receitas do próprio Estado (Tabela 15).

Tabela 13

RECEITA PATRIMONIAL

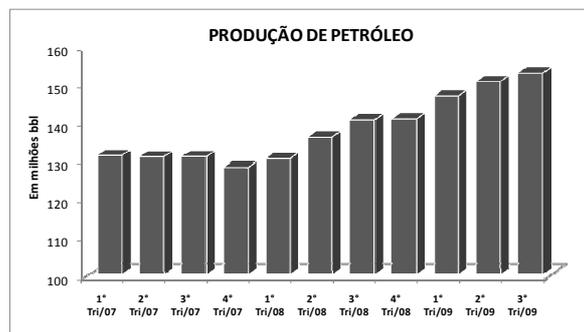
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NOV-DEZ 2008/ NOV-DEZ 2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2008	2009		2008	2009	
	R\$ milhões					
RECEITA PATRIMONIAL	2.088,10	1.816,07	-13,0%	8.577,86	6.778,11	-21,0%
Petróleo	1.798,23	1.509,78	-16,0%	6.719,76	4.886,76	-27,3%
Royalties	381,61	330,70	-13,3%	2.262,77	1.709,38	-24,5%
Part. Especial	1.416,18	1.178,70	-16,8%	4.454,35	3.175,45	-28,7%
FEP	0,44	0,37	-15,2%	2,63	1,94	-26,4%
CFT's	137,55	215,87	56,9%	1.299,31	1.331,56	2,5%
Aplic. Financeiras	140,60	79,44	-43,5%	500,17	501,89	0,3%
Demais Rec. Patrimoniais	11,72	10,98	-6,3%	58,63	57,89	-1,3%

Tabela 14

Discriminação	Set-Out 2008	Set-Out 2009	Var. %
Produção (milhões de bbl)	93,82	101,59	8,3%
Brent (US\$/bbl)	84,41	70,21	-16,8%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,99	1,78	-10,4%

Gráfico 2



¹¹ De acordo com a Lei 7990/1989 e a Lei 9478/97, a produção utilizada para o cálculo das indenizações de petróleo e gás natural possui uma defasagem de dois meses em relação ao recebimento de tais receitas.

¹² Certificados Financeiros do Tesouro.

As transferências da União caíram no último bimestre do ano (-19,5%); embora no acumulado do ano elas praticamente não terem se alterado (+0,4%). Entre as transferências federais, houve grande diversidade de comportamento ao longo do ano, com aumento daquelas do SUS e queda do FPE, IPI e CIDE.

O FPE apresentou elevação de 2,7% no bimestre, mas queda de 3,6% no acumulado do ano. O crescimento no final do ano se explica em boa parte pelo efeito da transferência para a União dos depósitos tributários anteriormente no balanço da Caixa Econômica Federal. A decisão de incluir esses recursos entre as receitas tributárias disparou a repartição da parte deles correspondente a ações judiciais envolvendo o IR e o IPI. Já a queda das transferências ao longo do ano se explica pela desaceleração da atividade econômica no começo do ano e as desonerações instituídas como medidas anticíclicas.

Outra transferência da União que apresentou acentuada queda no ano foi a de CIDE, que reduziu seu valor frente ao ano passado em R\$32,21 milhões (-39,6%), em decorrência principalmente de compensações feitas por empresas que respondem pela maior parte do recolhimento deste tributo.

O aumento da receita do SUS (+R\$172,6 milhões, ou 27,2%), é devido ao aumento dos preços na tabela de procedimentos de média e alta complexidade, bem como da capacidade do Estado em levantar recursos adicionais para programas de combate à gripe suína, dengue, e investimentos em equipamentos na rede própria, nefrologia, e capacitação de profissionais de saúde.

As receitas do FUNDEB aumentaram em R\$87,25 milhões (+33,1%) no sexto bimestre; no acumulado do ano, houve aumento de R\$414,23 milhões (+27,8%), refletindo a maior transferência de recursos do Estado para o Fundo.

Cabe ressaltar a diminuição da receita de Convênios, de 6,2% no acumulado do ano, e de 32,2% no sexto

Tabela 15

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NOV-DEZ 2008/ NOV-DEZ 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2008	2009		2008	2009	
	RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	823,16	797,97	-3,1%	4.187,09	4.598,38
Transf da União	527,64	424,90	-19,5%	2.483,87	2.492,79	0,4%
FPE	134,71	138,34	2,7%	717,38	691,41	-3,6%
IPI exp	71,79	88,54	23,3%	518,97	447,52	-13,8%
IOF	0,01	0,01	-36,8%	0,07	0,06	-20,1%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	81,31	49,11	-39,6%
SUS	119,17	111,32	-6,6%	635,34	807,94	27,2%
Salário Educação	39,26	43,11	9,8%	238,04	272,22	14,4%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	85,78	85,78	0,0%
Demais Transf. da União	148,40	29,28	-80,3%	206,99	138,76	-33,0%
FUNDEB	263,69	350,94	33,1%	1.489,89	1.904,12	27,8%
Convênios	31,53	21,39	-32,2%	211,07	198,01	-6,2%
Outras Transf. Corr.	0,30	0,74	148,3%	2,26	3,45	52,5%

O FPE apresentou elevação de 2,7% no bimestre e queda de 3,6% no ano, enquanto o IPI-Ex apresentou elevação de 23,3% no bimestre, e queda de 13,8% no ano; houve ainda perda de R\$ 32,21 milhões na transferência da CIDE.

O aumento das receitas de transferências no acumulado de 2009 (+9,8%) está relacionado basicamente ao efeito da maior vinculação do FUNDEB, e ao aumento das receitas do SUS.

bimestre, ambos em relação ao respectivo período de 2008. As principais quedas neste sentido são referentes a convênios do SUS (-73% no bimestre; -54% no ano) e programas de assistência social (-75% no bimestre; -45% no ano). No caso do SUS, houve repasses em 2008 para compra de equipamentos das UPAs que não se repetiram em 2009. No caso dos programas de assistência social, a queda se explica pelos repasses dos convênios do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) terem sido completados em 2008.

Por fim, as “Demais Transferências da União” apresentaram variação negativa de 80,3% no bimestre, que afetou seu rendimento no ano (-33%). Esta redução reflete um maior repasse referente ao FEX em 2008 que em 2009. Isto porque, no exercício passado, o repasse incluiu tanto valores referentes a 2008, como referentes a 2007.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As “Demais Receitas Correntes” apresentaram elevação de 17,5% no último bimestre do ano, implicando variação nula em 2009. No entanto, deve-se levar em consideração a reclassificação das receitas do DETRAN da Rubrica “Receita de Serviços” para “Taxas” (cujo impacto nas receitas tributárias já foi devidamente comentado), e o encontro de contas da CEDAE, que originou o recebimento de R\$ 300 milhões em “Receitas de Dívida Ativa” no acumulado do ano.

Quando se realiza o ajuste para estes fatores, observa-se que houve crescimento de 8,5% no ano, e de 26,7% na comparação bimestral.

As Receitas de Contribuições apresentaram queda de 5,0% no sexto bimestre, mas elevação de 5,5% no acumulado do ano, em relação aos mesmos períodos de 2008, determinado em parte pela expansão dos gastos em Pessoal e Encargos Sociais decorrentes de aumentos salariais e contratações.

Tabela 16

DEMAIS RECEITAS CORRENTES

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NOV-DEZ 2008/ NOV-DEZ 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2008	2009		2008	2009	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	676,84	795,31	17,5%	2.839,96	2.839,27	0,0%
Receita de Contribuições	212,14	201,51	-5,0%	858,38	905,21	5,5%
Receita Agropecuária	0,01	0,02	112,8%	0,04	0,17	308,2%
Receita Industrial	0,26	0,23	-11,0%	1,33	4,43	234,1%
Receita de Serviços	104,50	55,12	-47,3%	775,85	313,42	-59,6%
Multas e Juros de Mora	41,33	60,32	45,9%	259,74	307,07	18,2%
Indenizações e Restituições	5,63	28,56	407,8%	80,39	113,26	40,9%
Dívida Ativa	15,45	34,10	120,8%	94,14	409,84	335,4%
Receitas Diversas	297,53	415,44	39,6%	770,10	785,87	2,0%



As “Multas e Juros de Mora” elevaram-se em 45,9% no bimestre. O crescimento de 18,2% no acumulado de 2009 se deve, em grande parte, à regularização de débitos de contribuintes junto ao tesouro estadual, principalmente com relação ao IPVA.

As “indenizações e restituições” apresentaram elevação de 407,8% no último bimestre do ano, acarretando aumento de 40,9% no acumulado.

Em 2009, a arrecadação da “Dívida Ativa” variou positivamente em R\$315,7 milhões (+335,4%). Entretanto, descontadas as receitas do acerto de contas da CEDAE, a rubrica apresentou crescimento no ano de 16,7%. Houve, por outro lado, variação positiva de 120,8% no sexto bimestre, reflexo da adoção do reforço na cobrança dos créditos tributários realizada pela subsecretaria de receita do Estado.

III.2 Receitas de Capital

Não obstante terem tido um desempenho abaixo das metas da programação orçamentária para o ano, as “Receitas de Capital”, que tipicamente incluem o desembolso de empréstimos, apresentaram elevação de 281,6% no sexto bimestre (+R\$515,81 milhões) e 184,7% (+R\$ 966,96 milhões) no acumulado do ano em relação aos respectivos períodos em 2008, decorrente em parte da venda de ativos financeiros para o Banco do Brasil (Tabela 17).

O desembolso do PEF-II por parte do Banco do Brasil permitiu que as “Operações de Crédito” apresentassem expressiva expansão de 180,4% no bimestre e de 56,5% no acumulado ano.

A rubrica “Alienação de Bens” apresentou desempenho significativo no último bimestre, e por consequência no ano, por conta da cessão de direitos pelo Estado do Rio de Janeiro de parte da indenização do petróleo, referente ao campo de Marlim, entre 2002 e 2006, no montante de R\$447 milhões.

Tabela 17

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NOV-DEZ 2008/ NOV-DEZ 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITAS DE CAPITAL	183,14	698,95	281,6%	523,64	1.490,60	184,7%
Operações de Crédito	47,47	133,08	180,4%	175,61	274,81	56,5%
Alienação de Bens	0,00	447,64	0,0%	1,55	448,09	28.859,2%
Amortiz. de Empréstimos	6,10	24,10	294,8%	93,61	140,81	50,4%
Transf. de Capital	129,02	94,13	-27,0%	248,44	626,69	152,2%
Outras Rec. de Capital	0,55	0,00	-100,0%	4,43	0,20	-95,5%

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

A dotação orçamentária anual, já consideradas as alterações orçamentárias efetuadas ao longo do ano, alcançou R\$43,91 bilhões. Em relação à dotação inicial, aprovada na Lei nº 5.369, de R\$41.942 milhões, o crescimento foi de 3,5% - R\$1,48 bilhão, dos quais R\$727,25 milhões nas despesas financiadas com recursos do Tesouro, por conta das receitas extraordinárias realizadas no final do exercício¹³.

O uso do espaço orçamentário do Executivo ocorreu em ritmo sustentado, tendo sido empenhados, até o final do ano, R\$39,17 bilhões dos R\$ 41,09 bilhões liberados para o período janeiro-dezembro (Tabela 19).

As despesas do Poder Executivo cresceram 11,2% no acumulado do ano, quando comparadas a igual período de 2008 (Tabela 20). A média de crescimento dos Outros Poderes em 2009 foi de 9,7% em relação ao mesmo período de 2008, sendo o maior percentual de aumento no TJ.

IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

Os recursos do Tesouro Estadual continuam financiando a maior parte da despesa: 69,7% do gasto anual, equivalentes a R\$28,58 bilhões, em um gasto total de R\$ 41,03 bilhões, participação equivalente à de 2008.

As despesas financiadas com recursos de Outras Fontes somaram R\$12,44 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2009 (14,7% mais do que em 2008). O crescimento esteve concentrado nas despesas financiadas com os recursos provenientes de arrecadação própria de órgãos da administração indireta, basicamente o RIOPREVIDENCIA, (83,6%), que financia o pagamento de pensionistas com as receitas de royalties que lhe cabem, conforme legislação vigente. O colchão de reserva constituído em 2008, quando o preço do petróleo estava

¹³ A dotação final do orçamento de 2009, se consideradas IO (R\$99,77 milhões) e CEDAE (R\$3,10 bilhões), bem como as despesas intra-orçamentárias (R\$1,69 bilhão) somam R\$48,82 bilhões.

Tabela 18

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL JAN-DEZ 2008 / JAN-DEZ 2009				
R\$ milhões				
ANO	DOT. FINAL	DISP.	LIQ. JAN-DEZ	% LIQ. / DISP.
2008	39.236	38.986	36.848	94,52%
2009	43.916	43.423	41.030	94,49%

* Desconsideradas as despesas intra-orçamentárias.

** Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Tabela 19

UTILIZAÇÃO DA COTA ORÇAMENTÁRIA PODER EXECUTIVO
Janeiro-Dezembro 2009*

R\$ Mil					
Dot. Anual - Poder Executivo	Cota Orçam. Liberada 3º Quad **	Cota Emp. (Jan-Dez)	% Emp. / Cota	Cota Liq. (Jan-Dez)	% Liq. / Cota
41.592.296	41.098.708	39.176.533	95,3%	38.876.656	94,6%

*Inclui despesas intra-orçamentárias / Exclui CEDAE e IO

Tabela 20
DESPESA POR PODERES - ERJ
JAN-DEZ 2008 / JAN-DEZ 2009

R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	Δ %
PODER EXECUTIVO*	33.544	37.315	11,24%
ALERJ	438	476	8,71%
TCE	320	330	3,18%
TJ**	2.022	2.324	14,92%
MP	523	585	11,86%
SUBTOTAL	36.848	41.030	11,35%
DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.513	1.672	10,54%
TOTAL GERAL	38.361	42.703	11,32%

Posição SIG/SIAFEM: 02/02/2010

* Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

**Inclui R\$132,9 mm em 2008 e R\$202,3 mm em 2009 referente à Precatórios

Tabela 21

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2008 / JAN-DEZ 2009

R\$ MILHÕES			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	VAR %
RECURSOS DO TESOUREIRO	26.002	28.587	9,9%
00 - ORDINÁRIOS PROV. DE IMPOSTOS	19.176	21.053	9,8%
01 - ORDINÁRIOS NÃO PROV. DE IMPOSTOS	1.474	1.745	18,4%
04 - INDEN.PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO	2.314	2.360	2,0%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	220	288	30,7%
06 - FUNDO DE PART. DOS ESTADOS	709	757	6,7%
11 - OP. DE CRÉDITO ATRAVÉS DO TESOUREIRO	145	241	65,7%
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECF	1.880	1.945	3,4%
26 - CONT. DE INTERV. DOMÍNIO ECON. - CID	83	49	-40,6%
90 - FUNDO DEPÓSITOS JUDICIAIS (LEI 11.429/06)		150	
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	10.846	12.443	14,7%
10 - ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	8.183	8.869	8,4%
12 - CONVÊNIO - ADM. DIRETA	336	668	98,7%
13 - CONVÊNIO - ADM. INDIRETA	132	286	116,0%
15 - FUNDEB	1.443	1.648	14,3%
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	623	784	25,8%
97 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - FECAM	,35	2,25	544,0%
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA	7	10	32,4%
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA	122	177	45,5%
TOTAL GERAL	36.848	41.030	11,4%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

**Inclui R\$132,9 mm em 2008 e R\$202,3 mm em 2009 referente à Precatórios

Posição SIG/SIAFEM: 02/02/2010



mais alto, financiou parte dessas despesas em 2009, virando o exercício com disponibilidade em caixa para 2010.

IV. 2 Despesa por grupo

As despesas de pessoal em todos os Poderes somaram R\$17,26 bilhões em 2009, 10,4% a mais do que o mesmo período de 2008, aí incluídos os gastos com inativos e pensionistas, Previ-Banerj e REFER (Tabela 22)¹⁴.

Mantendo-se a ótica anual, as despesas dos Outros Poderes aumentaram 12,3% em relação ao ano anterior, refletindo o aumento de remuneração de 5% concedido a partir de setembro/2009 e o pagamento de despesas de exercícios anteriores de pessoal, que não são contabilizadas no limite máximo de pessoal da LRF (segundo interpretação mais corrente, o limite se foca apenas na despesa orçamentada do próprio ano).

No âmbito do Executivo, a variação de 10,6% reflete as correções salariais concedidas aos profissionais da área de Educação e Segurança, com efeitos financeiros a partir de setembro de 2008 (8%), e mais 5% a partir de outubro de 2009 para os profissionais da área segurança. Além disso, foram concedidas gratificações ao Pessoal Militar (Bombeiros, Policiais e Administração Penitenciária) referente ao Programa de Capacitação em Operações Policiais Militares de Ocupação Estratégica Temporária e Polícia de Proximidade (POEPP).

A incorporação de forma gradativa ao vencimento básico, da gratificação do Programa Nova Escola (Profissionais do Magistério) refletiu em aumento na remuneração total, em virtude do percentual diferenciado de tempo de serviço de cada profissional.

Na área de saúde, o expressivo aumento contabilizado em 2009, se dá por conta da admissão de novos profissionais

Tabela 22

DESPESAS POR GRUPO*
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2008 / JAN-DEZ 2009

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	VAR %
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.637	17.266	10,4%
1.1 - EXECUTIVO	6.245	6.906	10,6%
1.2 - ALERJ	368	384	4,1%
1.3 - TCE	291	304	4,3%
1.4 - TJ**	1.464	1.687	15,2%
1.5 - MP	394	455	15,5%
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	6.294	6.897	9,6%
1.7 - PREVI-BANERJ	567	612	7,8%
1.8 - REFER	13	24	81,3%
2 - JUROS ENCARGOS E AMORT. DIVIDA	3.131	3.516	12,3%
3 - DESPESAS DE CUSTEIO***	16.438	17.448	6,1%
3.1.1 - EXECUTIVO	5.791	5.922	2,3%
3.1.2 - ALERJ	67	90	33,8%
3.1.3 - TCE	25	26	3,2%
3.1.4 - TJ**	438	522	19,1%
3.1.5 - MP	101	102	0,2%
3.1 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.015	10.786	7,7%
3.2.1 - ENC. COM A UNIÃO / INDEN. DE ROYALTIES (EGE)	1.704	1.636	-4,0%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	2.776	3.278	18,1%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	5.535	5.872	6,1%
4 - INVESTIMENTOS	1.514	2.675	76,7%
4.1 - EXECUTIVO	1.360	2.530	86,1%
4.2 - ALERJ	2	3	6,3%
4.3 - TCE	4	1	-77,7%
4.4 - TJ**	120	115	-4,1%
4.5 - MP	28	26	-5,7%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	128	125	-2,2%
TOTAL GERAL	36.848	41.030	11,4%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

**Inclui R\$132,9 mm em 2008 e R\$202,3 mm em 2009 referente à Precatórios

*** Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banerj e REFER consideradas no grupo de despesas correntes

¹⁴ As despesas com inativos e pensionistas, Previ-Banerj e REFER, embora alocados em despesas de custeio, representam gastos tipicamente de pessoal.

ao longo do segundo semestre e da reclassificação das despesas com profissionais cooperativados¹⁵.

Com relação às despesas referentes ao pagamento de inativos e pensionistas o incremento de 9,6% é decorrente das correções salariais das categorias de educação e segurança, além da incorporação aos proventos dos profissionais da área de educação do valor correspondente a gratificação do Programa Nova Escola, incidente a partir do mês de outubro.

No âmbito do custeio de todos os Poderes, os gastos aumentaram 6,1% ao se comparar 2009 com 2008. No Executivo a variação foi de apenas 2,3% (+R\$130,48 milhões). Esta aparente atonia pode ser explicada pela reclassificação das despesas com pessoal cooperativado, nas áreas de saúde e educação, que provocou uma redução de R\$209,56 milhões neste grupo. Desconsiderado este valor, o crescimento das despesas de custeio do Executivo, em 2009 passa para 6,4% (+R\$339,31 milhões).

Apesar da pequena variação agregada, verificam-se variações expressivas no custeio da Educação (+R\$149,90 milhões), dos quais +R\$84,09 milhões foram destinados à nutrição e +R\$48,75 milhões referentes aos serviços de manutenção nos laboratórios de informática das escolas e coordenadorias. De maneira geral, o custeio vem se mantendo estável possibilitando maior aplicação em investimentos e fortalecimento da parte de pessoal. A continuada melhora no emprego de recursos tem, por seu lado, permitido a ampliação e consolidação da oferta de serviços pelo Estado sem excessiva expansão do gasto.

No âmbito dos Poderes, o crescimento da despesa de custeio foi de 17,01% (+R\$107,54 milhões), cabendo ao TJ 77,8% deste aumento (+R\$83,74 milhões), basicamente por conta de custos indiretos com servidores: vale-alimentação, vale-transporte e auxílio-saúde.

A despesa de custeio dos Outros Poderes cresceu 17% em 2009, basicamente por conta de custos indiretos dos seus servidores.

¹⁵ As despesas com cooperativas até 2008 eram contabilizadas em despesa de custeio; por deliberação do TCE, em 2009, essas despesas passaram a ser contabilizadas no grupo de pessoal. Em 2008 essas despesas requereram no período R\$155,26 milhões e em 2009 R\$250,62 milhões, crescimento de 61,4%.

A despesa com investimento do Estado cresceu 76,7%, correspondendo a um acréscimo de R\$1,16 bilhão em novos recursos (Tabela 23). A maior parcela dos investimentos de 2009, bem como o maior aumento em valores está concentrada no PAC, cujo detalhamento será feito no item IV.3.4. No âmbito do PAC Complexos, o Tesouro Estadual entrou com 47,7% dos recursos no biênio 2008-2009 (R\$380 milhões), sendo R\$292,44 milhões em 2009. Em seguida, destacam-se os investimentos realizados no setor de transportes, cujo crescimento foi de 72,8% (+R\$262,67 milhões). Nessa área destacam-se a conclusão da obra da Estação do Metrô General Osório em Ipanema que requereu R\$167,36 milhões neste ano e a construção do Corredor Metropolitano da Alameda São Boaventura (R\$19,41 milhões).

Os investimentos no ERJ não se restringem a aplicação em grandes obras na capital e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ. Um dos pilares da atual gestão é o investimento em municípios do interior fluminense como forma de promover o desenvolvimento e dinamizar a economia dessas localidades. Na área de infra-estrutura destacam-se as ações ligadas ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER que aplicou mais R\$142,45 milhões em obras de restauração de rodovias e estradas vicinais, bem como as intervenções indiretas (R\$89,50 milhões), nos municípios de Saquarema, Paty de Alferes, Silva Jardim, Itaboraí, Macuco, Conservatória, Porto Real, Quatis, dentre outros.

Na área da saúde, o serviço móvel de tomografia computadorizada beneficiou diversos municípios do interior. Além disso, foram adquiridas também para estes municípios 45 ambulâncias de suporte básico e 76 com UTI. Em Saquarema, a construção do hospital recebeu apoio financeiro de R\$9 milhões. Merece destaque também o Programa de Apoio aos Hospitais do Interior – PAHI beneficiando municípios com até 110 mil habitantes com auxílio financeiro mensal, de acordo com sua capacidade de atendimento e complexidade dos serviços prestados associado ao cumprimento de metas pactuadas.

A despesa de investimento cresceu 77%, resultando na aplicação adicional de R\$ 1,16 bilhão, com crescimento de R\$ 262 milhões em transportes.

Ambulâncias, viaturas e embarcações para os bombeiros absorveram R\$ 80,5 milhões em 2009



A agricultura e pecuária também receberam aporte de recursos consideráveis quando comparados com investimentos realizados em exercícios anteriores, R\$622,1 mil em 2008 contra R\$6,75 milhões em 2009. Esses recursos foram destinados principalmente para os programas de desenvolvimento agropecuário de cadeias emergenciais e tradicionais (Frutificar, Florescer, Rio Cana e Rio Leite) com mais R\$1,84 milhão em 2009, o Sistema unificado de Defesa Agropecuária (+R\$1,9 milhão) e o PRONAF – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar (+R\$671 mil).

No âmbito de comércio e serviços, boa parte do aumento concentra-se na CODIN, destinado à consolidação de distritos e condomínios industriais (+R\$1,32 milhões) e na LOTERJ com pagamento de prêmios.

Na área de Segurança Pública, a renovação da frota do Corpo de Bombeiros, com aquisição de novas ambulâncias, viaturas e embarcações de salvamento requereu R\$80,51 milhões (+9,5%) em 2009. Além do CBMERJ, a PCERJ também renovou sua frota de veículos (+R\$4,48 milhões) e a PMERJ adquiriu novos armamentos e placas de proteção, 32 viaturas para uso administrativo e, equipamentos para as unidades hospitalares do município do RJ, Niterói e para a nova Odontoclínica Central da Corporação, inaugurada em dezembro, melhorando as condições de atendimento em saúde da corporação. No conjunto, o investimento na Polícia cresceu de R\$60 milhões para R\$84 milhões de 2008 para 2009.

Os investimentos das áreas de Saúde, Educação e Ambiente, tratados com maior detalhe na seção IV.3, requereram R\$219,29 milhões, R\$290,44 milhões e R\$189,11 milhões em 2009, respectivamente. Em todos os casos houve aumento significativo de recursos aplicados. No ambiente, por exemplo, houve um aumento de 86%(sem considerar as ações do PAC) focado em sua maioria na prevenção de inundações.

A política do governo estadual para o interior também inclui a autonomia e financiamento de inúmeras iniciativas e programas na área rural, como programas para desenvolvimento de cadeias específicas, defesa agropecuária, e PRONAF, os quais somaram mais de R\$ 6,5 milhões, a que se somarão os recursos do empréstimo com o Banco Mundial para desenvolvimento das microbacias hídricas aprovado no final de 2009.

A modernização operacional e reaparelhamento da PMERJ e PCERJ absorveu R\$ 84 milhões, representando crescimento de 38%.

O investimento no Ambiente, (sem considerar ações do PAC) aumentou em 86%, aquele em Educação cresceu em 50%, e aquele em Saúde 47%, somando R\$ 700 milhões em recursos adicionais para estas três áreas.



O investimento em Educação aumentou em 50%, ultrapassando ligeiramente o crescimento do investimento em Saúde, que foi de 47%.

As inversões financeiras tiveram contração de 2,25% (-R\$2,28 milhões) por conta da menor despesa com o programa de desapropriação e aquisição de imóveis para expansão da rede escolar, que se concentrou em 2008. Por outro lado, a aquisição de unidades habitacionais (+R\$9,6 milhões) no âmbito do PAC e o incentivo a implantação de novas empresas, custeado com recursos do FREMF – Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminense, que se manteve em níveis superiores aos de 2008 tendo sido aplicados em 2009 R\$81,16 milhões, compensou parte dessa redução.



Tabela 23

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Em R\$ Mil

INVESTIMENTOS	2008	2009	%Δ
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	300.999	874.422	190,5%
Saneamento Básico Urbano	33.380	91.860	175,2%
Infra-estrutura Urbana	203.215	589.236	190,0%
Preservação e Conservação Ambiental	16.616	107.190	545,1%
Habitação e Reforma Agrária	34.074	37.144	9,0%
Transporte Rodoviário - Arco Rodoviário	13.714	48.993	257,3%
TRANSPORTE	360.696	623.373	72,8%
Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário - PET	44.511	57.375	28,9%
Implantação da Estação General Osório		167.368	
Restauração e Melhoria de Rodovias, Rodovias Vicinais e Obras de Arte	66.657	209.107	213,7%
Contenção de Encostas e Taludes	6.177	58.193	842,1%
Apoio aos Municípios	23.598	89.500	279,3%
Demais Investimentos	219.753	41.829	-81,0%
SEGURANÇA PÚBLICA	155.444	200.814	29,2%
Modernização Operacional e Reaparelhamento do CBMERJ	73.496	80.507	9,5%
Modernização Operacional e Reaparelhamento da PCERJ e PMERJ	61.547	84.924	38,0%
Modernização Operacional e Reaparelhamento do Sistema Penitenciário	14.496	11.825	-18,4%
Demais Ações ligadas à Área de Segurança Pública	5.905	23.558	299,0%
SAÚDE	148.896	219.294	47,3%
Implantação das Unidades UPA 24 Horas	22.854	29.918	30,9%
Reforma, Construção e Modernização da Rede Própria de Saúde	84.067	154.205	83,4%
Demais Ações ligadas à Área de Saúde	41.975	35.171	-16,2%
EDUCAÇÃO	193.398	290.440	50,2%
Aperfeiçoamento e Modernização da Rede Escolar - Ensino Fundamental e Médio	141.633	210.764	48,8%
Aperfeiçoamento e Modernização Ensino Superior	35.424	57.529	62,4%
Aperfeiçoamento e Modernização Ensino Profissionalizante	15.792	20.904	32,4%
Implementação, Implantação e Ampliação de Pólos Regionais - Pré-Vestibular	51	387	663,5%
Demais Ações ligadas à Área de Educação	499	855	71,5%
AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.239	12.323	894,5%
Agricultura	622	6.751	984,8%
Indústria	377	1.532	305,9%
Comércio e Serviços	239	4.040	1587,7%
GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO	101.215	189.112	86,8%
Prevenção e Controle Ambiental de Inundações	28.617	69.328	142,3%
Monitoramento da Qualidade Ambiental	1.381	13.227	857,6%
Demais Ações ligadas à Área de Gestão Ambiental	71.217	30.125	-57,7%
Saneamento Básico Urbano		76.432	
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS CIDADANIA	8.600	7.660	-10,9%
Ações ligadas à Área de Assistência Social	5.819	6.645	14,2%
Ações ligadas à Área de Direitos da Cidadania	2.781	1.015	-63,5%
CULTURA, DESPORTO E LAZER	8.036	11.984	49,1%
Ações ligadas à Área de Cultura	8.028	11.605	44,6%
Ações ligadas à Área de Desporto e Lazer	8	379	4728,1%
URBANISMO, HABITAÇÃO e ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	56.119	22.045	-60,7%
Ações ligadas à Área de Habitação e Organização Agrária	11.467	452	-96,1%
Ações ligadas à Área de Urbanismo	44.652	21.593	-51,6%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	547	5.980	993,2%
TRABALHO	452	687	52,2%
JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO	157.639	150.548	-4,5%
ADMINISTRAÇÃO	13.943	28.954	107,7%
COMUNICAÇÕES	80	943	1077,8%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.390	36.367	469,1%
TOTAL	1.513.694	2.674.946	76,7%

IV. 3 Despesa por área de governo

Este número do boletim analisa as áreas sujeitas as despesas mínimas de acordo com índice constitucional, Educação, Saúde e Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM, além de uma discussão da execução do PAC. Na análise dos índices constitucionais de Saúde e Educação demonstra-se a aplicação dos recursos segundo metodologia recomendada pelo TCE/RJ, que subtrai o valor dos restos a pagar cancelados no ano em curso, computados na contabilização do índice em anos anteriores. Assim, como foram identificados através de programa de conformidade chamado AUTENTICA/SIAFEM vários RPs inconsistentes de anos anteriores, estes foram cancelados em 2009.

Incluiu-se ainda um Box com a evolução das despesas do RIOPREVIDÊNCIA e das principais ações realizadas neste ano.

IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional

No exercício de 2009 o ERJ aplicou em saúde R\$2,47 bilhões em recursos do Tesouro, representando incremento de 12% (+R\$265,14 milhões) em relação à aplicação total realizada em 2008. Esses valores correspondem a um crescimento real 7,4% (i.e., deflacionado pelo IPCA 4,3% acumulado de janeiro a dezembro de 2009).¹⁶ Os recursos excederam em R\$78,8 milhões o mínimo a ser aplicado na Saúde determinado pela EC 29/2000, sendo equivalentes a 12,4% ao invés do mínimo de 12% da base de cálculo constitucional segundo a metodologia adotada em 2009 (Tabela 24). Assinale-se que além desses recursos, há expressivas despesas financiadas com outras fontes, inclusive os provenientes do Sistema Único de Saúde – SUS cujas receitas somaram R\$900 milhões adicionais, analisados no Box 3.

Tabela 24

DISCRIMINAÇÃO	APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE					
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
Base de Cálculo Tradicional	2.859	3.343	16,9%	15.975	16.649	4,2%
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	343	401	16,9%	1.917	1.998	4,2%
Nova Base de Cálculo*	3.344	3.950	18,1%	18.750	19.932	6,3%
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	401	474	18,1%	2.250	2.392	6,3%
Total da Despesa	707,3	821,4	16,1%	2.206	2.471	12,0%
Índice Tradicional (Aplicação)	24,7%	24,6%		13,8%	14,8%	
% Aplicação	21,2%	20,8%		11,8%	12,4%	
Despesa a ser considerada após compensação de RP Cancelado**	707,3	821,4	16,1%	2.191	2.471	12,0%
ÍNDICE - CONSTITUCIONAL - RECURSOS APLICADOS APÓS A COMPENSAÇÃO DE RP CANCELADO**	21,2%	20,8%		11,7%	12,4%	

Conforme Demonstrado na tabela abaixo **

Fonte: SIG/SIAFEM / Posição 02/02/2010
*Metodologia TCE/SIOPS

Tabela 25

DISCRIMINAÇÃO	METODOLOGIA TCE PARA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE	
	EXECUÇÃO ACUMULADA 2008	EXECUÇÃO ACUMULADA 2009
Excesso de aplicação do Exercício anterior (A)	70.511.200	266.882.290
RP cancelado no Exercício (B)	84.655.941	74.955.018
Saldo à compensar C = (A) - (B)	(14.144.740)	191.927.272
Despesa Aplicada no Exercício	2.205.524.755	2.470.669.957
Despesa a ser considerada para aplic. do índice (C) +	2.191.380.015	2.470.669.957

¹⁶ O crescimento real seria de 7% considerando-se a média de preços entre os dois anos, ou seja, a variação do índice médio 2009/2008 que foi de 4,9%.

Considerando a metodologia utilizada até o exercício de 2008, a aplicação em saúde seria, no entanto, de 14,8%. Em função da nova metodologia de cálculo do índice constitucional, recomendada pelo TCE¹⁷, o valor mínimo aumentou em R\$394,0 milhões em 2009.

No bimestre Nov/Dez a aplicação em saúde foi de R\$821,4 milhões, +R\$114,1 que o total executado no mesmo período do exercício anterior (+16,1%).

Confirmando a prática dos órgãos de ponta de aceleração da execução orçamentária no último bimestre, a defasagem entre compromissos assumidos (empenho) e liquidação, que ao longo do ano, se manteve em torno de R\$325,72 milhões, no último bimestre a média cai para R\$28,6 milhões (Tabela 26). A aceleração na liquidação foi correspondida pelo pronto pagamento dos pedidos de desembolsos expedidos a partir daí.

A análise mais detalhada da despesa demonstra que os gastos correntes foram responsáveis por cerca de 90% do total das despesas com saúde (R\$2,25 bilhões), correspondendo a R\$1,13 bilhão de pessoal e R\$1,11 bilhão de custeio (Tabela 27). As despesas de capital absorveram R\$219,41 milhões em 2009, refletindo redução de 7,3% (-R\$17,20 milhões) em relação a 2008.

A análise detalhada das despesas com pessoal (Tabela 28) evidencia que, com exceção das despesas referentes a sentenças judiciais, indenizações e ressarcimentos que apresentam queda de 30,2% (-R\$1,74 milhão), os demais segmentos apresentaram incremento em seus gastos, com destaque para cooperativados, que cresceu em 41% (+R\$ 96,38 milhões) e pessoal contratado por tempo determinado, que cresceu 64,2% (+R\$43,80 milhões), na esteira da ampliação da rede estadual de saúde, tanto

Tabela 26

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE
COM BASE NA DESPESA EMPENHADA (JAN -DEZ)

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO			
	2008	2009		
Nova Base de Cálculo*	18.750	19.932		
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	2.250	2.392		
EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)				
Total da Despesa	EMP	LIQ	EMP	LIQ
	2.210	2.206	2.499	2.471
Índice Const. Aplicado	11,8%	11,8%	12,5%	12,4%

Posição: 02/02/2010

Tabela 27

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNÇÃO SAÚDE POR GRUPO DE DESPESA

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
	2008*	2009	Δ %	2008*	2009	Δ %
PESSOAL	215.797	231.997	7,5%	930.326	1.133.070	21,8%
CUSTEIO	414.643	503.676	21,5%	1.038.572	1.118.182	7,7%
INVESTIMENTOS	76.894	85.477	11,2%	145.896	127.130	-12,9%
INVERSÕES FINANC.		291			5.861	
AMORT. DA DÍVIDA				90.730	86.427	-4,7%
TOTAL	707.334	821.441	16,1%	2.205.525	2.470.670	12,0%

Posição: 02/02/2010

*Considera cooperativas no Grupo de Pessoal

*Cooperativas em 2008: Jan-Dez = R\$209,56 milhões; Set-Out = R\$57,22 milhões

17 Como já explicado em edições anteriores do BTF, o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ recomendou ao Executivo Estadual que alterasse a metodologia de apuração do índice constitucional a partir do exercício de 2009, no que tange aos recursos transferidos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Até 2008, este cálculo era efetuado subtraindo-se as transferências ao FUNDEB do valor do denominador. Mais recentemente, o TCE recomendou que a partir do exercício de 2009 as transferências ao FUNDEB deixassem de ser subtraídas.

UPAs, quanto novos hospitais e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Em um primeiro momento, para suprir a demanda de pessoal pressionada pela expansão da rede, a Secretaria de Estado de Saúde (SESDEC) adotou a estratégia de contratação de pessoal via cooperativas de saúde; após período necessário para elaboração de concursos, a SESDEC iniciou a fase de substituição de pessoal cooperativado por pessoal militar com especialidade na área da saúde, com nomeação de cerca de 3.600 profissionais entre outubro de 2008 e outubro de 2009, e de pessoal contratado por tempo determinado por meio da realização de concursos simplificados ao longo do exercício de 2009. A expectativa é de que a estratégia de substituição tenha continuidade no exercício de 2010.

No âmbito do custeio, as despesas na área de saúde aumentaram R\$79,61 milhões (7,7%), com execução de R\$1,11 bi em 2009 contra execução de R\$1,03 bi no exercício anterior. Para a moderação do crescimento das despesas de custeio têm concorrido a ampliação dos serviços obtidos mediante contrato formal e novas formas de seleção e aquisição de fornecedores, assim como novos métodos de trabalho em geral. A nova gestão permitiu, inter alia, que se aumentassem ainda transferências financeiras aos municípios fluminenses em 65%, que alcançaram R\$59 milhões em 2009, contra R\$36 milhões em 2008 (Tabela 29).

Esse aumento é decorrente do aumento na disponibilização de recursos para o Plano Estadual de Assistência Farmacêutica que contempla uma listagem de 30 medicamentos tidos como de atenção básica que são distribuídos pelos municípios e que são co-financiados pelas três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal) e pela implementação do Programa de Apoio aos Hospitais do Interior – PAHI a partir de outubro de 2009 que tem objetivo de repassar recursos aos hospitais de municípios com até 110 mil habitantes que aderirem ao programa e que cumpram com o disposto na Resolução SESDEC nº 839, de

Tabela 28

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PESSOAL SAÚDE			
Em R\$ mil			
DISCRIMINAÇÃO	2008*	2009	Δ%
PESSOAL MILITAR	155.442	196.647	26,5%
PESSOAL CIVIL	769.116	932.397	21,2%
Estatutário	465.734	488.825	5,0%
Contratação por Tempo Determinado	68.228	112.035	64,2%
Cooperativados*	235.154	331.537	41,0%
SENTENÇAS, INDENIZAÇÕES E RESSARCIMENTOS	5.768	4.026	-30,2%
TOTAL DESPESA PESSOAL SAÚDE	930.326	1.133.070	21,8%

*Posição: 02/02/2010

**Em 2008 as despesas com cooperativas eram contabilizadas como custeio

A economia com despesa em medicamentos obtida pela mudança da gestão na saúde facilitou o aumento em 64% das transferências aos municípios do interior no âmbito do PAHI, que alcançaram R\$ 59 milhões em 2009.

Tabela 29

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CUSTEIO SAÚDE			
Em R\$ mil			
DISCRIMINAÇÃO	2008*	2009	Δ%
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	35.823	58.963	64,6%
Assist. Farmacêutica na Atenção Básica	18.465	35.113	90,2%
Co-financiamento Atenção Básica ERJ	17.357	17.442	0,5%
Prog. Incent. Hosp. Interior - PAHI		6.408	
MEDICAMENTOS	184.866	146.163	-20,9%
Em Geral	35.782	36.028	0,7%
Excepcional	121.085	86.858	-28,3%
Aquisição Mandado Judicial	27.999	23.276	-16,9%
MATERIAL DE CONSUMO	177.838	177.468	-0,2%
Insumo	146.654	137.248	-6,4%
Apoio	31.183	40.220	29,0%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	568.840	662.840	16,5%
Insumo	100.613	178.118	77,0%
Apoio	433.854	432.946	-0,2%
Utilidade Pública	34.374	51.776	50,6%
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	71.205	72.749	2,2%
TOTAL DESPESA CUSTEIO SAÚDE	1.038.572	1.118.182	7,7%

*Posição: 02/02/2010

**Em 2008 as despesas com cooperativas eram contabilizadas como custeio



25 de setembro de 2009. Esse programa é importante por promover a descentralização e a regionalização da saúde pública no ERJ, princípios que norteiam toda a legislação da área.

Em relação à aquisição de medicamentos, verifica-se que o esforço da SESDEC em regularizar o fornecimento de medicamentos na rede de saúde do Estado já está tendo reflexo no montante gasto com essa rubrica, uma vez que no exercício de 2009 conseguiu-se uma economia de R\$38,70 milhões em relação à 2008 (-20,9%). A política adotada a partir de 2007 de atender as demandas por remédios de alta complexidade através da expansão do protocolo acordado com o Ministério da Saúde, ao invés de ficar ao sabor dos mandados judiciais, somada à estratégia de adesão a atas de registro de preços ou pregão eletrônico para aquisição de medicamentos, proporcionou a redução de custos e a formação de estoques de medicamentos em geral e excepcionais (objeto de mandados judiciais). A adimplência do ERJ no pagamento de seus fornecedores resultou em fornecimento direto dos laboratórios à SESDEC, impactando na redução de custo dos medicamentos.

As despesas com material de consumo apresentam o mesmo patamar de execução de 2008, totalizando um gasto de R\$177,46 milhões, redução de 0,2% (-R\$370 mil). A diferença entre os dois exercícios é o quantitativo adquirido em 2009 que foi muito superior ao de 2008, em decorrência da ampliação da rede. As principais rubricas que apresentaram variação foram: material cirúrgico (-R\$2,21 milhões) e material químico (+R\$3,54 milhões) que foram negociados em 2009 a preços mais favoráveis devido a adimplência no pagamento de fornecedores; e material radiológico (+R\$1,43 milhões) e produtos alimentícios e bebidas (+R\$7,49 milhões), com incrementos consideráveis decorrentes do aumento da oferta tanto de serviços de Raio-X quanto do fornecimento de alimentação para os pacientes da rede (UPAs).

Entre os ganhos obtidos com a adimplência sistemática do Estado está a possibilidade da SESDEC contratar a aquisição de medicamentos diretamente com laboratórios, ao invés de através de um grupo restrito de intermediários, com importantes economias para a sociedade

O aumento das despesas com prestação de serviços também é decorrente da expansão da rede, uma vez que o aumento da oferta de serviços requer aumento nos serviços de apoio. As despesas com prestação de serviços passaram de R\$568,84 milhões em 2008 para R\$662,48 milhões em 2009 (+R\$94 milhões). Dentre as despesas com prestação de serviços destacam-se os gastos com serviços de assistência a saúde, nefrologia e UTI Neo-Natal, que precisam ter sua oferta complementada com leitos da rede privada, uma vez que a demanda por esses serviços é maior que a capacidade atual de oferta da rede estadual (+R\$74,43 milhões); e os gastos com serviços de utilidade pública (+R\$17,40 milhões).

A execução no grupo de investimentos foi de R\$127,13 milhões, redução de 12,9% em relação a 2008 (Tabela 25). Essa redução se justifica pela consolidação das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, a maior parte posta em funcionamento em 2008 (16 unidades das 23 existentes atualmente, das quais apenas três abertas em 2009) e a conclusão das obras em alguns hospitais.

Apesar da redução nos investimentos globais, significativa parte dos R\$132,98 milhões executados em investimentos e inversões financeiras, foram destinados a melhorar os hospitais públicos através de intervenções específicas ou prosseguimento de construção de novas unidades. Destacam-se neste grupo as reformas em diversos hospitais próprios (R\$6,5 milhões); a construção do Hospital da Mulher em São João do Meriti (R\$12,34 milhões), o Novo Hospital em Saquarema (R\$9 milhões), e o Centro de Diagnósticos por Imagem, no centro do Rio de Janeiro (R\$7,50 milhões). Além disso, houve importantes aquisições de equipamentos para hospitais e laboratórios (R\$33,12 milhões), incluindo a importação de 40 equipamentos de raio-X para UPAs, que requereram R\$4,48 milhões. Destacam-se ainda a aquisição de módulos para construção de novas UPAs (R\$29,29 milhões), a aquisição de ambulâncias para os municípios fluminenses (R\$19,14 milhões) e a desapropriação do antigo Hospital Santa

Além dos recursos do Tesouro, o FES executou R\$740,01 milhões com recursos do SUS, dos quais R\$ 329,88 milhões foram transferidos para os municípios fluminenses e R\$142,03 milhões aplicados na Assistência Farmacêutica. Na Rede Hospitalar e Ambulatorial do Estado foram aplicados R\$141,9 milhões. Os demais recursos cumprem programas específicos pactuados com o Ministério da Saúde (R\$126,59 milhões).



Mônica em Niterói para ampliação da rede (R\$5,86 milhões).

Tabela 30

DESPESAS DE CAPITAL FUNÇÃO SAÚDE (INVESTIMENTOS E INVERSÕES)
RECURSOS DO TESOURO

Em R\$

UO	HISTÓRICO	JAN-DEZ 2009		
		EMP.	LIQ.	PAG.
2961 - FES	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS	5.861.000	5.861.000	5.861.000
	AQUISIÇÃO DE 45 AMBULÂNCIAS DE SUPORTE BÁSICO E 76 AMBULÂNCIAS COM UTI	19.144.200	19.144.200	15.712.000
	OBRAS E REFORMAS NO H.E ALBERT SCHWEITZER, H.E. GETÚLIO VARGAS, SUBSOLO DO HEMÓRIO, H. E. PEDRO II, H. E. CARLOS CHAGAS E H. E. ROCHA FARIA - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	3.112.981	3.005.093	1.912.421
	OBRAS E REFORMAS NO H. E. ALBERTO TORRES E H. E. TAVARES MACEDO - MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO	2.679.571	2.679.571	2.679.571
	OBRAS E REFORMAS NO H. E. AZEVEDO LIMA E NO I. E. DE DOENÇAS DO TORAX ARY PARREIRAS- MUNICÍPIO DE NITERÓI	816.063	816.063	743.629
	CONSTRUÇÃO DE NOVO HOSPITAL EM SAQUAREMA	9.000.000	9.000.000	-
	OBRAS DA CONSTRUÇÃO DO H.E. SÃO JOÃO DE MERITI - HOSPITAL GERAL DA MULHER	12.345.595	12.345.595	10.685.380
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA FARMACIA CENTRAL DE DISPENSACAO (RIO DE JANEIRO)	4.186.773	4.186.773	4.179.453
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM NO CENTRO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	7.507.109	7.507.109	4.938.544
	MÓDULOS PARA COMPOSIÇÃO DE UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPAs	29.474.766	29.299.635	25.174.242
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HOSPITALARES	36.763.649	33.124.810	14.338.038
	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (DIVERSOS)	6.151.492	5.943.092	2.904.808
TOTAL FES		137.043.200	132.912.941	89.129.087
2971 - IVB	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	70.633	70.633	70.633
TOTAL IVB		70.633	70.633	70.633
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL SAÚDE		137.113.834	132.983.575	89.199.721

BOX 3 – Despesas da Área de Saúde financiadas com Outras Fontes

Além das receitas do Tesouro do Estado, a área de saúde se beneficia de diversas outras fontes, notadamente o SUS, que também contribui para o Fundo Estadual de Saúde — FES.

A receita fonte SUS somou R\$909,02 milhões no exercício de 2009, destinada às UOs listadas na Tabela abaixo. A receita realizada foi superior à execução da despesa (R\$783,61 milhões). O FES deixou de utilizar R\$128 milhões, 17% da receita que lhe coube do SUS. A aparente defasagem reflete os mecanismos de alocação desses recursos, que vêm apenas gradualmente se desenvolvendo com vistas a se alinharem com a política geral de saúde para o Estado.

Tabela 1 - RECEITA REALIZADA DA ÁREA DE SAÚDE FONTES – Não Tesouro

Em R\$ mil							
UO	FR	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
		2008	2009	Δ%	2008	2009	Δ%
FES	CONVÊNIOS	385	425	10,3%	18.750	24.865	32,6%
	SUS	122.989	119.071	-3,2%	649.974	868.653	33,6%
TOTAL FES		123.374	119.496	-3,1%	668.724	893.518	33,6%
IVB	CONVÊNIOS	1.351	2.180	61,3%	5.016	5.047	0,6%
	DIRET. ARREC.	1.131	123	-89,1%	7.961	8.513	6,9%
TOTAL IVB		2.483	2.303	-7,2%	12.977	13.560	4,5%
UERJ - HUPE	SUS	4.792	9.270	93,5%	23.677	34.594	46,1%
FUNESBOM	SUS	100	189	88,9%	1.321	1.841	39,3%
SEAP	SUS	997	657	-34,2%	4.489	3.936	-12,3%
TOTAL CONVÊNIOS		1.736	2.604	50,0%	23.766	29.912	25,9%
TOTAL SUS		128.878	129.187	0,2%	679.461	909.024	33,8%
TOTAL DIRET. ARREC.		1.131	123	-89,1%	7.961	8.513	6,9%
TOTAL GERAL		131.745	131.915	0,1%	711.188	947.448	33,2%

O total das despesas financiadas com fontes não-Tesouro (SUS, convênios e diretamente arrecadadas) totalizou R\$830,96 milhões em 2009. Esse valor é 30,3% maior que o total executado em 2008, quando foram gastos R\$637,81 milhões. O maior peso, 92,7% (R\$770,72 milhões) foi gerenciado pelo Fundo Estadual de Saúde – FES. Nas demais UOs cerca de R\$30 milhões foram aplicados no hospital universitário, e R\$ 16,64 milhões no Instituto Vital Brasil — IVB, sendo estes primordialmente financiados por receitas próprias do instituto. Parte das despesas financiadas por convênios do FES (80,7%; R\$24,8 milhões) são relativas à devolução de recursos de convênios antigos não executados, ou cuja execução não correspondeu ao plano de aplicação pactuado.

Tabela 2 - DESPESA DA AREA DE SAÚDE FONTES – Não Tesouro

UO	FR	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
		2008	2009	Δ%	2008	2009	Δ%
FES	CONVÊNIOS	53	2.896	5386,4%	4.166	30.715	637,3%
	SUS	216.806	305.471	40,9%	594.997	740.014	24,4%
TOTAL FES		216.859	308.367	42,2%	599.163	770.729	28,6%
IVB	CONVÊNIOS	2.861	2.390	-16,5%	4.507	5.867	30,2%
	DIRET. ARREC.	1.297	518	-60,1%	6.386	10.776	68,7%
TOTAL IVB		4.158	2.908	-30,1%	10.894	16.643	52,8%
UERJ - HUPE	SUS	4.558	8.801	93,1%	23.328	30.773	31,9%
FUNESBOM	SUS	929	1.543	66,1%	1.871	4.572	144,4%
SEAP	SUS	756	5.015	563,8%	2.560	8.250	222,3%
TOTAL CONVÊNIOS		2.914	5.286	81,4%	8.673	36.582	321,8%
TOTAL SUS		223.049	320.831	43,8%	622.756	783.610	25,8%
TOTAL DIRET. ARREC.		1.297	518	-60,1%	6.386	10.776	68,7%
TOTAL GERAL		227.260	326.635	43,7%	637.815	830.967	30,3%

Dos R\$740,01 milhões executados pelo FES com recursos do SUS, R\$ 329,88 milhões foram transferidos para os municípios fluminenses e R\$142,03 milhões aplicados na Assistência Farmacêutica. Na Rede Hospitalar e Ambulatorial do Estado foram aplicados R\$141,9 milhões. Os demais recursos cumprem programas específicos pactuados com o Ministério da Saúde (R\$126,59 milhões).

IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional¹⁸

A base de cálculo do índice de aplicação de recursos em educação cresceu 6,3% até dezembro de 2009 em relação

¹⁸ O orçamento da Função Educação engloba as dotações das seguintes UOs:

1801 - Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC

3702 - Encargos Gerais do Estado - EGE/SEFAZ

4041 - Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa - FAPERJ

4043 - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

4044 - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

4045 - Fundação Universidade do Estado do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

4046 - Fundação Centro de Ciências de Educação Superior à Distância - CECIERJ

Excepcionalmente, em 2008 a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT (UO 4001) executou as obras de reforma no Campus da UERJ.

Tabela 31

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL			EXECUÇÃO ACUMULADA		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
BASE DE CÁLCULO (receita)	3.344	3.952	18,2%	18.751	19.936	6,3%
Mínimo a se aplicado em Educação 25%	836	988	18,2%	4.688	4.984	6,3%
Despesa Aplicada no Período	1.149	1.150	0,0%	4.731	5.056	6,9%
ÍNDICE - CONSTITUCIONAL - RECURSOS APLICADOS	34,4%	29,1%	-15,3%	25,2%	25,4%	0,5%
Despesa a ser considerada após compensação de RP Cancelado*	1.149	1.150	0,0%	4.723	5.027	6,4%
ÍNDICE - CONSTITUCIONAL - RECURSOS APLICADOS APÓS A COMPENSAÇÃO DE	100,0%	100,0%	0,0%	25,2%	25,2%	0,1%

* Cálculo demonstrado na tabela abaixo

FONTE SIG/SIAFEM
Extração 02/02/2010

a período equivalente em 2008, definindo uma aplicação mínima de R\$4,98 bilhões (Tabela 31).

O dispêndio total na função Educação foi de R\$5,02 bilhões representando crescimento de 6,4% (+R\$ 304 milhões) em relação ao mesmo período de 2008, alcançando 25,2% excedendo o índice constitucional.

Expressiva parcela do índice é financiada com o “retorno do FUNDEB”, ou seja, recursos do Estado aplicados no FUNDEB e devolvidos para despesas do próprio Estado, (+27,1 %). Para financiar parte da educação nos municípios, o Estado transferiu através do FUNDEB (Perda Líquida) o R\$1,38 bilhão até sexto bimestre (Tabela 33). O incremento de 18,1% na contribuição do Estado para a formação do Fundo é explicado pelo escalonamento das alíquotas de repasse das rubricas que compõem a base de cálculo, que neste terceiro ano de implementação, atinge o limite máximo de 20% estabelecido pela Lei 11.494/2007.

Tabela 32

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)	
	2008	2009
	Excesso de aplicação do Exercício anterior (A)	6.056.123
RP cancelado no Exercício (B)	14.095.754	46.661.631
Saldo à compensar C = (A) - (B)	(8.039.631)	(29.283.522)
Despesa Aplicada no Exercício (D)	4.730.722.694	5.055.992.741
Despesa a ser consid. para aplicação do índice (C) + (D)	4.722.683.064	5.026.709.219

Tabela 33

FUNDEB-Contribuição do Estado e Transferência Efetiva aos Municípios			
Em R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-DEZ 2008	JAN-DEZ 2009	Δ %
Contribuição do Estado	2.775,76	3.278,38	18,1%
Retorno ao Estado	1.490,46	1.894,92	27,1%
Transf.Efetiva aos Municípios	1.285,30	1.383,47	7,6%

Tabela 34

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Em R\$mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)			PARTIC.UO DESP TOTAL 2009
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %	
SEEUDC	663.608	601.710	-9,3%	2.407.849	2.568.496	6,7%	50,8%
EGE/SEFAZ	221.229	263.793	19,2%	1.285.296	1.383.468	7,6%	27,4%
SECT				5.177		-100,0%	0,0%
FAPERJ	44.811	56.973	27,1%	179.875	180.724	0,5%	
UERJ	99.019	97.455	-1,6%	409.430	443.925	8,4%	8,8%
FAETEC	94.835	107.998	13,9%	341.059	378.549	11,0%	7,5%
UENF	21.321	18.037	-15,4%	84.558	86.525	2,3%	1,7%
CECERJ	4.313	3.639	-15,6%	17.479	14.307	-18,1%	0,3%
TOTAL DA DESPESA	1.149.136	1.149.604	0,0%	4.730.723	5.055.993	6,9%	100,0%

FONTE SIG/SIAFEM

Extração 02/02/2010

Analisando a despesa da Função Educação por Unidade Orçamentária destaca-se a SEEDUC, com incremento de 6,7% (+R\$160,64milhões). Parte deste valor está concentrado na reforma de unidades escolares em diversos municípios fluminenses e no projeto de climatização das escolas, além do atendimento aos serviços de apoio

educacionais, com dispêndio em custeio superior a 2008 na ordem de 82,3% (+R\$82,49 milhões).

No fechamento de 2009, a UERJ alcançou um crescimento de 8,4% (+R\$34,49 milhões) aplicando no Programa de Incentivo à Permanência de Cotista e demais estudantes o montante de R\$ 20,97 milhões. Neste programa, foram pagas 59.679 bolsas ao longo de 2009, correspondendo a uma média mensal de 4.973 bolsas. Em relação ao Apoio à Residência em Saúde, a média mensal foi de 587 bolsistas em diversas especialidades médicas com uma despesa total de R\$16,61 milhões.

Na FAETEC, o crescimento de R\$34,49 milhões, se mantém concentrado nas despesas de pessoal, basicamente decorrentes do enquadramento funcional de servidores por tempo de serviço e titulação. Destaca-se também o crescimento das despesas com investimentos da FAETEC (+45,9%; R\$5,92 milhões), destinados a Reorganização do Sistema de Educação Técnica Profissionalizante, com a compra de equipamentos e módulos para composição de 13 CVT - Centros Vocacionais Tecnológicos. Nas unidades do CETEP - Centro de Ensino Tecnológico Profissionalizante, foram realizadas obras, reparos e aquisição de equipamentos para os cursos profissionalizantes de educação continuada.

Na CECIERJ a contração das despesas é resultado do menor gasto em custeio no exercício de 2009, 58% (-R\$6,17 milhões) em decorrência da reclassificação de serviços terceirizados que passaram a ser alocados no grupo de pessoal.

No âmbito das despesas por grupo, o dispêndio em pessoal (ativo) na Função Educação teve incremento de 6,5% (+R\$156,06 milhões) em relação ao mesmo período de 2008 (Tabela 29). A maior parte desta despesa (72,4%) está concentrada na própria SEEDUC (Gráfico 3), seguida da UERJ (12,6%) e da FAETEC (12,0%).

No exercício de 2009 a Secretaria de Educação, desenvolveu diversos programas e projetos para atender

Tabela 35

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR GRUPO

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
PESSOAL	450.014	476.186	5,8%	2.387.441	2.543.507	6,5%
CUSTEIO	593.756	584.142	-1,6%	2.178.987	2.321.720	6,6%
INVESTIMENTO	96.306	89.277	-7,3%	146.067	187.011	28,0%
INVERSÕES	9.061		-100,0%	18.227	3.755	-79,4%
TOTAL DA DESPESA	1.149.136	1.149.604	0,0%	4.730.723	5.055.993	6,9%

FONTE: SIG/SIAFEM

Extração 02/02/2010

A partir de outubro de 2009, a incorporação da gratificação do Programa Nova Escola ao vencimento básico beneficiou 69.670 profissionais ativos.

aos gestores, professores e alunos. Em relação aos docentes, o maior investimento dos últimos 30 anos em termos de política salarial para o magistério foi a incorporação do Nova Escola a partir de outubro/2009, cujo benefício atingiu 69.670 profissionais e foi estendido a inativos e pensionistas. Além disso, a fim de suprir o déficit de profissionais na área foram admitidos 19 mil professores nos últimos três anos.

Na UERJ, o incremento de R\$15,60 milhões é decorrente do pagamento do Plano de Cargos e Salários dos profissionais, docentes e técnicos, implantado em dezembro último de forma parcelada a cada seis meses, se estendendo até 2011.

Os gastos de custeio na função aumentaram 6,6% (+R\$ 142,73 milhões). Quando desconsideradas as transferências ao FUNDEB, cujo crescimento foi de 7,6%, a variação da despesa no âmbito das unidades executoras é de 5,0% (Tabela 36).

O aumento de 5% no custeio, que alcançou R\$938,25 milhões em 2009 contra R\$893,69 milhões em 2008, 63,9% são de responsabilidade da SEEDUC, cujo aumento de R\$78,1 milhões destinou-se ao apoio administrativo para manutenção dos laboratórios de informática das escolas e coordenadorias. No âmbito do Programa Conexão Escola, atualmente já são 1.700 laboratórios com conexão banda larga e foram criadas 1,5 milhão de contas de e-mail para conexão de alunos e professores.

Na FAPERJ o gasto em custeio apresenta contração de 19,2% (-R\$34,52 milhões) em relação a 2008, compensados por um aumento nas despesas de investimento na mesma proporção. Este crescimento destinou-se à aquisição de equipamentos para o desenvolvimento de linhas de pesquisa, concessão de mais de 5 mil bolsas a estudantes e pesquisadores.

Na UERJ o crescimento dos gastos de custeio até dezembro é reflexo das despesas continuadas cujo crescimento de 26,2% (+R\$25,18 milhões), está

Gráfico 3

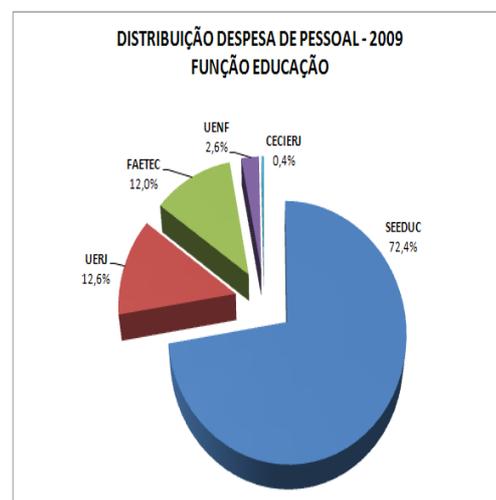


Tabela 36
FUNÇÃO EDUCAÇÃO
DESPESA DE CUSTEIO POR UO

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
	2008	2009	Δ %
SEEDUC	521.621	599.580	14,9%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.200		-100,0%
FAPERJ	179.831	145.303	-19,2%
UERJ	96.260	121.443	26,2%
FAETEC	69.344	51.481	-25,8%
UENF	14.799	15.988	8,0%
CECIERJ	10.636	4.458	-58,1%
SUBTOTAL	893.692	938.252	5,0%
Transf. FUNDEB - Perda líquida	1.285.296	1.383.468	7,6%
TOTAL GERAL	2.178.987	2.321.720	6,6%

FONTE SIG/SIAFEM

Extração 02/02/2010



concentrado em sua maior parcela nas ações de auxílio financeiro a estudantes cotistas e no pagamento de residentes em saúde. Na FAETEC e CECIERJ, a reclassificação de despesas com terceirizados agora contabilizados como despesa de pessoal reflete a aparente contração em custeio.

As realizações da Fundação Cecierj em 2009 na ação de Implementação do Pré –Vestibular social atingiram 15.744 alunos em 44 pólos . A Implantação de 2 pólos regionas de Ensino Superior à Distância totalizaram no final do exercício 34 pólos.

As despesas com investimentos em Educação apresentaram incremento de 28% (+R\$ 40,94 milhões) com maior participação da Secretaria de Educação. Até o final de 2009, foram aplicados R\$118,50 milhões para a adequação climática de 16 mil salas de aula, beneficiando cerca de 980 escolas no âmbito do Projeto Climatizar, das quais cerca de 400 já estão com os aparelhos funcionando. Além desses investimentos, foram realizadas intervenções emergenciais com realização de pequenas obras em 300 escolas e reformas em 89 escolas da rede estadual.

Na área de educação, o crescimento dos investimentos em 2009, no âmbito do Projeto Climatizar beneficiará 900.000 alunos de 980 escolas da rede estadual.



Tabela 37

INVESTIMENTOS DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO
RECURSOS DO TESOURO

Em R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	JAN-DEZ 2009		
		EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
1801 - SEEDUC	REFORMA E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES EM DIVERSOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES	57.367.973	57.362.534	42.451.975
	ADEQUAÇÃO DE SALAS DE AULA - PROJETO CLIMATIZAR	61.137.877	61.137.877	48.451.925
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.336.471	5.336.471	5.153.795
Total SEEDUC		123.842.320	123.836.882	96.057.695
4041 - FAPERJ	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES - LEI ESTADUAL DE INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS	35.421.420	35.421.421	35.421.422
Total FAPERJ		35.421.420	35.421.421	35.421.422
4043 - UERJ	PEQUENAS REFORMAS EM PAVILHÕES DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO	1.588.859	1.588.859	451.434
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	809.856	809.856	772.623
Total UERJ		2.398.715	2.398.715	1.224.057
4044 - FAETEC	REFORMA EM GERAL EM CENTROS DE ENSINO TECNOLÓGICO DA FAETEC NO RIO DE JANEIRO, NITERÓI, VOLTA REDONDA, NOVA IGUAÇU, BELFORD ROXO, BARRETO, E PETROPÓLIS	14.420.421	14.420.422	13.102.491
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.436.030	7.436.030	5.514.117
Total FAETEC		21.856.450	21.856.451	18.616.609
4045 - UENF	OBRAS NO CENTRO DE CONVENÇÕES DA UENF,	1.883.079	1.883.079	1.286.430
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.290.245	1.270.453	770.344
TOTAL UENF		3.173.325	3.153.532	2.056.774
4046 - CECIERJ	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	343.731	343.731	172.898
Total CECIERJ		343.731	343.731	172.898
TOTAL DESPESA INVESTIMENTO FUNÇÃO EDUCAÇÃO		187.035.961	187.010.732	153.549.454

Em 2009, a Secretaria de Educação, que gerencia uma rede de 1.437 escolas, cerca de 1,25 milhão de alunos e 92.948 professores, deu continuidade ao Conexão Educação que permite a elaboração de pauta eletrônica, controle de frequência e merenda e gratuidades nos transportes públicos, já implementado em 54 unidades da Rede Estadual de Ensino.

BOX 4 – Despesas da Área de Educação financiadas com Outras Fontes

A área de educação, além dos recursos do Tesouro, conta com o financiamento de outras fontes que representam 13,4% do total aplicado na área. A SEEDUC e a UERJ concentram os maiores valores, como apresentado na Tabela ao lado.

A despesa financiada por recursos do salário-educação apresenta um crescimento de 31,3% em relação a 2008, concentrado em Nutrição escolar (R\$123,4 milhões) e em parte das despesas do Projeto Climatizar (+R\$85,9 milhões).

A execução de convênios da SEEDUC, basicamente recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), apresenta incremento de 122,1%, cobrindo despesas com nutrição escolar e manutenção das escolas da rede.

A despesa financiada por convênios das demais unidades orçamentárias foi 13,3% menor quando comparada com 2008, mas do realizado em 2009 destacam-se na UERJ o convênio para Desenvolvimento Tecnológico e Científica (R\$15,62 milhões) e na FAPERJ o Projeto de Inovação Tecnológica (R\$8,86 milhões).

Tabela 1

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSO						
Em R\$ mil						
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
TESOURO/FUNDEB	663.608	601.710	-9,3%	2.407.849	2.568.496	6,7%
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	89.125	129.567	45,4%	220.475	289.421	31,3%
CONVÊNIOS	22.455	57.896	157,8%	48.832	108.445	122,1%
TOTAL	521.979	789.173	51,2%	2.677.157	2.966.362	10,8%

Tabela 2

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DE OUTRAS FONTES - ÁREA EDUCAÇÃO				
EM R\$				
TIT.U.O.	FR	JAN-DEZ 2008	JAN-DEZ 2009	% Δ 2009/2008
SEEDUC	Salário Educação	220.475.334	289.421.041	31,3%
	Convênios	48.832.404	108.444.944	122,1%
SEEDUC TOTAL		269.307.737	397.865.985	47,7%
FAPERJ	Arrecadação Própria	-	144.985	
	Convênios	29.906.993	25.476.849	-14,8%
TOTAL FAPERJ		29.906.993	25.621.833	-14,3%
FENORTE	Arrecadação Própria	49.570	28.028	-43,5%
	Convênios	2.350	-	-100,0%
TOTAL FENORTE		51.921	28.028	-46,0%
UERJ	Arrecadação Própria	40.171.445	41.705.900	3,8%
	Convênios	19.607.499	16.714.678	-14,8%
	SUS	23.327.739	30.773.388	31,9%
TOTAL UERJ		83.106.683	89.193.965	7,3%
FAETEC	Arrecadação Própria	167.306	-	
	Convênios	2.876.402	2.064.041	-28,2%
TOTAL FAETEC		3.043.708	2.064.041	-32,2%
UENF	Arrecadação Própria	125.246	76.488	-38,9%
	Convênios	3.574.887	4.139.052	15,8%
TOTAL UENF		3.700.133	4.215.540	13,9%
CECIERJ	Arrecadação Própria	1.239.420	1.602.433	29,3%
	Convênios	786.201	757.806	-3,6%
	Outras receitas da Adm indireta	281.605	110.737	-60,7%
TOTAL CECIERJ		2.307.227	2.470.975	7,1%
TOTAL GERAL		391.424.402	521.460.368	33,2%

** No âmbito da UERJ o Hospital universitário Pedro Ernesto conta com recursos do SUS contabilizados na função 10 (saúde)

IV. 3.3 FECAM

A aplicação de recursos em projetos ambientais financiados com o Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM caiu 19,1% em relação a 2008, por conta da menor arrecadação de royalties e participações especiais. Apesar disso, ao final do exercício, em virtude da entrada de R\$200 milhões adicionais referentes ao acerto de Marlim, o FECAM contou com recursos adicionais de R\$32,7 milhões.

A aplicação excedeu em R\$ 5,7 milhões o valor mínimo (sem o acerto de Marlim) de R\$232 milhões (Tabela 39).

Na análise por unidades orçamentárias, em 2009, destacam-se os órgãos INEA, RIOTRILHOS e o próprio FECAM. Essas unidades orçamentárias são responsáveis pela execução de 82,9% do montante realizado no exercício (R\$215,9 milhões).

Merecem destaque ainda os R\$98,41 milhões aplicados em saneamento (Tabela 40), especialmente os R\$ 25,14 milhões aplicados em Magé, assim como os R\$ 97,24 milhões em gestão ambiental, dos quais R\$ 4,5 milhões na inovadora gestão de resíduos sólidos e R\$ 54,7 milhões para prevenção de inundações em Nova Iguaçu e outros R\$23,3 milhões de contrapartida do projeto Iguaçu do PAC.

Em suma, o FECAM vem cumprindo importante papel de garantir o investimento na conservação do meio ambiente, tanto através de ações tradicionais, e por vezes negligenciadas no passado, na área de saneamento, quanto pela maior atividade no tratamento de resíduos sólidos, reflorestamento e prevenção de inundações. Em todos esses setores, o foco e acompanhamento dos projetos têm feito importante diferença. Além disso, uma fração dos recursos totais (aproximadamente 1/5) vem ajudando a diminuir a poluição urbana através do financiamento da expansão do metrô.

Tabela 38

ÓRGÃO	Em R\$ Mil		
	2008	2009	Δ% 2009 / 2008
SEOBRAS	31.966	25.143	-21,3%
DER	109		
CEDAE	103.838		
CEHAB	17.314	609	-96,5%
SEA	34.489	9.267	-73,1%
FECAM	15.331	82.823	440,2%
INEA*	64.201	78.423	22,2%
CENTRAL	7.966		
RIOTRILHOS	46.949	64.255	36,9%
TOTAL GERAL	322.163	260.521	-19,1%

Tabela 39

BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO FECAM						
Em R\$ milhões						
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
	2008	2009	%	2008	2009	%
Base de Cálculo	1.744	1.461	-16,2%	6.399	4.642	-27,5%
Mínimo a ser aplicado em FECAM 5%	87	73	-16,2%	320	232	-27,5%
Total da Despesa	217	120	-45,0%	322	261	-19,1%
Índice Constitucional Recursos aplicados	12,5%	8,2%		5,0%	5,6%	

Tabela 40

EXECUÇÃO DO FECAM POR FUNÇÃO

Em R\$			
FUNÇÃO	UO	2008	2009
Gestão Ambiental	SEA	34.489.468	9.266.927
	FECAM	15.330.775	9.552.385
	INEA	64.201.099	78.422.812
Total Gestão Ambiental		114.021.342	97.242.125
Habitacão	CEHAB	17.314.070	609.444
Saneamento	SEOBRAS	31.965.504	25.143.425
	CEDAE	103.838.161	-
	FECAM		73.270.499
Total Saneamento		135.803.665	98.413.924
Transporte	CENTRAL	7.966.340	-
	DER	108.790	-
	RIOTRILHOS	46.948.922	64.255.063
Total Transporte		55.024.052	64.255.063
TOTAL GERAL		322.163.129	260.520.556

Tabela 41

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS FECAM 2009

FUNÇÃO	PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	2009
GESTÃO AMBIENTAL	PREVENÇÃO E CONTROLE DE INUNDAÇÕES	54.691.608
	PROJETO IGUAÇU - PAC	23.261.458
	ECOLIMITES - COMUNIDADES DONA MARTA, ROCINHA, CHÁCARA DO CÉU E PARQUE DA PEDRA BRANCA	5.883.918
	REFORMA DO IMÓVEL - DEPENDÊNCIAS DO INEA	3.044.211
	PLANO ESTADUAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PEGIRS - MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS	4.540.134
	AGENDA 21	2.184.419
	OUTRAS AÇÕES DE MENOR VALOR	3.636.377
TOTAL GESTÃO AMBIENTAL	97.242.125	
HABITAÇÃO	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE 252 UNIDADES HABITACIONAIS NOS MUNICÍPIOS DE BELFORD ROXO E MESQUITA	609.444
TOTAL HABITAÇÃO		609.444
SANEAMENTO	COMPLEMENTAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA ZONA OESTE	64.656.163
	CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DE ESGOTOS DO SISTEMA SARAPUI	2.230.109
	SANEAMENTO EM MAGÉ - CONTRAPARTIDA PAC	24.909.780
	CONSTRUÇÃO DOS TRONCOS COLETORES - MELHORIAS DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DA BACIA DE CONTRIBUIÇÃO DA FTE DE ALEGRIA	5.399.579
	RECUPERAÇÃO DA ELEVATÓRIA DE CAIÇARAS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS E DAS PRAIAS DA ZONA SUL	871.105
	OBRAS PARA REDUZIR A POLUIÇÃO DO COMPLEXO LAGUNAR DE MARAPENDI E TIJUCA	113.542
	DESPESAS COM RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS	233.646
	TOTAL SANEAMENTO	98.413.925
TRANSPORTE	EXPANSÃO DA LINHA 1 DO METRÔ - TRECHO CANTAGALO / IPANEMA	63.847.898
	INDENIZAÇÃO DE BENFEITORIAS REALIZADAS EM IMÓVEIS AO REDOR DA EXPANSÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	407.165
TOTAL TRANSPORTE		64.255.063
TOTAL GERAL		260.520.557

IV. 3.4 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

A execução das despesas com o PAC no exercício de 2009 atingiu o patamar de R\$884,02 milhões, ou +R\$571,28 milhões quando o total de compromissos assumidos pelo ERJ neste programa, em 2009, soma R\$964,58 milhões.

No biênio 2008-2009, o Governo do Estado e o Governo Federal, investiram no Programa de Aceleração do Crescimento R\$1,196 bi, distribuídos em 6 áreas de atuação: habitação urbana, infra-estrutura urbana, saneamento básico urbano, transporte rodoviário, preservação e conservação ambiental e organização agrária. A Tabela 42 detalha os projetos que estão sendo desenvolvidos em cada área de atuação, assim como o montante gasto no biênio:

A execução do PAC envolveu investimentos de R\$ 884 milhões no Estado do Rio de Janeiro em 2009



Tabela 42

ÁREA DE ATUAÇÃO	PROJETO/ATIVIDADE	2008	2009	TOTAL INVESTIDO BIÊNIO 2008/2009
HABITAÇÃO URBANA	1570 Projetos Habitacionais a cargo do FEHIS	-	4.844.328	4.844.328
	1617 Projeto Morro do Preventório - PAC	4.926.052	11.715.527	16.641.580
	1618 Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuá - PAC	6.311.403	9.564.253	15.875.656
	5274 Construção de Unidades Habitacionais	22.371.524	19.888.580	42.260.104
TOTAL HABITAÇÃO URBANA		33.608.979	46.012.688	79.621.667
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1613 Urbanização da Rocinha - PAC	12.432.194	78.285.394	90.717.588
	1614 Urbanização do Complexo do Alemão - PAC	101.530.012	298.379.587	399.909.599
	1615 Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC	65.947.232	162.216.576	228.163.808
	1616 Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC	23.993.164	20.509.519	44.502.683
5273 Recup e Melhorias em Conjuntos Habitacionais	11.046.388	29.845.007	40.891.396	
TOTAL INFRA-ESTRUTURA URBANA		214.948.990	589.236.084	804.185.073
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1305 Implampl Sist Saneamento Peq Localidades	-	2.061.917	2.061.917
	1606 Saneam Entorno Baía de Guanabara e RMRJ-PAC	4.550.999	19.731.141	24.282.139
	1607 Ampl Abast Água Baixada e S Gonçalo - PAC	27.826.087	68.767.271	96.593.358
	1608 Melhoria Prod Parque Tratam Água Guandu-PAC	1.002.857	1.299.511	2.302.368
TOTAL SANEAMENTO BÁSICO URBANO		33.379.943	91.859.839	125.239.782
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1039 Impl Pav Segm C Arco Rodov Metropolitan- PAC	13.713.767	48.992.925	62.706.693
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1534 Projeto Iguaçu - PAC	16.616.306	107.189.738	123.806.044
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2204 Regulariz Fund e Consolid de Assent Humanos	465.011	731.072	1.196.084
TOTAL PAC - ERJ		312.732.996	884.022.346	1.196.755.343

Posição: SIG/SIAFEM 02/02/2010

A execução do PAC ocorreu majoritariamente na SEOBRAS que foi responsável por 79,4% do total executado (R\$951,24 milhões), dos quais R\$250,99 milhões foram executados em 2008 e R\$700,24 milhões em 2009.

Destaca-se também o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, responsável pela execução das ações de prevenção e conservação ambiental das inundações dos Rios Sarapuá e Iguaçu, com execução no biênio de R\$123,80 milhões (R\$107,18 milhões em 2009).

Por último, a CEHAB aplicou R\$46,01 milhões, em melhorias habitacionais, urbanização do Morro Preventório e na construção de habitações no entorno das bacias do Rio Sarapuá e Iguaçu. No biênio, os investimentos nessa área foram de R\$79,62 milhões.

A Tabela 31 ilustra o ritmo de execução das obras do PAC nas comunidades, com 50,6% já realizados, R\$839 milhões com recursos federais e estaduais.

Considerando que, com exceção das obras do Pavão-Pavãozinho, nas demais comunidades a previsão de entrega é no primeiro semestre de 2011, o ritmo de execução se apresenta dentro do previsto, uma vez que o início das obras requer mais tempo do que a próxima fase.

Algumas das principais obras do PAC já tinham mais de 50% de nível de execução ao final de 2009.

As obras conduzidas pela SEOBRAS empregaram R\$ 700 milhões em 2009.

Tabela 43

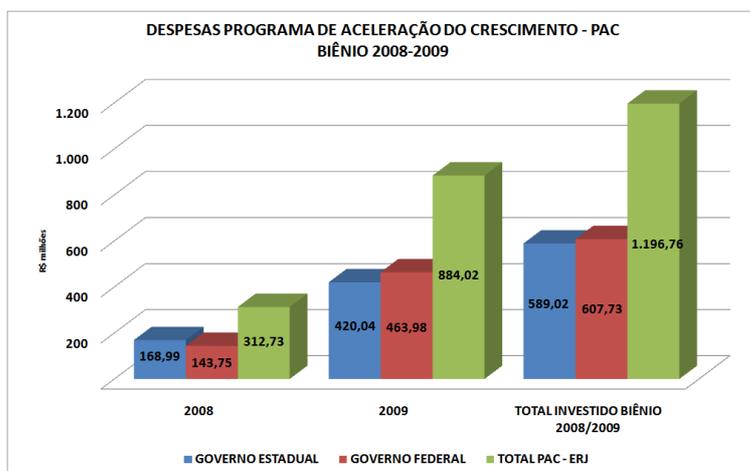
ÁREA DE INTERVENÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA	2008	2009	TOTAL BIÊNIO 2008-2009	% EXEC.
PAC COMPLEXOS - SEOBRAS	1.657.048	236.235	602.861	839.096	50,6%
Comunidade da Rocinha	270.530	25.199	106.364	131.564	48,6%
Complexo do Alemão	723.024	121.095	305.052	426.147	58,9%
Complexo de Mangueiras	573.099	65.947	164.210	230.158	40,2%
Comunidade do Pavão-	90.395	23.993	27.235	51.228	56,7%
RECURSOS DO ERJ	801.355	87.542	292.441	379.982	47,4%
RECURSOS FEDERAIS	855.693	148.694	310.420	459.114	53,7%

fonte: Of. SEOBRAS/GSE nº 813/09, 814/09, 815/09 e 816/09

O Gráfico 4 demonstra a despesa liquidada, no PAC como um todo, em 2008 e 2009 por fonte de financiamento, ratificando a participação expressiva do Tesouro do Estado no financiamento dessas obras. Este financiamento deu-se em parte através de operações de crédito para as quais o apoio e a presteza do Tesouro Nacional mostraram-se indispensáveis.

O Tesouro Estadual entrou com 47,4% dos recursos empregados no PAC das favelas no biênio 2008-2009 (R\$ 380 milhões)

Uma proporção parecida (47,5%) foi verificada também na participação dos recursos do Estado no conjunto das obras do PAC executadas em 2009, requerendo R\$ 420 milhões, para complementar os R\$ 463 milhões aplicados pelo governo federal.

Gráfico 4

O pronto pagamento das despesas associadas ao PAC tem permitido que o programa já acumule realizações expressivas, com particular destaque para as intervenções em algumas favelas (Tabela 44).



Tabela 44

2007	2008	2009
Assinatura do Protocolo de Cooperação Federativa em Julho/2007 (Projetos Iniciais)	Início das Obras do Morro do Preventório (Niterói) - foco na urbanização com busca da conservação ambiental da área e regularização fundiária	Inauguração do Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila em Manguinhos. O colégio contém 14 salas de aula, laboratórios de ciências e informática e tem capacidade para atender 1.700 alunos no ensino médio tradicional e ensino médio profissionalizante, além de Educação para Jovens e Adultos - EJA
	Início das Obras do Teleférico no Complexo do Alemão, essa obra terá capacidade de transportar 30 mil moradores por dia e integrará 7 comunidades que fazem parte do Complexo	Inauguração da Unidade de Pronto Atendimento 24 hs - UPA. Trata-se da maior unidade do ERJ com emergência, ambulatório, farmácia, laboratório para exames, além de salas para Raio-X, sutura, medicação e nebulização. A UPA conta ainda com 29 leitos e 10 consultórios. Essa unidade tem parceria entre Estado, Prefeitura do Rio de Janeiro e Fiocruz
Inclusão do Projeto do Arco Rodoviário em setembro/2007	Início das Obras na comunidade da Rocinha	Entrega de 400 unidades habitacionais com escritura dos imóveis para os moradores no Complexo do Alemão (Morro da Baiana e do Adeus e comunidade Nova Brasília), com infra-estrutura, área de lazer (campo de futebol e quadra poliesportiva) e Centro de Geração de Renda
	Aplicação de Questionários para identificar necessidades de cada área de intervenção (radiografia das comunidades)	Entrega de obras de urbanização (abertura e ampliação de ruas), de estações do teleférico e de equipamentos sociais no Complexo do Alemão (Morros da Baiana e do Adeus)
Início das Obras no Morro Pavão-Pavãozinho	Término da 1ª fase das obras de saneamento básico na Comunidade do Pavão-Pavãozinho com 100% das casas ligadas na rede	Finalização das obras de infra-estrutura na Comunidade Pavão-Pavãozinho: drenagem, abastecimento de água e coleta de esgoto
		Entrega de 56 unidades habitacionais na Comunidade Pavão-Pavãozinho/Cantagalo
Cadastramento de moradores nas áreas de intervenção para trabalharem nas obras do PAC	Início das Obras de elevação da via férrea em Manguinhos	Oferta de cursos de empreendedorismo, idiomas e guia de turismo na Comunidade Pavão-Pavãozinho
		Inauguração do Centro Vocacional e Tecnológico (CVT) em Manguinhos com oferta dos seguintes cursos: refrigeração; manutenção de aparelhos domésticos; instalação de ar condicionado split; informática; montagem e manutenção de computadores; manicure/pedicure; cabelereiro profissional; maquiador; assistente administrativo; operador de telemarketing; armador; apontador de obras; encanador/bombeiro; carpinteiro de formas; eletricitista predial; ladrilheiro; e pedreiro.
Licitação das obras no Complexo do Alemão, Manguinhos e Rocinha	Demolição de 200 casas na Comunidade Embratel (Manguinhos) para construção de novas unidades habitacionais e transferência das famílias para outras localidades subsidiadas pelo aluguel social	Inauguração de complexo esportivo na comunidade de Manguinhos
		Início das desapropriações para a execução das obras do Arco Rodoviário
		Construção de escadarias e caminhos para facilitar o acesso a áreas de difícil acesso na comunidade do Pavão-Pavãozinho
		Construção de 252 unidades habitacionais e 1 colégio estadual no Complexo do Alemão (Estrada do Itararé)
		Finalização das obras do Complexo Esportivo da Rocinha
		Entrega de 416 unidades habitacionais, biblioteca, Centro de Geração de Renda, Centro de Atendimento Jurídico e Centro de Atendimento à Mulher em Manguinhos
		Início da montagem do teleférico no Complexo do Alemão em Dezembro/2009

BOX 5 – Execução Orçamentária e Atividades do RIOPREVIDENCIA

O Fundo Único de Previdência Social do Rio de Janeiro é uma autarquia pública, com autonomia administrativa e financeira, criado através da Lei nº 3.189 de 22 de fevereiro de 1999, em decorrência da emenda constitucional nº20, de 15 de Dezembro de 1998, que reformou a previdência do setor público e possibilitou a criação de fundos capitalizados para o custeio desses regimes. Por força da vinculação de receitas para o RIOPREVIDENCIA, os ativos do fundo, contando fluxos futuros de royalties, excedem R\$ 50 bilhões, tornando-o um dos principais fundos de pensão do Brasil, e o maior fundo de regime próprio do setor público em todo o país.

O RIOPREVIDENCIA concede benefícios de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, aposentadoria compulsória, aposentadoria por invalidez e aposentadoria especial, além de garantir aos dependentes, pensão por morte e auxílio reclusão. São cerca de 237 mil beneficiários, sendo 146 mil servidores aposentados e 91 mil pensionistas. A firmeza das receitas futuras, especialmente as decorrentes da produção de petróleo e gás, é o penhor a garantir esses benefícios, assim como aqueles futuramente devidos aos funcionários ativos do Estado.

Para realizar o atendimento, dos atuais e futuros beneficiários, a autarquia conta com uma estrutura de 6 agências de atendimento; em Valença, Três Rios, Icaraí, Miracema, Flamengo e Tijuca e a previsão é de inaugurar no primeiro semestre de 2010 mais 4 agências, em Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e Campos, além da Nova Agência Central.

O financiamento das ações do órgão ocorre principalmente através de receita própria, composta pela Contribuição Patronal dos servidores e pela parcela que lhe cabe das receitas provenientes de royalties e participações especiais na produção de petróleo e gás devidas ao Estado do Rio de Janeiro. No ano de 2008, o RIOPREVIDENCIA, atingiu pela primeira vez em sua história autonomia financeira, passando a ser financiado somente por meio de seus recursos próprios, não sendo necessária a complementação de recursos do Tesouro Estadual para cobrir seus compromissos (Tabela 1).

Tabela 1 - Composição das receitas do RIOPREVIDENCIA ao final dos exercícios 2005-2009

EXECUÇÃO RIO PREVIDÊNCIA 2005-2008 POR FONTE DE RECURSOS				EM R\$		
FR		12/2005	12/2006	12/2007	12/2008	12/2009
00	Ordinários Provenientes de Impostos	2.636.301.749	1.883.358.789	152.642.577	-	-
01	Ordinários Não Provenientes de Impostos	59.200.653	343.537.358	39.565.591	-	-
10	Arrecadação Própria	2.917.864.369	4.806.971.556	5.896.294.263	6.929.063.001	7.417.912.285
98	Outras Receitas da Administração Indireta			28.437	400.000	
Total geral		5.613.366.771	7.033.867.704	6.088.530.868	6.929.463.001	7.417.912.285

Fonte: SIG/SIAFEM
Extração em 02/02/2010

Em 2008, a arrecadação do RIOPREVIDENCIA foi de R\$7,8 bilhões (Tabela 2), um incremento de 32% com relação a 2007, sendo a despesa do período de R\$6,9 bilhões, o que gerou um superávit de R\$938 milhões. Este valor garantiu a autonomia da autarquia em 2009, quando a

arrecadação foi de apenas R\$6,4 bilhões, devido à queda nas receitas de petróleo e gás. A despesa neste ano foi de R\$7,4 bilhões, gerando um déficit orçamentário de R\$ 1 bilhão, compensado pelo superávit alcançado no exercício anterior.

Tabela 2

SUPERÁVIT RIO PREVIDÊNCIA - FR 10						EM R\$
FR 10	12/2005	12/2006	12/2007	12/2008	12/2009	
RECEITA ARRECADADA (A)	2.815.843.304	4.966.815.538	5.956.964.305	7.867.144.413	6.394.119.215	
DESPESA REALIZADA (B)	2.917.864.369	4.806.971.556	5.896.294.263	6.929.063.001	7.417.912.285	
SALDO (A)-(B)	(102.021.065)	159.843.982	60.670.042	938.081.411	(1.023.793.070)	

Fonte: SIG/SIAFEM
Extração em 02/02/2010

Como parte de sua reestruturação, o RIOPREVIDENCIA investiu R\$5,9 milhões em 2009. Esses recursos foram destinados à reforma, construção e modernização das agências e da sede do RIOPREVIDENCIA. Além disso, foi realizada a reforma do prédio do RIOPREVIDENCIA Cultural, onde são desenvolvidas atividades culturais abertas ao público. Em 2008, os investimentos haviam sido da ordem de R\$ 0,5 milhão.

Com objetivo de qualificar e agilizar o atendimento, o RIOPREVIDÊNCIA inaugurou ainda um unidade no Rio Poupa Tempo de Bangu, ampliando suas ações institucionais, tais como o RIOPREVIDÊNCIA Móvel, veículo móvel (Van) que possui todos os recursos de uma agência, levando os serviços onde não existem postos fixos. Em 2009, esta ação foi finalista do VIII Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (e-GOV), que tem como objetivo reconhecer e incentivar projetos e soluções que visem modernizar as administrações públicas federais, estaduais e municipais.

A fim de ampliar a cultura previdenciária, outros projetos estão sendo desenvolvidos, tais como o “RIOPREVIDÊNCIA com Você”, no qual a autarquia vai ao encontro de seu público alvo, em Secretarias e órgãos para ministrar palestras, realizar apresentações e tirar dúvidas quanto aos regimes de previdência.

A descentralização dos atendimentos, pelas agências veículos móveis e poupa tempo, aumentou de forma significativa a quantidade de pessoas atendidas e reduziu o tempo médio da concessão dos benefícios. Para a revisão dos benefícios, o atendimento médio mensal passa de 60, em 2007, para 400 pessoas em 2009, culminado ao final deste exercício com a revisão de 12.500 benefícios.

A melhora do atendimento ao servidor e pensionista, assim como o fortalecimento das finanças do RIOPREVIDENCIA têm refletido a mudança de governança do instituto, obtida não só através da liderança do seu quadro dirigente, mas também pelo diálogo permanente com o Conselho de Administração e com os próprios funcionários.

O fortalecimento do Conselho de Administração do RIOPREVIDENCIA, através da provisão de ampla e tempestiva informação aos conselheiros, e da discussão e deliberação sobre decisões

estratégicas trazidas pela diretoria ao colegiado, são outras evidências da transformação pela qual tem passado a instituição. No Conselho de Administração estão representados funcionários do Estado e os Poderes, com voto individualizado do Tribunal de Justiça, Alerj, TCE e Ministério Público. A plena participação de todos os ramos do setor público estadual é de particular importância à vista da responsabilidade do RIOPREVIDENCIA em prover as aposentadorias dos servidores de todos os Poderes, e as exigências de transparência e informação atuarial estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social. Em 2009, o RIOPREVIDENCIA pode pela primeira vez cumprir a Lei Complementar que o rege, produzindo projeções de despesas com os Poderes baseadas majoritariamente nas informações detalhadas da folha de pagamento dos mesmos, que passaram a ser transmitidas diretamente para a instituição. Esta informação é fundamental para a estimativa das responsabilidades futuras da instituição, com importantes reflexos na solvência do Estado do Rio de Janeiro.

IV.4 Cota Financeira¹⁹

No exercício de 2009, a fixação mensal de limites máximos para emissão de PDs apresentou resultados bastante positivos. Os órgãos passaram a estabelecer o planejamento financeiro para pagamento dos compromissos assumidos reduzindo os restos a pagar inscritos no exercício.

Embora, em alguns meses, por conta do resíduo de cota não utilizado, o montante liberado para emissão de PD tenha se descolado do montante da despesa paga, o mecanismo da cota financeira também serviu para evitar bruscas variações nas disponibilidades do Tesouro.

As Subsecretarias de Finanças — SUBFIN e de Política Fiscal – SUPOF, ao estabelecerem os valores das cotas para atender a programação mensal das unidades orçamentárias levaram em conta os movimentos agregados (foco da SUBFIN) e as necessidades específicas de cada unidade para gastos de custeio e de investimentos, por fonte de recursos (foco da SUPOF). Com isso, facilitou-se a compatibilização da programação de desembolso individual

Tabela 45

FR	Em R\$ mil			
	COTA FINANCEIRA LIBERADA (JAN-DEZ)	COTA FINANCEIRA UTILIZADA (JAN-DEZ)	DESPESA PAGA (JAN-DEZ)	% UTILIZAÇÃO
TESOURO	4.597.862	4.088.036	4.041.925	88,9%
OUTRAS FRs	2.671.604	1.614.197	2.053.831	60,4%
TOTAL	7.269.466	5.702.233	6.095.756	78,4%

A metodologia adotada para a Cota Financeira permitiu, ao final do exercício, o alinhamento entre os valores da cota financeira liberada, da despesa paga e de Restos a Pagar inscritos em 2009.

¹⁹ Os valores apresentados na Tabela 39 estão acumulados.

de cada órgão ao fluxo de caixa do Tesouro, obedecendo à estratégia financeira desenvolvida pela Subsecretaria de Finanças - SUBFIN.

As despesas de pessoal e aquelas consignadas em Encargos Gerais do Estado, pelo seu caráter não-discriminatório não tem limites para emissão de PDs, obedecendo à legislação de pessoal vigente e aos contratos de financiamento existentes.

No início de 2010, o Decreto nº 42.239, que trata sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício, dispõe sobre a competência da SEFAZ no aprimoramento da metodologia das cotas financeiras a ser implementado.²⁰

Pela nova metodologia, segrega-se o que será gasto no ano para pagamento dos restos a pagar processados de cada órgão, dos recursos disponíveis para pagar as despesas do orçamento corrente. O objetivo é estimular a redução dos restos a pagar, sem riscos para o fluxo de caixa geral do Tesouro, ou incentivo indevido à contratação de compromissos em excesso à disponibilidade real de recursos do Estado. Como parte da nova metodologia a SEFAZ publicou pela primeira vez um cronograma detalhado do pagamento dos restos a pagar de cada órgão, contemplando a plena quitação até abril, sendo mais de $\frac{3}{4}$ até o final de março.

Ainda pela antiga metodologia, os órgãos utilizaram 78,4% da cota financeira para o ano, sendo mantido o valor correspondente ao pagamento dos restos a pagar do ano anterior bloqueados. No final do exercício, o valor da cota financeira anual foi igualado à despesa empenhada, para permitir a emissão de PD - Programação de Desembolso – para garantir a conformidade ao final do ano. Parte dessas PD's foram pagas ainda em 2009 (vide seção V.1), e outra parte foi inscrita em Restos a Pagar, para quitação completa até abril de 2010.

²⁰ Já implementado pela Resolução SEFAZ nº 279/2010.

A busca de crescente equilíbrio entre despesas programadas, liquidadas e pagas é particularmente importante na medida em que o final da presente gestão se apresenta, e reforça-se a necessidade de que **toda despesa empenhada no último ano de governo tenha sido paga ou encontre respaldo em recursos disponíveis no Tesouro ao final do ano**, como determinado pelo Artigo 42 da LRF.

A partir da diferença entre a cota liberada e despesa paga aproxima-se dos valores inscritos em RP no exercício de 2009 (Tabela 45). No Tesouro, o saldo de R\$556 milhões atenderá a emissão das PD's de RP que somam R\$549 milhões. Em Outras Fontes, o valor da despesa paga maior do que a cota utilizada se dá por conta de pagamentos efetuados por ofício, cujas PD's não foram contabilizadas, nas áreas de educação e saúde.

Mantendo a mesma lógica das fontes Tesouro, o saldo da cota liberada de R\$628 milhões, comporta a emissão de PDs do RP inscrito em Outras Fontes de R\$617 milhões.

V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Pagamento de PD's

Em prosseguimento com a política adotada pela atual gestão, o Tesouro Estadual tornou ainda mais célere o adimplemento das obrigações contraídas com os fornecedores do Estado no último bimestre de 2009. O prazo médio dos pagamentos no sexto bimestre foi de 9 dias para as áreas prioritárias (Educação, Segurança e Saúde) contra 12 dias do bimestre anterior e de 12 dias para as demais áreas, contra os 19 dias praticados no bimestre anterior.

O Tesouro do Estado do Rio de Janeiro no 6º bimestre executou aproximadamente 93% das Programações de Desembolso - PD emitidas pelos órgãos e entidades

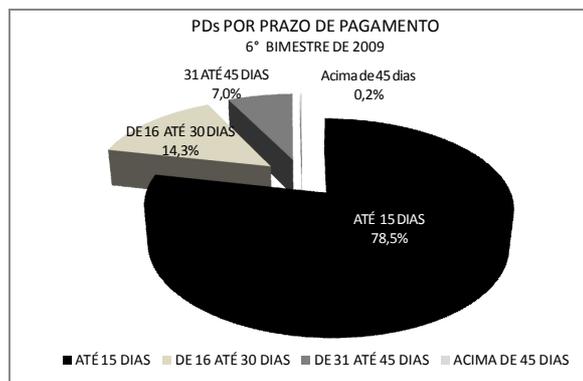
Tabela 46

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS 6º BIMESTRE DE 2009

Áreas	PRAZO MÉDIO
Prioritária	9
Não Prioritárias	12
MÉDIA GERAL	11

Fonte : Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATE

Gráfico 5





estaduais em até 30 dias após a data de sua emissão. Neste sentido, cabe destacar a evolução do Tesouro em relação ao quinto bimestre de 2009, já que até esse bimestre a proporção de PD's quitadas em menos de 30 dias já excedia ¾ (76%).

Ressalte-se que a presteza no pagamento pelo Tesouro ainda tem sido afetada negativamente pelo envio, por parte dos órgãos, de PD's com erros de confecção. Em virtude desses erros e do tempo para corrigi-los, estas PD's geralmente são adimplidas com mais de 45 dias, afetando o prazo médio de pagamento praticado pelo Tesouro.

Tabela 47

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2009

R\$ MIL

ÁREAS	EMPENHADO (A)	DESPESA LIQUIDADADA (B)	COTA LIBERADA (C)	COTA UTILIZADA (D)	DESPESA PAGA (E)
EDUCAÇÃO	564.502	564.443	564.302	488.337	487.441
SAÚDE	1.368.842	1.341.388	1.368.842	1.150.471	1.133.873
SEGURANÇA	463.640	463.375	464.354	454.989	451.723
DEMAIS ÁREAS	2.200.879	2.181.278	2.200.946	1.984.088	1.956.887
TOTAL	4.597.862	4.550.684	4.598.645	4.088.086	4.041.925

Fonte: Sistema SIC e SIMFONIA

Obs.: Valores processados até o fim de dezembro de 2009

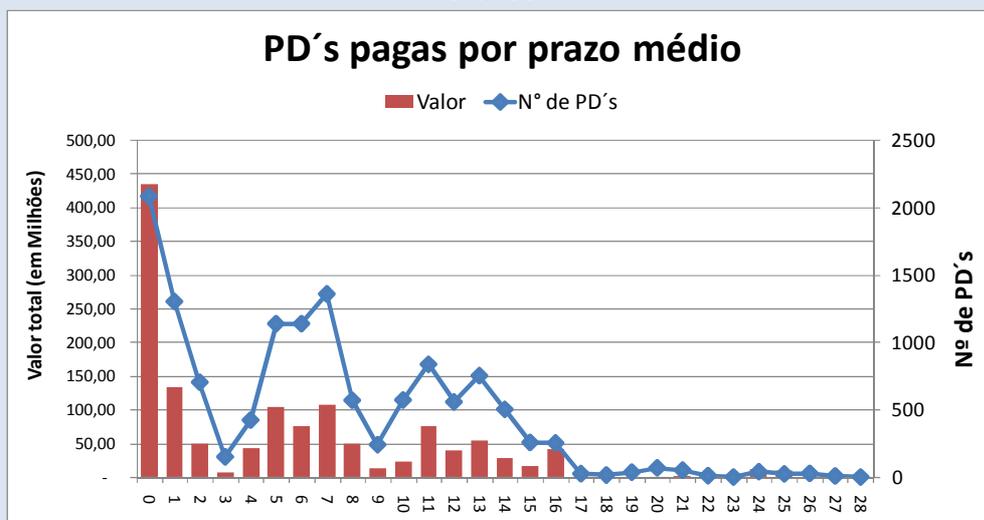
Obs.: Valores em Recessos-Tesouro

ÁREAS	(B) / (A)	(B) / (C)	(D) / (B)	(D) / (C)	(E) / (D)
EDUCAÇÃO	99,99%	99,99%	88,32%	88,31%	99,78%
SAÚDE	98,01%	98,01%	85,75%	84,05%	98,73%
SEGURANÇA	99,94%	99,79%	98,19%	97,98%	99,28%
DEMAIS ÁREAS	99,11%	99,11%	90,98%	90,14%	98,63%
TOTAL	98,97%	98,96%	89,83%	88,90%	98,87%

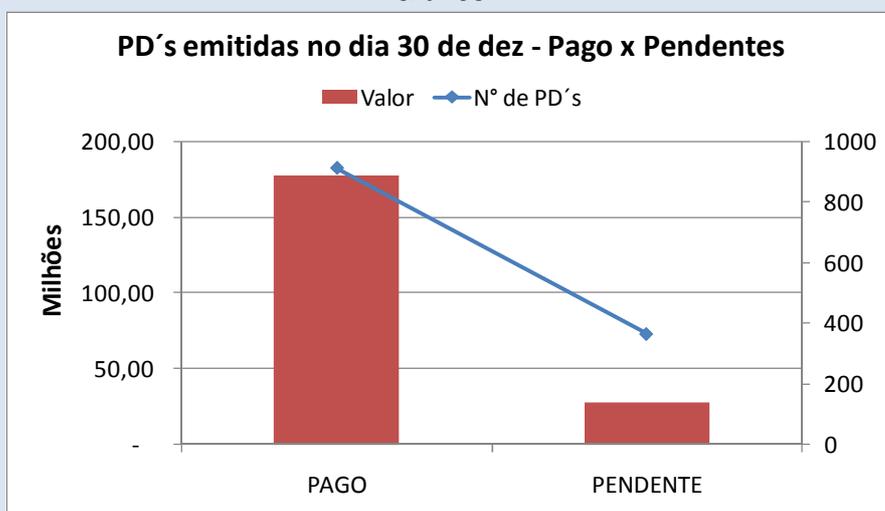
BOX 6 – Pagamentos efetuados no mês de dezembro

Diante da meta da gestão atual de, sempre que possível, honrar com as obrigações contraídas pelo Estado dentro do mesmo exercício, no mês de dezembro, o Tesouro Estadual organizou uma força tarefa com o intuito de dar maior celeridade aos procedimentos de pagamento dessas obrigações.

Assim, das 15,2 mil PD's (de custeio e de investimento) emitidas em dezembro, que juntas totalizaram R\$1,38 bilhão aproximadamente 96% do montante foram quitadas, correspondendo ao atendimento de 13,2 mil PD's. Com efeito, o prazo médio de pagamento neste mês foi de apenas sete dias. Cabe ressaltar ainda que 15,8% das PD's foram pagas no mesmo dia de sua emissão, totalizando R\$ 436 milhões. O Gráfico 1 ilustra o panorama geral dos pagamentos de PD's emitidas no mês de dezembro.

Gráfico 1

Observa-se que dentre as PD's emitidas no dia 30 de dezembro (último dia de pagamento de 2009), 71,3% foram pagas no mesmo dia, somando um valor total de R\$177,2 milhões, ou seja, 81,6% do valor global de R\$217 milhões. Do valor restante, R\$12 milhões foram referentes às despesas de pessoal da UERJ e FAPERJ, cuja competência é dezembro, mas a data de pagamento é no início do mês de janeiro, fazendo, assim, com que o valor total pago represente 86,3% do total emitido. O Gráfico 2 contrasta o total de PD's pagas e pendentes, tanto em relação ao número de PD's, quanto o valor total.

Gráfico 2

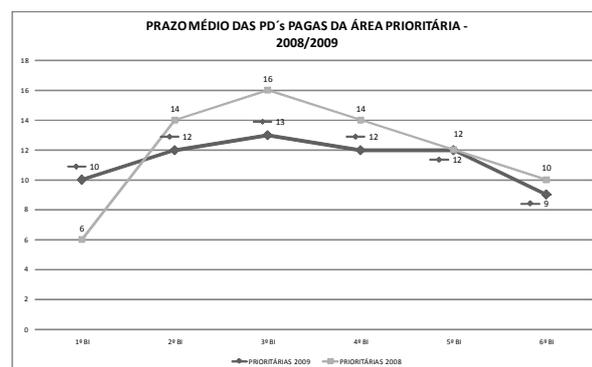
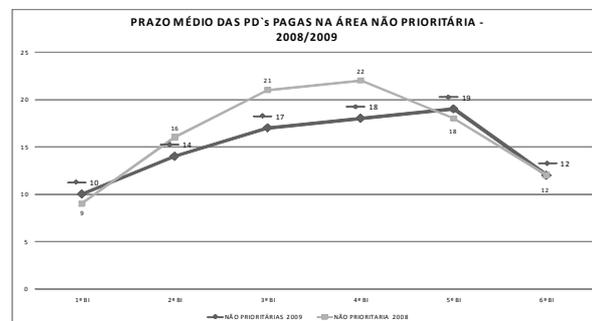
No mês de dezembro, o Tesouro Estadual quitou também os Restos a Pagar dos exercícios de 2003 e 2004, de recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECP Assim como no caso do FECAM, tais restos a pagar beneficiaram-se de tratamento especial à luz do fato de terem fonte própria de pagamento, distinguindo-se dos restos a pagar com fonte Tesouro – 00, 01 e 06, submetidos ao regime do Decreto nº 40.874/2007. Destarte, foram beneficiados cerca de 50 fornecedores, que juntos receberam o montante de R\$ 8,4 milhões. Este pagamento foi abarcado pelo Decreto nº 42.200/09, que liberou o adimplemento das obrigações que passassem pelo módulo “AUTENTICA” no SIAFEM. (ver Box 8).

Tais obrigações prescreveriam administrativamente com a virada do exercício, todavia, a obrigação legal (judicial) persistiria. Assim, o Tesouro optou por efetuar esses pagamentos, quitando todas as obrigações pendentes de pagamento, autenticadas pela Contadoria Geral do Estado, e, portanto, evitando o surgimento de novas ações de cobrança contra o Estado.

No que tange à Cota Financeira, os órgãos estaduais converteram, em média, 89% da cota liberada em PD's. Com destaque para a área da Segurança, que converteu 98% da sua cota liberada. Já com relação à execução do orçamento, as áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança) liquidaram, em média, 99% de seus empenhos. Contudo, tal percentual não foi mantido na relação despesa liquidada x cota utilizada, pois os mesmos órgãos confeccionaram na média apenas 91% de PD's das suas despesas liquidadas, gerando determinado volume de “restos a pagar” processados (estes restos a pagar deverão ser quitados pelo Tesouro até abril de 2010, segundo cronograma publicado em Resolução SEFAZ, n. 279, de 09 de fevereiro de 2010).

O Tesouro por sua vez manteve-se diligente nos pagamentos solicitados, principalmente, nas áreas prioritárias (Segurança, Saúde e Educação), executando o pagamento de 99% da Cota Financeira por estas utilizada²¹.

Em resumo, o planejamento racional do fluxo de caixa do Estado, permitiu ao Tesouro garantir a agilidade e a eficácia da execução da programação orçamentária e financeira aprovada pelo Governador.

Gráfico 6**Gráfico 7**

²¹ A Cota Financeira utilizada são as Programações de Desembolso emitidas.



BOX 7 – Melhorias no Controle Interno no Atual Sistema (SIAFEM) e a Nova Era Tecnológica que se avizinha

Conforme informado na edição anterior do presente Boletim, a Secretaria de Fazenda vem buscando o aprimoramento do funcionamento do Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios (SIAFEM), por intermédio de um grupo de servidores destacado pela Subsecretaria de Finanças (SUBFIN) e pela Contadoria Geral do Estado (CGE).

Essa equipe foi formada com o objetivo de aperfeiçoar os procedimentos adotados para a realização dos pagamentos, minimizando assim eventuais problemas que poderiam ocorrer na sua execução, e melhorando o controle interno do gasto público estadual.

Destarte, vem-se implantando no sistema ferramentas que minimizam a possibilidade de ocorrência de erros no momento do lançamento de dados. Dentre estas se destacam: a inserção de críticas efetuadas pelo sistema no momento da emissão da programação de desembolso, evitando, assim, que o servidor emita documento com dados incorretos, que retardem o pagamento pelo Tesouro; a inclusão de um campo obrigatório para que o órgão ao fazer a PD informe o documento de suporte à liquidação da despesa, como a Nota Fiscal, por exemplo; a obrigatoriedade do órgão, ao cancelar uma PD, informar o motivo do cancelamento; e a criação de uma inscrição genérica para os consórcios de fornecedores, para maior transparência e controle no pagamento dos mesmos.

Apesar dos resultados obtidos com esse trabalho, fatores como a percepção de que o SIAFEM baseia-se em uma plataforma de mais de 20 anos, cuja manutenção foi agora descontinuada pelo SERPRO, indicaram a necessidade de buscar mecanismos que permitam melhor acompanhar a qualidade dos gastos e, através desse acompanhamento, gerar novos indicadores que possam ser utilizados para melhorar os resultados do Estado.

Dessa maneira, passou-se a estudar a conveniência e a oportunidade da implementação de uma solução integrada de mercado para otimizar a gestão financeira, orçamentária e patrimonial no Estado. Especificamente, tal solução deverá atender de forma integrada funcionalidades dos macroprocessos de Execução Orçamentária e Financeira, Contabilidade, Auditoria, Tesouraria e Patrimônio não Imobilizado do Estado.

Sendo assim, concluiu-se pela aquisição de um sistema de Enterprise Resource Planning/Solução Integrada de Gestão (ERP/SING).

Trata-se de uma solução de gestão da informação que possibilita o acompanhamento da movimentação financeira, orçamentária e patrimonial desde o momento em que os recursos são arrecadados até a prestação do serviço final, que facilitará não só a integridade contábil do Estado, mas também permitirá um salto nas ações de auditoria, que poderão despende menos recursos na verificação da conformidade (garantida de melhor forma pelo próprio sistema), e dedicar-se mais à análise da efetividade e de eficiência do gasto público.

Entre as inúmeras vantagens na adoção, pelo Estado, de um sistema ERP, citam-se as seguintes:

- Todos os módulos integrados.
- Dados residentes numa única Base de Dados.
- Operações consolidadas e centralizadas.
- Acesso à Base de Dados via Internet.



- Aplicações de fácil utilização, dispensando a obrigatoriedade de usuários altamente capacitados.
- Compartilhamento dos dados entre as aplicações.
- Possibilidade medição da qualidade do gasto por meio de indicadores;

A idéia é que a plataforma do ERP, que deverá ser implementada em módulos, substitua o SIAFEM nos próximos anos. O novo sistema terá dois pilares como base; quais sejam, a simplificação e a integração de toda a contabilidade do Estado.

Apesar de freqüente nas grandes empresas privadas, essa iniciativa é pioneira no setor público – especialmente subnacional. Ela envolve a aquisição no mercado de uma solução integrada de mercado básica, parametrizada e adaptada pela empresa contratada para atender as necessidades típicas da administração estadual. Pelo seu caráter pioneiro e potencial de melhora na gestão pública, a aquisição desta ferramenta conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que foi parceiro no desenvolvimento da especificação do projeto e financiará parte do custo de sua aquisição, e poderá servir de modelo para outras administrações.

O desenvolvimento do ERP no Estado já responderá às novas orientações da contabilidade pública promovidas pelo Tesouro Nacional, com vistas a adaptá-la aos novos conceitos desenvolvidos pela ONU.

V.2 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

A dotação orçamentária para o pagamento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos, inicialmente disponibilizada no Programa de Trabalho específico²² (PT) foi de R\$177 milhões. Em razão de alguns órgãos necessitarem de ajustes orçamentários para executar suas despesas, esta dotação foi ampliada para R\$ 219 milhões ao longo de 2009.

Esta ampliação se explica, por exemplo, pela suplementação demandada pela SEEDUC que, após a análise dos gastos efetuados ao longo do exercício, solicitou R\$35 milhões adicionais para a liquidação de suas despesas. Da mesma forma, a Saúde recebeu uma suplementação de R\$10 milhões para arcar com a totalidade de seus gastos com concessionárias.

Pontue-se que, na situação inversa, alguns órgãos tiveram parte do orçamento destinado a eles para o pagamento de concessionárias remanejado para outros PT's, em razão da sua subutilização.

Tabela 48

PT – Despesas com Serviços Públicos 2009

	R\$ milhões			
	Empenhado	Liquidado	Pago	% Pago
Energia Elétrica	105,6	105,6	103,0	98%
Água e Esgoto	67,3	67,3	36,1	54%
Telefonia Fixa	21,1	21,1	18,9	90%
Telefonia Móvel	5,7	5,6	5,6	98%
Telefonia Móvel	2,3	2,2	2,0	90%
ENCT - correios	6,2	6,2	6,2	99%
Mistral de Gás	3,4	3,4	2,6	76%
Outros	1,4	1,4	0,9	64%
Resp Exerc. Anteriores	5,7	5,7	2,9	50%
	218,7	218,5	178,1	81%

²² Programa de Trabalho- Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública

A destinação de recursos específicos para o pagamento das concessionárias e prestadoras de serviços é parte da estratégia para garantir o objetivo de dar celeridade ao pagamento dessas obrigações, evitando o acúmulo desnecessário de contas em aberto com os custos decorrentes de atrasos de pagamento. Um segundo elemento da estratégia da atual gestão do governo do Estado do Rio de Janeiro para aprimorar os procedimentos realizados no adimplemento de despesas, efetuadas pelos órgãos estaduais com serviços essenciais, foi o desenvolvimento e implantação do Sistema de Pagamento de Concessionárias de Serviços Públicos – SIPC²³. Este sistema foi criado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira dessas despesas de todos os órgãos estaduais, cujas obrigações sejam arcadas com fontes de recurso do Tesouro.

Nesta sistemática, os órgãos/entidades devem descentralizar seus créditos orçamentários, destinados ao pagamento dos gastos com serviços públicos, em favor do Tesouro.

Atualmente, o SIPC executa os procedimentos para pagamento das despesas com 12 concessionárias, o que representa 78% do total gasto pelo Tesouro com serviços públicos. Os outros 22%, relativos principalmente às despesas com serviços públicos prestados pelas CEDAE e EBCT, são executados diretamente pelos órgãos. O Tesouro tem propugnado pela integração rápida da CEDAE no sistema, o que poderia trazer vantagens significativas para a empresa e para o Estado, inclusive no uso mais racional da água nas instalações públicas.

Em 2009, foi registrada, no SIPC, a soma de R\$125 milhões correspondente ao faturamento das despesas efetuadas pelos órgãos com as concessionárias abarcadas pelo sistema. Foram liquidados 98% dessa importância (Tabela 49).

Gráfico 8


²³ O SIPC foi criado por meio do Decreto nº 35.670, de 09 de junho de 2004.

O resultado alcançado nesse exercício consolida o desempenho obtido em 2008, quando toda a despesa faturada por meio do SIPC foi quitada pelo Tesouro dentro do exercício. A diferença verificada em 2009 se deve à dificuldade encontrada pela Secretaria de Administração Penitenciária no ajuste do seu orçamento.

Quanto às despesas realizadas, constatou-se, em 2009, um aumento de 16% nos gastos com concessionárias se comparado com o montante de R\$108 milhões faturado em 2008. Este crescimento se explica tanto pela ampliação do consumo de serviços pelo Estado, quanto pela inclusão da Oi/Telemar neste sistema, abarcando as despesas com a nova rede de telefonia fixa (os outros serviços da Oi/Telemar ainda não estão incluídos no SIPC).

Analisando-se a área de energia elétrica, observou-se um aumento de 11% no faturamento quando comparado com o exercício anterior. O reajuste médio de 2,3%, no valor da tarifa, contribuiu com esse aumento, sendo o restante resultado do maior consumo de energia, originado, em boa parte, pelos projetos de melhorias implantados nas áreas prioritárias.

Como exemplo dessas melhorias, pode-se citar: (i) na área de Saúde, a instalação das Unidades de Pronto Atendimento (UPA's), com aumento correspondente de consumo; (ii) na área de Educação, o avanço do programa de climatização nas salas de aula (instalação de aparelhos de ar-condicionado); (iii) em relação à área de Segurança, houve a assunção de novas responsabilidades, além da inclusão de algumas instalações²⁴.

No que tocante à telefonia, a celebração do contrato entre o Estado e a Oi/Telemar, em maio de 2008, abriu uma nova fase no relacionamento com provedores desses serviços, iniciada com a migração dos serviços de telefonia fixa e móvel para a nova rede e o gradual

Tabela 49
Faturamento SIPC - 2009

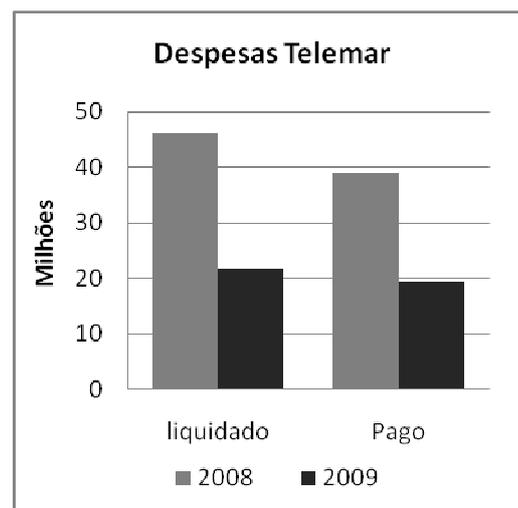
R\$ milhões

	Faturado	Liquidado	Pago
LIGHT	71	70	67
AMPLA	34	34	34
TELEMAR	6	6	6
AG NITEROI	7	6	6
AG PARAIBA	4	3	3
Outros	4	3	3
TOTAL	125	123	120

Oi/Telemar - Telefonia Fixa

R\$ milhões

	2008	2009	var %
Liquidado	46,1	21,7	-53%
Pago	39,1	19,5	-50%

Gráfico 9


²⁴ No caso da Secretaria de Segurança, um fator relevante foi a inclusão das despesas com energia elétrica do prédio da Central do Brasil, que anteriormente eram honradas pela Supervia.

alinhamento desses serviços com as novas tecnologias previstas no contrato.

O cronograma de migração se iniciou no segundo semestre de 2008, com a adesão dos órgãos menores e, ao final daquele exercício, 22 órgãos/entidades haviam aderido à nova rede de telefonia. Contudo, somente no segundo semestre de 2009 as áreas mais dispendiosas, como saúde, educação e segurança completaram a migração, totalizando 54 órgãos/entidades utilizando a nova rede²⁵.

A migração possibilitou redução de cerca de 50% nos gastos dos entes estaduais com a telefonia fixa, correspondente a uma economia de aproximadamente R\$24,4 milhões.

A experiência de dois anos ratifica que a sistemática da centralização, por meio do SICP, aumenta o controle e traz transparência aos pagamentos de despesas efetuadas com concessionárias, minimizando a cobrança de multas, devido à quitação dessas obrigações no vencimento, e evitando o acúmulo de dívidas para próximos exercícios.

V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

A remuneração do saldo de caixa do Tesouro tem-se apresentado eficiente. Embora a taxa da Selic, no 6º bimestre de 2009, tenha sido inferior ao percentual observado no período equivalente de 2008, as aplicações do Tesouro Estadual renderam 14% a mais em 2009 do que em 2008, quando comparado o desempenho relativo à taxa paga pelos Certificados de Depósito Interbancário – CDI (o *benchmark* utilizado pelo Tesouro Estadual e pela maior parte dos fundos de investimentos).

As aplicações do Estado em fundos de investimento tiveram uma rentabilidade de 99,2% do CDI no ano de 2009, contra 77,3% em 2008.

Gráfico 10

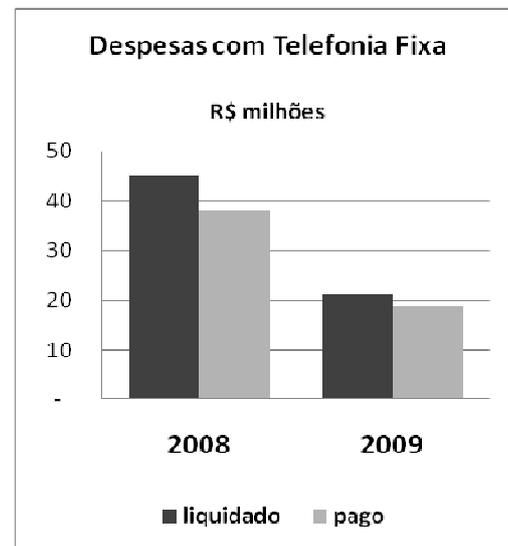


Gráfico 11

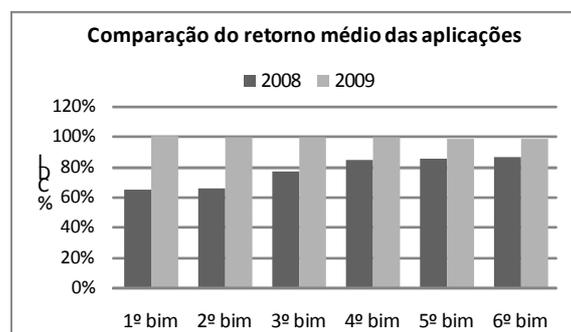
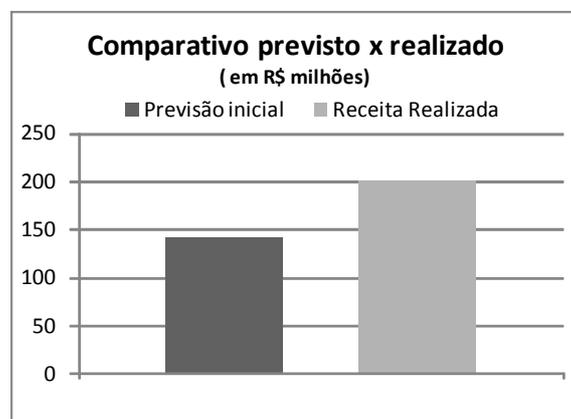


Gráfico 12



²⁵ Considerando aos órgãos e entidades que honram suas despesas com fontes de recursos do Tesouro Estadual.



Apesar da forte queda da taxa de juro, não prevista no orçamento enviado à ALERJ em 2008, a receita financeira realizada, até o final de dezembro de 2009, superou em, aproximadamente, R\$60 milhões o rendimento inicialmente projetado para o ano. Este resultado revela a grande melhora, decorrente do planejamento financeiro, efetuada na administração do saldo do caixa do Tesouro.

V.4 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Desde a implantação do Programa de Pagamento/ Parcelamento de Restos a Pagar, instituído em pelo Decreto nº 40.874, de 08 de agosto de 2007, até a presente data, a SEFAZ – RJ recebeu 1.560 requerimentos de pessoas físicas e jurídicas solicitando informações acerca de seus créditos. Desse montante, após as quatro fases abertas ao longo do programa, cerca de 970 credores aderiram ao mesmo, totalizando um montante renegociado de aproximadamente R\$253 milhões. Este valor corresponde a mais de 60% dos valores dos restos a pagar processados encontrados no início da gestão atual (referentes às fontes 00, 01 e 06).

O sucesso do programa é, no entanto, maior do que se avaliava até recentemente. Como consequência da aplicação dos procedimentos instituídos pelo “AUTENTICA” e da baixa contábil de alguns restos a pagar em virtude da prescrição administrativa, verifica-se que o estoque efetivo dos restos a pagar abarcados pelo programa monta a cerca de R\$350 milhões. Ou seja, quase $\frac{3}{4}$ da dívida (73%) foi atendida pelo programa, dando ao tratamento deste assunto um alto grau de transparência, previsibilidade e segurança para os fornecedores do Estado.

Na última fase de adesão ao programa (4ª fase) ingressaram 97 novos credores, num total renegociado de, aproximadamente, R\$7,5 milhões. Para essa fase,

especificamente, o pagamento da primeira parcela deu-se no mês de setembro, com desembolso de cerca de R\$2 milhões. Este desembolso permitiu que 74 credores tivessem seus créditos contemplados em parcela única (correspondendo a R\$928 mil dos R\$2 milhões). Destarte, $\frac{3}{4}$ dos credores que ingressaram nesta última fase tiveram seus créditos integralmente quitados pelo Tesouro Estadual imediatamente.

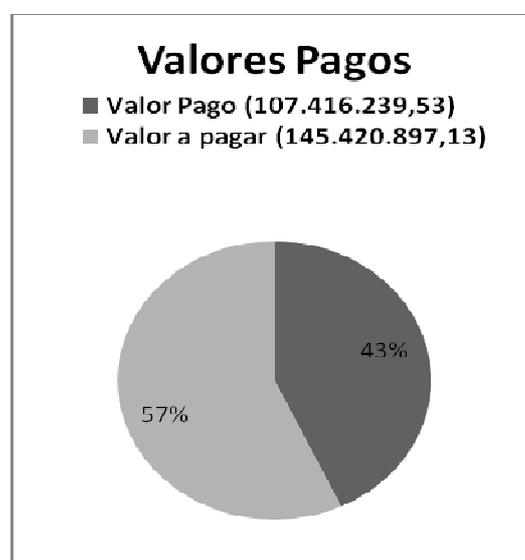
Seguindo o cronograma de pagamento estipulado por esta Secretaria de Estado de Fazenda, no dia 25 de novembro de 2009 foi pago o montante total de R\$17,6 milhões, que contemplou o pagamento da quinta parcela, para os credores que ingressaram na 1ª fase do programa; o pagamento da quarta parcela, para os credores que ingressaram na 2ª fase do programa; o pagamento da terceira parcela, para os credores que ingressaram na 3ª fase; e, o pagamento da segunda, parcela para os credores que ingressaram na 4ª fase.

Ao final do ano de 2009, para fins contábeis, o Tesouro Estadual já quitou o total de R\$107.416.239,53, computados os efeitos dos pagamentos realizados até o final de 2009 – previstos no cronograma de pagamento - (que totalizou R\$93.692.711,89) e os valores quitados na Primeira Oferta Pública de Recursos (contabilizados pelo valor de face, somando R\$13.723.527,64). Portanto, o Tesouro estadual já quitou 43% do total da dívida repactuada pelo programa.

- Oferta Pública de Recursos

Como já mencionado em edições anteriores deste informe, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência da Secretaria de Estado de Fazenda, realizou no dia 12 de maio de 2009, a Primeira Oferta Pública de Recursos – 2009, destinada a antecipar as parcelas vincendas nos exercícios de 2012 a 2015, referentes às dívidas dos restos a pagar processados dos

Gráfico 13





exercícios de 2002 a 2006, com credores pelo fornecimento de bens e serviços as quais foram objeto de parcelamento nos termos do Decreto Estadual nº 40.874/2007²⁶.

Diante do sucesso da Primeira Oferta Pública de Recursos, o Governo do Estado do Rio promoveu no final de 2009 as ações necessárias para realizar, no mês de março, a Segunda Oferta Pública de Recursos. Com este propósito, publicou-se em janeiro de 2010, Aviso de Consulta Pública acerca da Minuta do Edital da Segunda Oferta Pública de Recursos.

BOX 8 – Módulo AUTENTICA no SIAFEM

A Contadoria Geral do Estado publicou, em 16 de outubro de 2009, a Portaria CGE nº 138, que implantou, no Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), o módulo AUTENTICA, com vistas a aprimorar o controle dos Restos a Pagar Processados (RPP).

A supracitada Portaria condicionou a aprovação da inscrição de obrigações em Restos a Pagar Processados, ao registro, pelos órgãos, dos documentos fiscais ou equivalentes que deram suporte à liquidação da despesa pendente de pagamento no encerramento do exercício. Estes documentos dão prova de que o serviço e/ou produto foi (foram) prestado(s) e/ou fornecido(s) ao Estado.

Um resultado inesperado da exigência de comprovação da existência do fato gerador da despesa foi a redução significativa do estoque de RPP's pertinentes a exercícios anteriores a 2007. Aproximadamente R\$ 220 milhões em RPP's de gestões anteriores, abarcados por todas as Fontes de Recursos, foram baixados da contabilidade estadual, em razão da inexistência de processo administrativo e/ou documento fiscal que comprovasse(m) a real prestação do serviço e/ou a entrega da coisa contratada.

Diante desses procedimentos, a Subsecretaria de Finanças (SUBFIN) obteve o subsídio e a certeza necessária para a execução do pagamento de obrigações suportadas por determinadas fontes de recursos, que constavam pendentes de quitação. Com esta finalidade foram publicados os Decretos nº 42.200 e nº 42.201, em 21 de dezembro de 2009, autorizando o pagamento das Programações de Desembolso (PD's) pertinentes a Restos a Pagar Processados relativos aos exercícios de 2003 e 2004 abarcados pela Fonte de Recursos 22 (FECP) e os concernentes aos restos a pagar de 2007 e 2008 cujas PD's tivessem sido emitidas fora de prazo.

Os Decretos estabeleceram como condição para a autorização do pagamento dessas

²⁶ A possibilidade de antecipação das últimas parcelas do programa foi prevista no artigo 2º do Decreto nº 40.874 de 02 de agosto de 2007, *in verbis*:

“Art. 2º. A Secretaria de Estado de Fazenda poderá, excepcionalmente e por despacho fundamentado, ouvida a Comissão de Programação Orçamentária e Financeira (COPOF), antecipar das últimas parcelas do pagamento previsto no art. 1º deste Decreto, desde que oferecidos descontos pelo credor, cujos percentuais mínimos serão fixados e publicados pelo Executivo, observado o princípio da impessoalidade e o disposto no artigo 5º da Lei nº 8.666/93”.

obrigações a conclusão do módulo AUTENTICA no SIAFEM, respaldando, dessa forma, a efetiva existência da obrigação.

A redução dos RPP's de exercícios anteriores criou uma obrigação inesperada para o Estado – em decorrência de significativa parte das despesas que não encontraram suporte fático de prestação de serviço/fornecimento de bens estarem relacionadas a áreas com mínimos constitucionais de gastos. É o entendimento do TCE que o Estado deva compensar o não cumprimento dos índices em anos anteriores no ano em que a falha tiver sido verificada. Em outras palavras, o índice mínimo de gasto da saúde do Estado, em 2009, foi ampliado em outros R\$70 milhões, enquanto o índice da educação cresceu em 0,25 pontos percentuais. Felizmente, em ambas as áreas o governo vinha gastando acima do mínimo constitucional, o que permitiu que se acomodasse essa nova despesa e se corrigisse de uma vez a insuficiência detectada nas gestões anteriores.

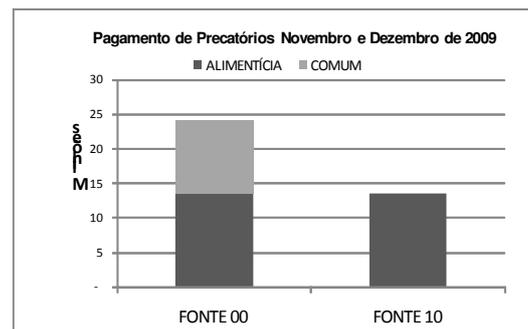
V. 5 Requisições Judiciais de Pagamento

- Precatórios

No 6º bimestre de 2009, foram aplicados R\$37,7 milhões para pagamento de precatórios. Desse total, R\$24,1 milhões foram oriundos do Tesouro Estadual e R\$13,6 milhões dos recursos próprios do RIOPREVIDÊNCIA. Excepcionalmente, o planejamento para pagamento dessas obrigações no período priorizou a quitação de todos os precatórios de natureza comum, inscritos contra a Administração Direta no ano orçamentário de 1999, permitindo encerrar o adimplemento desse exercício. Em 2009 também foram quitados todos os precatórios alimentícios relativos a 2001.

No 6º bimestre de 2009, R\$27,2 milhões foram aplicados no cumprimento das obrigações de natureza alimentícia, correspondendo a 72% da despesa total do período, enquanto R\$10,5 milhões (28% do total) foram empregados no pagamento de obrigações de natureza comum. Da despesa total, R\$21,6 milhões foram empregados no pagamento de parcelamentos, sendo 04 novos e 25 parcelamentos já celebrados pela Procuradoria Geral do Estado. Deste total, R\$19,9 milhões foram pagos com recursos do Tesouro Estadual e R\$1,7 milhões do RIOPREVIDÊNCIA. Além disso, foram quitados à vista 36 precatórios, representando um desembolso de R\$16,1 milhões.

Gráfico 14



No ano de 2009, o total de pagamentos de precatórios alcançou R\$210 milhões, representando crescimento de 36%, se comparado com o valor adimplido em 2008.

Do montante empregado no ano, R\$143 milhões foram provenientes de recursos do Tesouro Estadual e R\$67 milhões do RIOPREVIDÊNCIA.

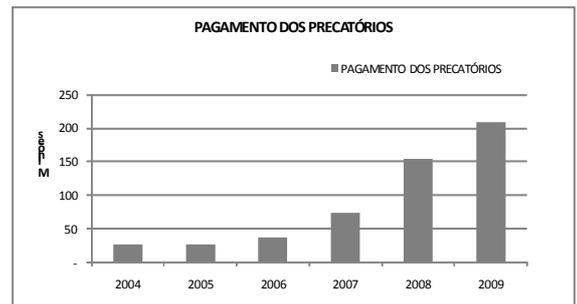
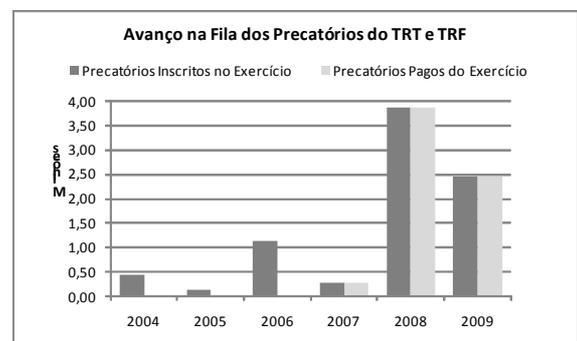
Destaca-se que todos os precatórios, expedidos pelo Tribunal Regional Federal e pelo Tribunal Regional do Trabalho, inscritos contra a Administração Direta no ano orçamentário de 2009, foram pagos, o que evidencia o compromisso do atual Governo no adimplemento destas obrigações, com a eliminação das “filas” relativas a esses dois tribunais. Ademais, enquanto no início de 2007, o Estado ainda não havia conseguido adimplir todos os precatórios de natureza alimentícia inscritos contra a Administração Direta no ano orçamentário de 1998, atualmente, já estão sendo quitados os precatórios do orçamento de 2002. Verifica-se, portanto, que nos últimos 03 anos a “fila” dos precatórios alimentares do TJ avançou o correspondente a 05 anos.

Como resultado da política financeira adotada pelo Governo Estadual, pode-se observar que o valor disponibilizado para quitação dos precatórios, em 2007, obteve um crescimento de 145% em relação à média de pagamentos de 2004-2006. Esse crescimento foi de 413% em 2008 e 596% em 2009, quando comparado à mesma média. A soma dos recursos aplicados em 2007-2009 (aproximadamente R\$475 milhões) corresponde, assim, a quase quatro vezes (384%) mais do que aqueles aplicados em 2004-2006.

- Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV

Nos meses de novembro e dezembro foram pagas 192 requisições de pequeno valor, totalizando R\$1,2 milhão.

No exercício de 2009, o Estado quitou 1.422 requisições de pequeno valor (RPV), representando o desembolso de R\$16 milhões no cumprimento dessas obrigações

Gráfico 15**Gráfico 16****Tabela 51**

PAGAMENTOS DE RPV - 2009		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
Novembro	98	R\$ 625.960,41
Dezembro	94	R\$ 577.476,71
Total	192	R\$1.203.437,12

judiciais. Esse desembolso representou um aumento de 467% em relação à média paga em 2004-2006.

Ressalte-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, com pagamento mesmo sem previsão orçamentária, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²⁷.

- Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagas 228 requisições judiciais de pagamento no 6º bimestre de 2009, com dispêndio de cerca de R\$38,9 milhões. O valor para o ano soma mais de R\$225 milhões.

Diante dos pagamentos das requisições judiciais, constata-se que o Governo está cumprindo com seu compromisso de quitar o maior número possível de precatórios e manter em dia os pagamentos das requisições de pequeno valor.

Gráfico 17



Box 9 - Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009

A Emenda Constitucional nº 62, publicada no dia 10 de dezembro de 2009, alterou o art. 100 da Constituição Federal e acrescentou ao art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Esta Emenda estabelece duas novas modalidades para quitação dos precatórios aos entes da Fazenda Pública, os quais optarão: (i) pelo depósito em conta especial do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas; ou pela (ii) adoção do regime especial para zerar o estoque dos precatórios em 15 anos, caso em que o percentual a ser depositado na conta especial corresponderá, anualmente, ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta para fins de compensação da mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento.

A opção pelo depósito sobre as receitas correntes líquidas fará com que os Estados, Distrito Federal e Municípios devedores depositem, mensalmente, em conta especial criada para tal fim, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas RCL (1,5%

²⁷ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".



a 2% para Estados e Distrito Federal e 1% a 1,5% para os Municípios). Este percentual será calculado no momento da opção pelo regime e mantido fixo enquanto o valor dos precatórios devidos for superior ao valor dos recursos vinculados.

A Disposição prevê ainda que cinquenta por cento dos recursos dos que optarem pelo regime especial serão utilizados para pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências daqueles de natureza alimentícia, idosos e portadores de doenças graves. O restante poderá ser destinado isoladamente ou simultaneamente ao pagamento dos precatórios por meio de leilão, pagamento à vista em ordem única e crescente de valor ou por acordo direto com o credor, na forma estabelecida por lei própria da entidade devedora.

A Emenda Constitucional corrobora a ação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que empregou, no exercício de 2009, o volume de R\$210 milhões no adimplemento de precatórios judiciais. Desse montante, R\$143 milhões foram provenientes de recursos do Tesouro Estadual e R\$ 67 milhões do Rioprevidência. Portanto, o Estado já destinou importância superior ao 1/15 do estoque do precatório, valor que seria determinado pela Emenda n 62 caso já estivesse vigendo e o Estado houvesse escolhido a segunda opção oferecida pelo dispositivo.

A emenda também permite a reclassificação contábil do saldo de precatórios. Atualmente, estes são registrados no passivo financeiro de curto prazo (passivo circulante) e passariam a ser contabilizados no grupo denominado Exigível a Longo Prazo. Tal procedimento permitirá tornar mais transparentes os valores de precatórios pagos em cada exercício, já que as despesas deixarão de ser pagas nas contas extra-orçamentárias e passarão a ter cobertura orçamentária no ano de sua execução (hoje, o valor no orçamento de determinado ano é o do volume de precatórios julgados no ano anterior, que corresponderá a pagamentos corrigidos em anos futuros). Dessa forma, alcança-se a equivalência entre o valor de orçamento dedicado ao pagamento de precatórios e o valor financeiro efetivo a cada ano.

V.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço

- Dispêndio com a dívida pública

No 6º bimestre de 2009, o Tesouro Estadual desembolsou R\$558 milhões com o serviço da dívida²⁸, refletindo uma redução de 15,37% em relação ao bimestre anterior. Esta variação decorreu da não repetição de pagamentos semestrais da dívida externa, concentrados nos meses de setembro e outubro, que representaram um desembolso da ordem de R\$102,4 milhões, naquele período. Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual alcançou apenas R\$1,0 milhão (-73,3% em relação ao bimestre anterior).

²⁸ Serviço da dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

Do total pago no último bimestre de 2009, R\$508 milhões foram referentes à dívida intralimite, valor abaixo daquele devido pela aplicação da Tabela Price, que representaria R\$562 milhões. Houve, assim, acúmulo de resíduo de R\$ 55 milhões em decorrência da aplicação do teto dos 13% da Receita Líquida Real.

Tabela 52

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública pago no bimestre (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	5º Bimestre 2009			6º Bimestre 2009			Δ % do total no bimestre
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Total
ADM. DIRETA	256.408	397.883	654.291	191.480	364.514	555.994	-15%
INTRALIMITE	144.820	354.017	498.838	156.030	351.591	507.621	2%
EXTRALIMITE	111.588	43.865	155.453	35.450	12.923	48.373	-69%
DÍVIDA INTERNA	36.679	16.342	53.021	35.450	12.002	47.452	-11%
ADM. INDIRETA - HONRADA	2.293	1.584	3.877	749	286	1.035	-73%
TOTAL	258.702	399.466	658.168	192.229	364.800	557.029	-15%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	177.052	354.017	531.070	210.741	351.591	562.332	6%
Valor devido pelo limite (13% da RLR)	144.820	354.017	498.838	156.030	351.591	507.621	2%
Diferença incorporada no resíduo	32.232	-	32.232	54.711	(0)	54.711	70%

Valores pagos no bimestre a preços correntes.

Em 2009, os pagamentos do Estado com a dívida da Administração Direta totalizaram R\$3,5 bilhões. Destes, R\$2,93 bilhões (91% do total) representaram pagamentos da dívida intralimite, apresentando aumento de R\$365,9 milhões em relação a 2008 em consequência do aumento da receita líquida real do Estado ao longo do ano.

Em 2009, o Estado quitou vários contratos de financiamento, destacando-se aqueles amparados pela Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; 04 subcontratos de refinanciamentos de dívida externa- DMLP e o contrato de ressarcimento das perdas FUNDEF - Lei nº 9.424, de 26 de dezembro de 1996.

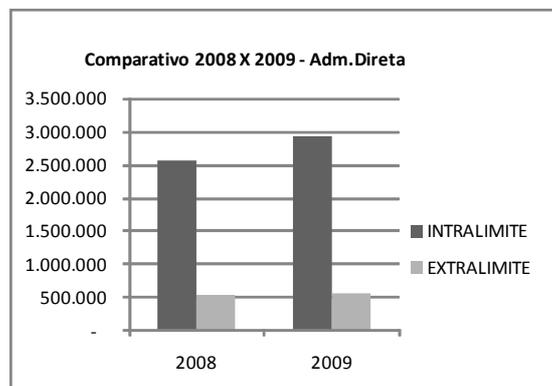
Gráfico 18


Tabela 53

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	2008			2009			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	860.676	2.258.619	3.119.295	1.218.358	2.288.253	3.506.610	12,42%
INTRALIMITE	488.434	2.082.452	2.570.886	818.212	2.117.622	2.935.834	14,20%
EXTRALIMITE	372.242	176.167	548.409	400.145	170.631	570.776	4,08%
INTERNA	214.447	101.679	316.125	216.594	91.236	307.830	-2,62%
EXTERNA	157.796	74.488	232.284	183.552	79.395	262.946	13,20%
ADM. INDIRETA HONRADA	8.514	4.707	13.222	8.284	4.342	12.626	-4,50%
TOTAL	869.190	2.263.326	3.132.517	1.226.642	2.292.595	3.519.237	12,35%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	1.016.144	2.152.919	3.169.063	1.108.220	2.140.834	3.249.053	2,52%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)	488.434	2.082.452	2.570.886	818.212	2.117.622	2.935.834	14,20%
Diferença incorporada no resíduo	527.710	70.467	598.177	290.007	23.212	313.219	-47,64%

Valores pagos a preços correntes.

- Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 6º bimestre deste ano (2009), o estoque da Dívida Financeira somou o montante de R\$51,57 bilhões, 0,16% maior que o bimestre passado, não obstante o pagamento, no bimestre, do principal correspondente a R\$192,22 milhões. O crescimento é efeito da variação positiva, no período, do IGP-DI, índice de correção de 92,74% da dívida interna e da variação do dólar nos contratos da dívida externa. O impacto da moeda estrangeira, no entanto, foi reduzido, pois a dívida externa corresponde a apenas 2,6% do total da dívida financeira.

Gráfico 19

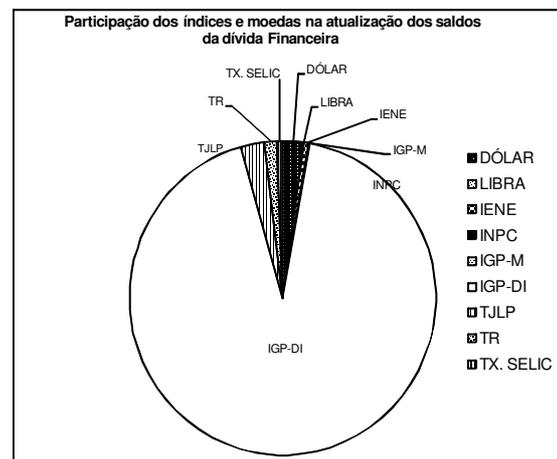


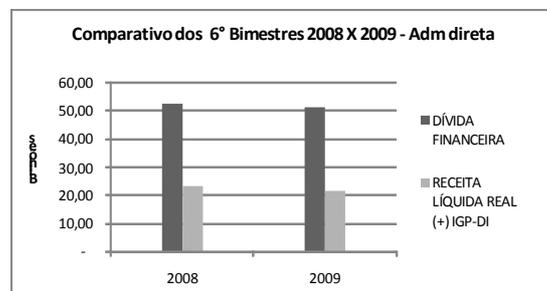
Tabela 54

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL					
	dez/08	out/09	dez/09	Δ % no bim.	Δ % no ano
ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA	52.739.762	51.495.952	51.578.015	0,16%	-2,20%
Interna	50.762.281	50.099.742	50.196.809	0,19%	-1,11%
DÍVIDAS COM A UNIÃO	50.762.281	50.099.742	50.196.809	0,19%	-1,11%
STN/BACEN - Assunção Div. BERJ	11.096.036	10.903.456	10.858.312	-0,41%	-2,14%
STN - BONUS - DMLP	68.607	47.029	46.954	-0,16%	-31,56%
STN - Refin. LEI 7.976/89	76.064	33.891	0	-100,00%	-100,00%
PARC-INSS - MP nº 2.187/01	103.922	96.962	95.876	-1,12%	-7,74%
STN - Refin. LEI 8,727/93 - Estado	864.026	759.357	736.339	-3,03%	-14,78%
STN - Refin. LEI 9.496/97	35.864.907	35.370.026	35.413.247	0,12%	-1,26%
STN - Refin. Lei nº 9496/98 PEND. JURIDICA	1.250.306	1.504.388	1.562.724	3,88%	24,99%
CEF/PENAF	37.595	24.755	24.715	-0,16%	-34,26%
SRF - PARCEL. PASEP - MP nº 38/02	326.380	317.877	315.785	-0,66%	-3,25%
BNDES - METRÔ	981.605	955.198	978.894	2,48%	-0,28%
BNDES - PMAE	0	10.221	11.193	9,51%	0,00%
LEI 9.424/96-FUNDEF	92.833	15.472	0	-100,00%	-100,00%
BB_PEF	0	61.108	152.770	150,00%	0,00%
Externa	1.977.481	1.335.558	1.321.335	-1,06%	-33,18%
COM AVAL DO TESOUREO NACIONAL	1.973.929	1.332.861	1.318.648	-1,07%	-33,20%
MOBILIÁRIA	3.552	2.697	2.687	-0,36%	-24,34%
ADM INDIRECTA - CUSTEADA (F.TESOUREO)	82.079	60.651	59.870	-1,29%	-27,06%
DÍVIDA FINANCEIRA	52.821.841	51.495.952	51.578.015	0,16%	-2,35%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	23.417.798	21.465.037	21.755.095	1,35%	-7,10%
RELAÇÃO DF / RLR	2,26	2,40	2,37	-1,21%	4,90%

Valores a preços correntes

O estoque da dívida fundada diminuiu 2,2% quando comparado o mês de dezembro de 2009 contra o mês de dezembro de 2008. A maior parte dessa redução se deveu à apreciação do real, que resultou na redução da dívida externa de R\$2,0 bilhões para R\$1,3 bilhão no período. A dívida interna apresentou redução de 1,1%, refletindo a queda de 1,43% no IGP-DI.

Apesar da queda no valor nominal da dívida – e, portanto, no seu valor deflacionado – indicador de solvência acordado entre a União e o Estado do Rio (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), apresentou alguma deterioração quando se compara o final de 2008 e 2009. Esta variação decorre da expressiva queda das receitas de *royalties* e participações especiais em 2009, na esteira da queda do preço internacional do petróleo. De fato, apesar de o indicador apresentar melhora pelo terceiro bimestre consecutivo, levando a relação a 2,37 ao final de 2009, ele ainda era maior do que o observado no final de 2008 (2,26). Não obstante, o valor ao final de 2009 mostrou-se muito melhor que a meta

Gráfico 20




acordada com o Tesouro Nacional, que é de 2,58. Assim, por mais um ano o Estado cumpriu essa importante meta do Programa de Ajuste Fiscal iniciado em 1999.

- Receita de Operações de Crédito

Em função da necessidade de ampliar os investimentos e em face da diminuição de certas receitas tributárias, especialmente aquelas da repartição de impostos recolhidos pela União, o Estado do Rio incluiu algumas operações de crédito adicionais em sua estratégia de financiamento. E, ao longo de 2009, diversas operações de longo prazo amadureceram, em particular as relativas ao transporte público sobre trilhos e desenvolvimento rural. Assim, o Estado efetuou 07 contratações de operações de crédito em 2009, das quais 03 em dezembro.

Tabela 55

CONTRATOS DE FINANCIAMENTO ASSINADOS EM 2009	ASSINATURA	CREDOR
Programa Saneamento para Todos	07/07/2009	CAIXA
Programa Delegacia Legal	10/08/2009	BNDES
Programa de Financiamento aos Estados - PEF I/BNDES	14/08/2009	B.BRASIL
Programa Estadual de Transportes - PET II	24/09/2009	BIRD
Prog. de Desenvolvimento Rural Sustentável	14/12/2009	BIRD
Financiamento Veículos/Maquinas/Equipamentos	23/12/2009	B.BRASIL
Programa de Financiamento aos Estados - PEF II/BNDES	28/12/2009	B.BRASIL

No final do bimestre, o Estado deu entrada junto à STN, em mais uma operação de crédito a ser contratada junto ao BNDES, destinada ao Programa de Modernização da Administração Estadual, a ser executado pela Secretaria de Planejamento. Além dessa operação, o Estado prevê a assinatura nos próximos meses de contratos com o Banco Mundial (DPL, já aprovado pela instituição), e com o BID (PROFAZ), já negociado com a instituição e ora em fase de conclusão de aprovação pela STN.

Como reflexo dos empréstimos contratados em 2009 e em anos anteriores, houve desembolso de R\$ 274 milhões ao longo do ano. Desse montante, R\$ 96 milhões foram



destinados para a expansão da Linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General Osório (recursos provenientes do BNDES); R\$ 19 milhões, ao Programa Estadual de Transportes – PET (recursos provenientes do BIRD); R\$ 6 milhões, ao Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais (recursos provenientes do BNDES); e R\$ 153 milhões para investimentos do DER e da Seobras, com respaldo no Programa de Financiamento aos Estados - PEF I e PEF II (recursos provenientes do BNDES)

V.7 Acompanhamento financeiro de Convênios

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 6º bimestre de 2009 com 377²⁹ Convênios de Receita³⁰ e 443 Convênios de Despesa.

Entre os convênios de Receita mais representativos para o Estado, estão aqueles celebrados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC³¹ e, entre os de Despesa, aqueles no Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios - PADEM³².

No âmbito dos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 6º bimestre de 2009, o total de 94 Convênios de Receitas para a realização das obras de diversas naturezas, alcançando um investimento no valor aproximado de R\$ 3 bilhões. Desse montante, R\$ 2,2 bilhões consiste no valor previsto de repasse da União e aproximadamente 700 milhões serão oriundos do Tesouro Estadual.

²⁹ Fonte: Convênios de Receita - Relatório de convênios vigentes, emitido pelo sistema SIG, em 09/01/2010.
Convênio de Despesa - Relatório de convênios vigentes, emitido pelo SATE, em 30/12/2009.

³⁰ Convênio de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênio de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais.

³¹ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

³² Decreto nº 28.308/01, de 10 de maio de 2001.



Dos recursos correspondentes à contrapartida: 38% foram [originalmente] destinados à área de Habitação; cerca de 30% à área de Saneamento; e 33% às Obras do Arco Metropolitano³³.

No exercício de 2009, o Tesouro Estadual creditou nas contas específicas dos Convênios de Receita, referentes à contrapartida do Estado, valor aproximado a R\$ 233 milhões, sendo cerca de R\$ 76 milhões, no 6º bimestre. Esse valor representa um acréscimo de 89% em relação ao total disponibilizado no 5º bimestre.

Com relação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios – PADEM, o Estado contratou, em 2009, o valor de R\$ 36 milhões (dentro dos R\$ 77 milhões vigentes) dos quais desembolsou cerca de R\$ 14 milhões. Desta feita, 11³⁴ Municípios foram beneficiados com desembolsos no último bimestres, somando R\$ 4,7 milhões empregados pelo Estado.

Outros Convênios de Despesa assinados em 2009, ou antes, resultaram em desembolsos de R\$ 87 milhões no ano de 2009, dos quais cerca de R\$ 49 milhões no último bimestre do ano.

³³ Fonte: SIAFEM/RJ

³⁴ Fonte: Relatório de convênios vigentes, emitido pelo sistema SIG, em 13/01/2010.